

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
NÍVEL MESTRADO

THAINÁ JUNGES COSTA

MASSIFICAÇÃO E BUROCRACIA:
Gênese do Totalitarismo à Luz do Pensamento Arendtiano

São Leopoldo
2025

THAINÁ JUNGES COSTA

MASSIFICAÇÃO E BUROCRACIA:

Gênese do Totalitarismo à Luz do Pensamento Arendtiano

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Filosofia, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Prof.^a Dra. Márcia Rosane Junges

São Leopoldo

2025

C837m Costa, Thainá Junges.

Massificação e burocracia : Gênese do totalitarismo à luz do pensamento Arendtiano / Thainá Junges Junges. – 2025.

83 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2025.

“Orientadora: Profa. Dra. Márcia Rosane Junges”

1. Burocracia. 2. Ideologia. 3. Massificação. 4. Totalitarismo.
I. Arendt, Hannah. II. Título.

CDU 101

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

THAINÁ JUNGES COSTA

**MASSIFICAÇÃO E BUROCRACIA:
Gênese do Totalitarismo à Luz do Pensamento Arendtiano**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Filosofia, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovada em 04 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Castor Bartolomé Ruiz – Unisinos

Dra. Márcia Rosane Junges – Unisinos

Dr. Roan Costa Cordeiro – PUC-Rio

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 002.

Para meus pais, que fizeram o seu melhor, e para minha companheira de vida, por quem eu faço o meu.

AGRADECIMENTOS

Durante muito tempo, a pesquisa foi um trabalho solitário. *Para que serve a pesquisa? O que você vai ganhar com isto?* Estas eram as perguntas mais comuns do meu círculo de convivência. Até que, finalmente, encontrei as respostas. No meu caso, a pesquisa serve para que eu não me torne parte da massa alienada e para que eu possa tentar impedir que outros caiam nela ou ajudá-los a sair dela. No início, minhas intenções eram mudar o mundo. Hoje, sei que não consigo fazer isso sozinha, mas, percebi que há pessoas ao meu lado nesta jornada. Eu faço pesquisa porque amo. Meu ganho não é financeiro, nem mesmo de reconhecimento – mas, falando sério, o que é ser reconhecido? Com a pesquisa, eu ganho vida, ganho conhecimento, conheço pessoas e, acima de tudo, ganho o meu próprio abraço.

Enfim, atualmente, vejo que a pesquisa não é tão solitária assim. Embora eu escreva sozinha e em silêncio, ela não seria possível sem aqueles que estão nos bastidores da minha vida. Dito isso, passo aos agradecimentos daqueles que permitiram que eu encontrasse as respostas, não da problemática de pesquisa da minha dissertação, mas, das razões que tornam esta jornada acadêmica tão valiosa e significativa.

Começo agradecendo aos meus pais, Ademir Rogério de Quevedo Costa e Maria Salete Junges. Ambos não têm estudo, mas sempre acreditaram nele. Então, desde que eu era criança, me incentivaram a estudar. Meu pai é a pessoa dos números e, com seu apoio, a matemática ficou mais fácil para mim. Já a minha mãe, é a pessoa das palavras, então, minhas primeiras redações foram todas auxiliadas por ela. Sou grata a eles, que me deram o maior incentivo que eu poderia ter. Além disso, me deram colo, conforto e segurança. Sem isso, o caminho teria sido mais difícil.

Agradeço à minha companheira de vida, Larissa de Vargas Rodrigues. Sinceramente, este agradecimento daria uma dissertação inteira. A Lari é a pessoa que eu divido meu dia a dia, então, ela está junto nas dificuldades e nas conquistas, mas não apenas de corpo presente, ela vive comigo! A Lari viveu inúmeras pesquisas comigo, ouviu minhas descobertas, decorou minhas apresentações para congressos, fez pontuações relevantes e até leu comigo as obras de Hannah Arendt. Mas, além de estar presente nos momentos de estudo, ela foi a pessoa mais preocupada com a minha jornada acadêmica e profissional e a pessoa que mais me incentivou nesse momento. A Lari acredita verdadeiramente em mim, ela realmente acredita que eu posso mudar o mundo e já mencionou várias vezes que gostaria que eu fosse presidente do Brasil. Além disto, ela fica incrédula quando algo dá errado, pois para ela, o

mundo precisa estar ao meu favor. Atualmente, está passando por uma transição de gênero, e hoje, a luta por uma democracia plena é por ela também.

Agradeço às minhas irmãs, Jaqueline Junges de Oliveira e Samanta Junges de Oliveira. Elas me ensinaram que a vida é feita de escolhas e que eu precisaria fazer as minhas. A Jaque é a mulher mais forte que conheço. Todos os dias, ela me ensina sobre cuidado e amor, especialmente por ser mãe de um filho com transtorno do espectro autista, o que exige dedicação e atenção redobradas. Com ela, aprendi a cuidar de mim e daqueles que eu amo, pois um instante pode mudar tudo. Durante o meu mestrado, a Jaque enfrentou dois infartos e, em um deles, o seu coração chegou a parar de bater por 3 minutos; ela precisou reaprender a viver e, com isso, todos nós aprendemos a viver novamente. Já a Samanta, me ensinou muito sobre objetivos; sou imensamente grata a ela por ter me incentivado a seguir na área acadêmica e por ter me motivado a estudar. Lembro-me de quando lhe enviei um áudio no WhatsApp, listando os motivos pelos quais queria abandonar tudo, e ela, chorando, me respondeu as razões para eu continuar. Obrigada por ter chorado comigo!

Agradeço aos meus sobrinhos, especialmente ao Nicolas Alberto Junges de Souza, que teve uma presença significativa nesta pesquisa, uma vez que foram inúmeras as vezes que eu o chamei para tirar dúvidas, afinal repostas para *o que foi a Schutzstaffel e a Sicherheitsdienst* eram encontradas mais rapidamente conversando com ele por WhatsApp. Eu e o Nic temos uma diferença de idade de seis anos, o que faz com que nossa relação seja quase como a de irmãos. Lembro-me de como eu adorava compartilhar com ele tudo o que aprendia na escola. Certa vez, a sua professora comentou com minha irmã que ele tinha uma tia inspiradora, que, até mesmo, lhe contou sobre a Teoria do Big Bang. A tia inspiradora era eu. Atualmente, o Nic está cursando História. Então hoje, ele é quem me inspira. E eu tenho absoluta certeza de que ele se tornará o melhor professor que este mundo já viu.

Agradeço a alguns amigos que foram essenciais em minha jornada. De início, Amanda Salvador Marin e Andressa Galleazzi, que estavam presentes antes mesmo de eu descobrir minha paixão pela Filosofia; elas foram minha base quando minhas estruturas não estavam firmes. Agradeço à Maria Eduarda Kaczen, uma mulher inspiradora e determinada, que sempre acreditou em mim e esteve disponível para me ouvir. À Bárbara Costa, que além de aguentar minhas lamentações por eu ter me sobrecarregado sozinha, também mudou minha relação com a comida, algo importante para que eu conseguisse finalizar minha dissertação com a saúde física mais ou menos equilibrada (embora a vitamina B12 continue baixa). À Isis Azevedo, pelo apoio, suporte e troca de anos. Essas três me mostraram que a distância nunca será empecilho quando há amizade genuinamente verdadeira. Ao Michael Leivas Zanette e ao

Murilo Gayer, que têm uma fé inabalável de que, assim que eu me tornar mestre, vou começar a ganhar um salário de 10 mil reais (risos). Brincadeiras à parte, é bom demais ter amigos como eles, pois não apenas dividem uma garrafa de vinho no final de semana, mas dividem histórias, abraços e planejam o futuro com a gente. À Joanna Smiderle, à Caroline Pelissaro Perin e ao Bruno Spinelli, grandes pesquisadores da área jurídica; quando eu ainda estava na graduação, eles foram meus pupilos, frequentando o grupo de estudos que eu coordenava na faculdade, já que era monitora da turma deles. Eles deram os primeiros passos na vida científica no grupo de pesquisa de Ciências Criminais e Novas Tecnologias. Tive o privilégio de ler o primeiro resumo expandido deles, e hoje, ao acompanhar as importantes pesquisas que desenvolvem (no mesmo grupo de pesquisa do qual fiz parte), percebo que a jornada acadêmica vale a pena. É emocionante ver o crescimento das pessoas, e sinto que há muito de mim neles, e muito deles em mim. Isso me inspira a seguir em frente.

Agradeço aos meus colegas de Filosofia, especialmente ao Mateus Flores, que foi o primeiro a se aproximar de mim quando ingressei no mestrado; ao Matheus dos Santos, à Letícia Kayser e à Denise Silveira, que são grandes inspirações, vi neles a paixão pela filosofia e pude me encantei ainda mais pela área; e ao Vinicius Schoennel, que, em diversos momentos, me auxiliou com contribuições valiosas para minha pesquisa. É reconfortante admirar colegas. Tenho o privilégio de dizer que, além de colegas, tenho amigos.

Agradeço à minha terapeuta, Carolina Arregui Binz Machado, que me escutou com atenção, me tirou da zona de conforto, ajudou a traçar metas e organizou minha semana quando minha mente estava em completo caos. A saúde mental equilibrada é a base para uma escrita consistente; quando cheguei ao consultório, ela não estava alinhada com o que eu precisava desenvolver. A Carol foi fundamental neste processo, oferecendo o suporte necessário para que eu avançasse.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, Alexandre de Souza Costa Pacheco, Marina Marques, Cíntia Viegas Sant'Anna e Leandro De Conti, que me proporcionaram a oportunidade de estagiar durante o programa de pós-graduação e foram compreensivos todas as vezes que precisei ajustar meus horários para conciliar o estágio com as aulas. Além disso, um ambiente de trabalho leve e acolhedor traz mais tranquilidade aos outros aspectos da vida, e eles tornaram meu dia a dia muito mais agradável.

Agradeço aos meus professores do Programa de Pós-Graduação, em especial ao Prof. Dr. Castor Mari Martin Bartolome Ruiz, pela leitura atenta de minha pesquisa e pelo apoio fundamental ao meu desenvolvimento acadêmico; e ao Gabriel Ferreira, pelo constante incentivo e pelas valiosas contribuições durante o seminário de dissertação.

Agradeço à minha orientadora, Márcia Rosane Junges, que foi essencial em toda minha caminhada. Pode parecer clichê, afinal o trabalho da orientadora é orientar, mas a Márcia foi mais do que isso. Para começar na Filosofia não foi fácil, afinal construir uma argumentação filosófica é muito diferente da argumentação jurídica, e ela sabia muito bem disso. Foi compreensiva, paciente e muito aberta.

Por fim, agradeço a mim mesma, pois aprendi na terapia que eu sou a pessoa mais importante da minha vida, então, eu não poderia deixar de me agradecer. Entender processos, estudar por horas e me apaixonar pela pesquisa não começou do dia para noite, nem seguiu uma linha reta. Apesar de contar com muita gente que deixou o caminho mais divertido, só consegui chegar até aqui porque não desisti.

Pra não dizer que não falei das flores

Pelas ruas marchando indecisos cordões

Ainda fazem da flor seu mais forte refrão

E acreditam nas flores vencendo o canhão

Vem, vamos embora, que esperar não é saber

Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Vem, vamos embora, que esperar não é saber

Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Há soldados armados, amados ou não

Quase todos perdidos de armas na mão

Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição

De morrer pela pátria e viver sem razão

(Vandré, 1979).

RESUMO

Hannah Arendt, filósofa-política alemã, de descendência judaica, experienciou o avanço do nazismo e explicou fenômenos como a massificação e a burocracia, instrumentos utilizados por alguns políticos para dissolver as estruturas sociais e políticas tradicionais, abrindo espaço para a imposição de ideologias totalitárias. Diante disso, a problemática desta pesquisa indaga: como a massificação social e a burocracia produzem e sustentam o totalitarismo? A fim de responder à questão, foi utilizada a metodologia bibliográfica, apoiada principalmente nas obras de Hannah Arendt *Origens do totalitarismo* (2012), *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1999) e *A condição humana* (2007). Acredita-se que o tema é relevante, uma vez que visa entender questões políticas e sociais passadas e que ainda são pertinentes nos tempos atuais. Além disso, pretendeu-se entender como a massificação acontece, como a burocracia pode ser perigosa, como ambas juntas tornam a sociedade alienada, como a propaganda é fundamental para políticos totalitários, bem como o momento em que o preconceito deixa de ser um padrão de comportamento negativo e torna-se uma arma estatal.

Palavras-chave: massificação; burocracia; totalitarismo; Hannah Arendt; ideologia.

ABSTRACT

Hannah Arendt, a German political philosopher of Jewish descent, experienced the rise of Nazism and analyzed phenomena such as massification and bureaucracy-tools used by certain politicians to dismantle traditional social and political structures, paving the way for the imposition of totalitarian ideologies. Given this context, this study poses the following research question: How do social massification and bureaucracy produce and sustain totalitarianism? To address this issue, a bibliographic methodology will be employed, drawing on articles and works related to the topic, primarily Hannah Arendt's writings, especially *The Origins of Totalitarianism* (2012), *Eichmann in Jerusalem: a Report on the Banality of Evil* (1999), and *The Human Condition* (2007). This topic is considered relevant as it seeks to understand past political and social issues that remain pertinent today. Additionally, the study aims to explore how massification occurs, how bureaucracy can become dangerous, how both together lead to an alienated society, the role of propaganda in totalitarian politics, and the point at which prejudice ceases to be merely a negative social pattern and becomes a state weapon.

Key-words: massification; bureaucracy; totalitarianism; Hannah Arendt; ideology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A TRANSFORMAÇÃO DE CLASSES EM MASSAS COMO ARTICULAÇÃO DO JOGO TOTALITÁRIO	19
2.1 O antissemitismo como elemento da massificação social	27
2.2 A influência da publicidade no processo de massificação	33
3 A DOMINAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM POR MEIO DA BUROCRACIA	38
3.1 A burocracia como instrumento de controle da massa	38
3.2 O poder de ofício como burocracia	43
4 A LÓGICA DO TOTALITARISMO	56
4.1 Totalitarismo e autoritarismo: entre uma linha tênue ou o abismo?	59
5 CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

A democracia é utilizada como instrumento por movimentos extremistas, uma vez que, em sua própria natureza, permite a livre expressão e manifestação. É necessário recordar que Hitler usou a “democracia” a seu favor. Antes de chegar ao poder, usou em seu discurso o termo “a verdadeira democracia germânica”¹ para referir-se sobre uma democracia genuína, em que somente uma pessoa seria responsável para tomar decisões (Stanley, 2020). Se até a principal referência nazista utilizou-se da ideia de democracia para alcançar o poder e dominar as massas,² é plausível pensar que outros políticos de ideologias semelhantes podem fazer o mesmo. Nos dias atuais, são corriqueiras manifestações políticas e ascensão de determinados grupos que têm seus discursos comparados com a ideologia totalitária. Diante disso, é importante observar o que é essa ideologia, como ela surge e como ganha a afeição da população.

Dessa forma, este estudo possui uma problemática de pesquisa, a qual requer saber: como a massificação social e a burocracia produzem e sustentam o totalitarismo? Com esta problemática, pretendeu-se estudar a realidade da política contemporânea, sob a perspectiva de Hannah Arendt, filósofa-política nascida em 1906 na Alemanha, numa família de judeus assimilados (Oliveira, 2014). A filósofa viveu a privação de direitos e a perseguição dirigida a pessoas de origem judaica durante a ascensão do nazismo. Em 1934, foi forçada a deixar a Alemanha e buscou refúgio na França, onde acabou presa em um campo de internação.³ Conseguiu, contudo, escapar, seguindo para a Espanha, depois para Portugal e, finalmente,

¹ Na obra *Minha luta*, Hitler (2016, p. 71-74) refere que: “[...] mais depressa e mais facilmente compreenderemos a falta de senso e perigo dessa aberração humana se compararmos o sistema democrático parlamentar com uma verdadeira democracia germânica. Na primeira, o ponto mais importante é o número. Suponhamos que quinhentos homens (ultimamente também mulheres), são eleitos e chamados a dar solução definitiva sobre tudo. Praticamente, porém, só eles constituem o governo, pois se é verdade que dentro deles é escolhido o gabinete, o mesmo, só na aparência, pode fiscalizar os negócios públicos. Na realidade, esse chamado governo não pode dar um passo sem que antes lhe seja outorgado o assentimento geral da assembleia. O Governo contudo não pode ser responsável por coisa alguma, desde que o julgamento final não está em suas mãos mas na maioria parlamentar. [...] Praticamente, pois, não há responsabilidade, porque a responsabilidade só pode recair sobre uma individualidade única e não sobre as gaiolas de tagarelice que são as assembleias parlamentares. Por isso, esse tipo de Democracia se tornou o instrumento da raça que, para a consecução de seus objetivos, tem de evitar a luz do sol, agora, e sempre. Ninguém, a não ser um judeu, pode estimar uma instituição que é tão suja e falsa quanto ele próprio. Em contraposição ao que precede, está a verdadeira democracia germânica, que escolhe livremente o seu chefe, sobre quem recai a inteira responsabilidade de todos os atos que pratique ou deixe de praticar. Nela não há a votação de uma maioria no que se refere às várias questões, sem a determinação de um indivíduo único que responda com seus bens e vida por suas decisões”.

² “O termo *massa* pode ser aplicado quando lidamos com um grupo de pessoas que não podem integrar uma organização baseada no interesse comum, seja político, profissional ou sindical” (Oliveira, 2014, p. 32, grifo do autor).

³ Hannah Arendt foi presa no Campo de Gurs, que foi construído pelo governo francês, próximo à fronteira da Espanha, para aprisionar os republicanos espanhóis que fugiam do regime fascista de Franco. Com a invasão alemã, o espaço foi reaproveitado para prender judeus (Ruiz, 2022).

para os Estados Unidos (Oliveira, 2014). Arendt teve sua nacionalidade retirada em 1937, tornando-se apátrida,⁴ e conseguiu restabelecer-se quanto cidadã apenas em 1951, quando ganhou a nacionalidade norte-americana. Ela escreveu obras importantes sobre o período político que vivenciou e, nesta pesquisa, foram estudadas três delas: *Origens do totalitarismo* (2012), *A condição humana* (2007) e *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1999).

A obra *Origens do totalitarismo*, publicada pouco depois da Segunda Guerra Mundial, em 1951, elucida o crescimento do antissemitismo, a influência do imperialismo colonial europeu, a transformação das classes em massas, o papel da propaganda e o uso do terror. Arendt (2012, p. 12) refere que o intuito do livro é compreender os fatos, mencionando que “[...] compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido”. A filósofa afirma que o livro não é sobre lamentações, tampouco visa colocar alguém como vítima da história, mas, busca compreender as situações e visualizar como os fatos se sucederam.

Apesar de Arendt trazer detalhes históricos para a obra, percebe-se que o principal objetivo da autora foi rastrear, dentro da história, os principais elementos que cristalizam o totalitarismo.⁵ De forma breve, pode-se citar alguns desses elementos: o processo de atomização social, característico do Estado-nação e evidenciado na era imperialista, com a ascensão política da burguesia; as ideologias de supremacia racial; os aparatos burocráticos; o uso da violência e do poder, não só como meio para o domínio, mas, também, como o fim da

⁴ “Definição do Termo Apátrida 1 - Para efeitos da presente Convenção, o termo apátrida designará toda a pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional. 2 - Esta Convenção não será aplicável: i) Às pessoas que atualmente beneficiam de proteção ou assistência por parte de organismos ou agências das Nações Unidas, que não seja o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, enquanto estiverem a receber essa proteção ou assistência; ii) Às pessoas a quem as autoridades competentes do país onde tenham fixado a sua residência reconheçam os direitos e obrigações inerentes à posse da nacionalidade desse país; iii) Às pessoas sobre as quais haja razões fundadas para considerar que: 2 a) Cometeram um crime contra a paz, um crime de guerra ou um crime contra a Humanidade, como definido nos instrumentos internacionais que contém disposições relativas a esses crimes; b) Cometeram um grave crime de direito comum fora do país da sua residência antes da sua admissão no referido país; c) Praticaram atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas” (Nações Unidas, 1960).

⁵ Arendt (2012) trouxe em sua obra uma distinção importante e que, frequentemente, gera confusão em seus elementos e entre os que buscam defini-los. Ela relata que, após a Segunda Guerra Mundial, houve uma generalização do termo “totalitarismo”, como se cada exploração do antissemitismo ou do racismo pudesse ser identificado do totalitarismo: “A política totalitária – longe de ser simplesmente antissemita, ou racista, ou imperialista, ou comunista – usa e abusa de seus próprios elementos ideológicos, até que se dilua quase que completamente com a sua base, inicialmente elaborada partindo da realidade e dos fatos – realidade da luta de classes, por exemplo, ou dos conflitos de interesse entre os judeus e os seus vizinhos, que fornecia aos ideólogos a força dos valores propagandísticos. Constituiria certamente grave erro subestimar o papel que o racismo puro tem desempenhado e ainda desempenha no governo dos estados do sul dos Estados Unidos, mas seria uma ilusão ainda mais grave chegar à conclusão retrospectiva de que amplas áreas desse país eram submetidas ao regime totalitário há mais de um século” (Arendt, 2012, p. 22). Atualmente, os conceitos ainda são confundidos, de modo que é importante ressaltar que não se pode taxar de nazista ou totalitário alguém que tem alguma ideia intolerante, ainda que a ideia cause repulsa.

política; e o encorajamento das camadas que estavam à margem da sociedade para adentrarem como figuras importantes para a política (Costa, 2018).

Hannah Arendt (2007), em sua obra *A condição humana*, escrita em 1958, examina os aspectos fundamentais da vida humana, categorizando-os em três atividades essenciais: o labor, o trabalho e a ação. A pensadora descreve o labor como uma atividade impulsionada pela necessidade, na qual o homem se monta como *animal laborans*, para ela, o labor é essencialmente um processo contínuo, sem fim, que nunca transcende a esfera da necessidade e da subsistência. O labor refere-se às necessidades corporais e ao ciclo de produção e consumo que mantém a vida biológica. Já o trabalho, não está necessariamente contido no ciclo vital da espécie, mas é quando o *homo faber* extrai coisas da natureza, e as converte em objetos mundanos. É no trabalho que podemos observar a criatividade do homem. Por último, a *ação*, que é uma condição da pluralidade humana e, conseqüentemente, da vida política. A autora relaciona a ação como a capacidade de começar algo novo que permite ao indivíduo revelar sua identidade (Lafer, 1981) e, o seu principal objetivo, nesta obra, é identificar como o labor, o trabalho e a ação, juntos, constroem um mundo artificial, que separa a existência humana do ambiente meramente animal (Batista, 2001).

Em *A condição humana*, a autora estava buscando compreender os problemas suscitados em *Origens do totalitarismo*, especialmente aqueles relacionados à massificação social, que é essencial para a implantação de uma dominação totalitária. Ela alerta para o fato de que a sociedade de massas, ao destruir a capacidade de pensamento individual, também derrota a individualidade, um componente vital para a vida política e social:

[...] homem isolado, que perdeu seu lugar no terreno político da ação, é também abandonado pelo mundo das coisas, quando já não é conhecido como *homo faber*, mas tratado como *animal laborans*, cujo necessário metalismo com a natureza não é do interesse de ninguém (Lafer, 1981, p. 348).

Enfim, a obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* foi escrita em 1963, dois anos após o julgamento de Adolf Eichmann,⁶ em que Arendt foi enviada pela revista *The New Yorker* para realizar a cobertura jornalística e, a partir dessa experiência, elaborou reflexões profundas sobre o sistema nazista, a moralidade e a natureza do mal. A autora expõe que considerou que iria encontrar em Eichmann um monstro psicopata, mas, na realidade, encontrou uma figura burocrática, que simplesmente cumpria ordens sem questionar a moralidade de suas ações. Nessa perspectiva, foram estudadas a burocracia no

⁶ Adolf Eichmann foi designado para gerir a logística das deportações em massa dos judeus para os guetos e campos de extermínio durante a Segunda Guerra Mundial.

regime totalitário como meio de manipulação e domínio da população, assim como a burocracia como instrumento de execução, no qual os agentes do governo atuavam cegamente em prol do Estado, que determinava normas absurdas⁷ mascaradas de legalidade.

Alguns acontecimentos atuais que desrespeitam as minorias⁸ e que fazem apologia a algum período ditatorial,⁹ acabam dividindo a sociedade entre aqueles que concordam com tal percepção e os que defendem os direitos humanos. A historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2019) menciona que é tendência, dos governos autoritários, construir uma narrativa distorcida da história. Talvez, grande parte daqueles que concordam com esses discursos, não almejam o fim da democracia e/ou as implicações que o fim dela poderia ter, mas, influenciados pelas mídias e sem realizar uma análise histórica, acabam escolhendo o representante que proferiu os discursos de ofensa; não só isso, mas, ainda defendem esse representante, por considerá-lo como “alguém que fala o que pensa”, alguém “autêntico”, sem se importar com as influências sociais e com as consequências políticas. Além disso, percebe-se que os indivíduos que escolhem esses discursos autoritários, normalmente, sobrepõem suas aspirações individuais¹⁰ frente ao coletivo. Desse modo, a hipótese principal da problemática de pesquisa sugere que o recrudescimento do totalitarismo surge com o apoio das massas, que sequer sabem o que significa a ideologia totalitária, e perdura por utilizar da

⁷ Chama-se de “normas absurdas” todas aquelas que determinam uma ação que viola os direitos humanos.

⁸ Trechos retirados do livro *Como funciona o fascismo*, do filósofo contemporâneo Jason Stanley, sobre acontecimentos políticos atuais: “Trump surgiu numa entrevista de Hollywood Report, em 18 de novembro de 2018, com Steve Bannon, o principal estrategista do então presidente eleito, em que ele observa que a era que está por chegar ‘será tão impactante quanto a década de 1930’. Ou seja, a era em que os Estados Unidos tinham a maior simpatia pelo fascismo” (Stanley, 2020, p. 13).

“Em 2015, o partido de direita da Polônia, o Partido da Lei e da Justiça (em polonês abreviado PiS) ganhou uma maioria absoluta nas eleições legislativas da Polônia, tornando-se o partido dominante do país. O PiS, em sua atual encarnação, tem seu centro um chamado para retornar às tradições sociais cristãs conservadoras da Polônia rural. A maioria de seus políticos abomina abertamente a homossexualidade. É anti-imigração, e a União Europeia condenou suas medidas antidemocráticas, como a criação de leis que permitem ao ministro do governo (que não são do partido) o controle total da mídia estatal, concedendo-lhe o poder de demitir e contratar chefes de radiodifusão das estações de rádio e televisão da Polônia” (Stanley, 2020, p. 23).

“Em março de 2016, a Assembleia Geral da Carolina do Norte aprovou o projeto de Lei House Bill, o chamado Bathroom Bill [projeto banheiro]. A lei exige que os conselhos locais de educação criem ‘banheiros de ocupação múltipla para um único sexo’, o que significa que os transgêneros tinham que usar o banheiro do sexo de nascimento (ou seja, uma menina transexual teria que usar o banheiro dos homens)” (Stanley, 2020, p. 134)

⁹ Reportagem sobre evento ocorrido em 2016 no Brasil: “[...] a homenagem feita pelo deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) ao coronel Brilhante Ustra, o primeiro militar reconhecido pela Justiça brasileira como torturador. A menção foi feita durante a votação no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, ocorrida na noite de domingo na Câmara dos Deputados. ‘Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim’ – foi o trecho final do discurso de Bolsonaro, em meio a vaias e aplausos” (Barba; Wentzel, 2016).

¹⁰ Aspirações individuais como: crenças religiosas, orientação sexual, diversidade de gênero, falta de consciência da pluralidade de realidades que compõem a etnocultura.

burocracia para dificultar acessos básicos à população geral e para disfarçar as ilegalidades administradas.

Cabe admitir que, nesta pesquisa, não nos importa tanto o fenômeno totalitário em si, mas o que o precede: a sociedade de massas e a burocracia utilizada – a compreensão dessas manifestações é o maior objetivo deste estudo. Além disso, como objetivos específicos, buscou-se entender como a massificação se perpetua nos regimes políticos e como o trabalho, o nacionalismo, o antissemitismo e a propaganda política influenciam no processo de massa. E, ainda, compreender como a burocracia se torna um instrumento de violência dentro do regime totalitário e como os servidores públicos se comportam perante a burocracia totalitária. Por fim, requer entender os precedentes totalitários além da massa e da burocracia e realizar um comparativo com a política atual.

Para atender o objetivo geral e os objetivos específicos, foi utilizada a metodologia bibliográfica, pois acredita-se que este método permite contextualizar o problema investigado, assim como compreender sua evolução conceitual. Essa abordagem, também, viabiliza a comparação entre os conceitos formulados no passado e as definições contemporâneas. Cabe admitir que a maior parte dos conhecimentos não são adquiridos pela observação, mas, pelas fontes. Dessa forma, o apoio consistiu em livros, artigos e textos que aprofundam o tema estudado.

No primeiro capítulo dessa pesquisa, denominado *A transformação de classes em massas como articulação do jogo totalitário*, investigou-se o problema da supressão do indivíduo em prol de uma conformidade coletiva. O principal objetivo deste capítulo é entender o processo de massificação, estudando como ele acontece e como se perpetua dentro do regime político. Para tanto, são abordados aspectos como o consumo desenfreado, a autoalienação – exemplificada, por exemplo, pela forma como os indivíduos são avaliados com base nas funções que desempenham –, o colapso do sistema de classes e, conseqüentemente, do sistema partidário, bem como o surgimento do sentimento nacionalista – que, como consequência, traz a perda da individualidade, já que as pessoas deixam de se reconhecer dentro de suas próprias classes e passam a viver apenas como um nacional. Esse primeiro capítulo, conta com dois subcapítulos: o primeiro, denominado *O antissemitismo como elemento da massificação social*, que estuda a tática totalitária de criar um alvo para manifestar discursos intolerantes e violentos e, como exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial, a sociedade encontrou no judeu um alvo perfeito para destilar ódio e aplicar violências. Já o segundo subcapítulo, intitulado *A influência da publicidade no processo de*

massificação, conta com o estudo sobre como a publicidade é importante em épocas totalitárias para persuadir os grupos.

Já o segundo capítulo desta pesquisa, *A dominação do homem pelo homem por meio da burocracia*, tem como principal objetivo estudar como a burocracia auxiliou no processo de ascensão do totalitarismo e como ela influenciou tanto os indivíduos comuns, quanto os trabalhadores do governo. Este capítulo conta com outros dois subcapítulos, o primeiro, *A burocracia como instrumento de controle da massa*, investiga a utilização da burocracia como instrumento de dominação política. Nele é possível perceber que a burocracia, em contextos totalitários, funciona como uma engrenagem cuidadosamente desenhada para assegurar o poder centralizado e sufocar qualquer forma de resistência ou autonomia, garantindo que o Estado mantenha controle absoluto, regulando, até mesmo, os mínimos detalhes da vida das pessoas sob seu domínio. Para este estudo, buscou-se apoio em Max Weber (1966), sociólogo que defendeu a burocracia como forma legítima de organização administrativa e foi realizado um comparativo de sua teoria com a prática vivenciada por Arendt durante o período nazista. O segundo subcapítulo, *O poder de ofício como burocracia*, aborda a figura do burocrata, tal como Adolf Eichmann, indivíduo que cumpria ordens e obedecia às leis promulgadas durante a Segunda Guerra Mundial, de modo que acabou cegamente obediente. Neste subcapítulo, pode-se observar como os trabalhadores estatais, caracterizados pelas engrenagens de uma máquina maior, tornam-se alienados do objetivo maior.

Por fim, o último capítulo, *A lógica do totalitarismo*, tem como objetivo entender o que é o totalitarismo além da massificação e da burocracia, averiguando outras características importantes para definir um período como totalitário. Este capítulo conta com um subcapítulo, chamado de *Totalitarismo e autoritarismo: entre uma linha tênue ou o abismo?*, que visualiza as diferenças entre o totalitarismo e o autoritarismo. Nessa perspectiva, foi realizada uma análise do período político atual, em que se pode observar sociedades namorando políticas que são autoritaristas e que restringem a liberdade do indivíduo. E, a partir dessa análise, pretendeu-se discutir como o autoritarismo pode se aproximar do totalitarismo exposto por Arendt.

Este estudo tem importância social, jurídica e filosófica: filosófica, pois estuda a filosofia política, sobretudo com as aspirações apontadas por Hannah Arendt. Social, uma vez que dá a conhecer às realidades daqueles que apoiam um político autoritário baseado em crenças religiosas e conservadoras. Jurídica, já que se apontam indícios de como o Estado Democrático de Direito pode se desestruturar.

2 A TRANSFORMAÇÃO DE CLASSES EM MASSAS COMO ARTICULAÇÃO DO JOGO TOTALITÁRIO

É como uma torcida de futebol. Diversas pessoas, de diferentes classes, etnias, profissões e religiões, estruturadas em prol de um objetivo único: torcer para seu time ganhar. As diferenças econômicas, as dificuldades sociais e o alto índice de criminalidade não são trazidos para dentro de campo, como se não existissem, criando uma falsa ideia de homogeneidade. Metáforas à parte, pretende-se estudar, neste capítulo, o desenvolvimento da sociedade em massa.

É evidente que os homens buscam compreender sua vida individual e social, o entrave está quando esta compreensão esconde as formas que as relações sociais são produzidas, a origem da exploração econômica e a dominação política. Para Marilena Chaui (1989), esse ocultamento da realidade deve ser denominado “ideologia”. E é justamente a ideologia que mascara a realidade social e que permite a legitimação da exploração e da dominação, dando forma à sociedade massificada. Não apenas uma visão de mundo em confronto com todas as outras, “[...] a ideologia articula uma visão única e abrangente acerca da realidade presente, passada e futura, a partir da lógica de desenvolvimento de suas premissas fundamentais” (Duarte, 2000, p. 55). Sendo assim, não é a mera menção sobre as raças¹¹ ou a transformação histórica que define as ideologias totalitárias, mas, o fato de a história ser compreendida sob a suposição de que basta uma única ideia para explicar o desenvolvimento da humanidade (Duarte, 2000). Para Arendt, as ideologias são sistemas de explicação de vida, sem conhecimento da experiência efetiva; assim, a ideologia totalitária assume a existência de “raças inferiores” ou “classe agonizante” como título de consequência dos problemas e, como solução, traz a necessidade de exterminar a raça ou a classe (Duarte, 2000, p. 55).

Nesse sentido, os trabalhadores são levados a acreditar que a estrutura econômica e social é justa e imutável – enquanto não têm controle sobre o processo de produção ou sobre os produtos que criam – e que sua posição, dentro dessa estrutura, é resultado de suas próprias ações e méritos. Essa falsa consciência impede que os trabalhadores reconheçam sua exploração e a natureza alienada de seu trabalho. Aliás, é com essa alienação que o trabalho acaba sendo promovido à mais alta posição entre as capacidades do homem (Arendt, 2007).

Além disso, a cultura do consumo, impulsionada pela ideologia, exacerba a alienação. Os indivíduos são incentivados a buscar satisfação e identidade por meio do consumo de bens

¹¹ Para Arendt (2012, p. 232), “[...] raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade, mas o seu fim, não a origem dos povos, mas o seu declínio, não o nascimento natural do ser humano, mas a morte antinatural”.

e serviços, desviando sua atenção das condições de trabalho e das relações de produção. Esse ciclo de consumo não só mantém a economia capitalista em movimento, mas, também, reforça a alienação, ao fazer com que os trabalhadores se tornem consumidores passivos, imersos em uma falsa consciência de bem-estar e progresso.

Guy Debord (1997), em *A sociedade do espetáculo*, fala sobre o fetichismo da mercadoria, referindo que o espetáculo¹² ganha êxito quando a mercadoria ocupa totalmente a vida social; como consequência, as relações interpessoais são marcadas pelo consumo alienado. O pensamento debordiano evidencia que os homens acabam se afastando uns dos outros e tendo relações superficiais, que ocorrem de acordo com a circulação da mercadoria, o que evidencia as relações sociais mediadas pelo capitalismo (Negrini; Augusti, 2013).

Hannah Arendt (2007), em *A condição humana* explica que os produtos do trabalho garantem a permanência dos bens de consumo, que incessantemente surgem e desaparecem num ambiente de coisas que não são consumidas, mas usadas. Percebe-se que, pior que o consumo desenfreado¹³ é a imposição do consumo e, como consequência, visualizamos uma sociedade dividida pelas capacidades de ganhar e de gastar.

Arendt (2007) relata que a vantagem da força de trabalho é prover as necessidades da vida de um homem ou de uma família. No entanto, a força de trabalho não pode ser romantizada pela história. Isto porque, muitas vezes, os corpos dos homens foram utilizados como “instrumentos de trabalho”, como é o caso da escravidão. Para a filósofa, a sociedade de massas de operários consiste no isolamento da espécie humana, “[...] quer sejam escravos domésticos, levados a essa infeliz situação pela violência de terceiros, quer sejam livres, exercendo voluntariamente suas funções” (Arendt, 2007, p. 201). A autora refere que estar isolado significa estar privado da capacidade de agir, o que consequentemente destrói as capacidades políticas e de relacionamento social.

Com a revolução industrial e desde que o trabalho manual foi substituído pelas máquinas, esperava-se que os instrumentos aliviassem a carga do *animal laborans*,¹⁴ e satisfizessem as necessidades humanas (Arendt, 2007), entretanto, o período apenas visou aumentar a produtividade e a durabilidade dos objetos produzidos. Como consequência, os homens acabaram se tornando escravos das próprias máquinas, não se sabe “[...] se os homens

¹² Para Guy Debord (1997, p. 14; 30-34), o espetáculo “[...] não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” [...] o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade. [...] é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. [...] é o dinheiro que apenas se olha, porque nele a totalidade do uso se troca contra a totalidade da representação abstrata”.

¹³ O problema não é o consumo em si, mas sim, o consumo desenfreado.

¹⁴ O *animal laborans* visa saciar as suas carências e necessidades vitais, está preocupado apenas com os seus interesses privados e não com os interesses da coletividade, o que o leva ao seu distanciamento do mundo e da política (Rodrigues, 2024).

vivem e consomem para ter força para trabalhar ou se trabalham para ter os meios de consumo” (Arendt, 2007, p. 158). Ela menciona que a questão não é tanto se os humanos se tornaram escravos das máquinas, mas se elas passaram a dominar o mundo a tal ponto de poder destruí-lo.¹⁵

A autora comenta que a estrutura do trabalho foi violada quando o fabricante parou de questionar “o que” uma coisa é ou “que tipo de coisa precisa ser produzida” e passou a perguntar apenas “como” fazê-la existir (Arendt, 2007, p. 317).

Nesse sentido, Arendt (2007) conclui que o trabalho é um modo apolítico de vida e que o labor é um ato antipolítico,¹⁶ pois, este último, é uma atividade em que o homem não convive em sociedade, ficando a sós simplesmente pela necessidade de subsistência.

É próprio do labor agrupar os homens em turmas de operários, nas quais certos números de indivíduos labutam juntos como se fossem um só; e, neste sentido, a convivência está mais presente no labor que em qualquer outra atividade. Mas está naquela natureza coletiva do labor, **longe de estabelecer uma realidade reconhecível e identificável para cada membro da turma, exige, ao contrário, a perda efetiva de toda consciência da individualidade e identidade. [...] A uniformidade na sociedade do labor e do consumo**, e que manifesta em sua conformidade de labutar em conjunto, na qual o ritmo biológico une de tal forma o grupo de operários **que cada um passa sentir-se como simples membro do grupo, e não mais como indivíduo** (Arendt, 2007, p. 225-226, grifos nossos).

Nota-se que, de acordo com a autora, a essência da política é justamente a pluralidade e a interação entre indivíduos distintos, capazes de trazer suas próprias perspectivas e contribuições ao espaço público. Portanto, suprimir a individualidade em prol de uma conformidade coletiva, como é o caso dos operários, ameaça a essência da vida política.

A autora relata que um dos sinais de perigo é quando a economia se baseia no desperdício, quando as coisas devem ser devoradas e abandonadas com a mesma agilidade com que chegaram ao mundo. Percebe-se que, nesse tipo de sociedade, é difícil preservar a

¹⁵ Nesse sentido, Arendt (2007, p. 162-163) menciona que “[...] a automação representa o estágio mais recente desse desenvolvimento, e realmente ‘ilumina toda a história da mecanização’. Sem dúvida, permanecerá o ponto culminante do desenvolvimento moderno, ainda que a era atômica e uma tecnologia baseada em descobertas nucleares ponham um fim um tanto rápido nela. Os primeiros instrumentos da tecnologia nuclear – os vários tipos de bombas atômicas que, se deflagradas em quantidades suficientes, que não precisam ser muito grandes, poderiam destruir toda a vida orgânica da Terra – apresentam uma evidência suficiente da enorme escala em que tal mudança poderia ocorrer. Nesse caso, já não se trataria de desencadear e liberar processos naturais elementares, mas de manejar na Terra e na vida cotidiana energias e forças que só ocorrem fora da Terra, no universo – o que já é feito, mas somente nos laboratórios de pesquisas dos físicos nucleares. Se a atual tecnologia consiste em canalizar forças naturais para o mundo do artifício humano, a tecnologia do futuro pode vir a consistir em canalizar forças universais do cosmo que nos rodeia para a natureza da Terra. Resta ver se essas técnicas futuras transformarão o lar da natureza, tal como o conhecemos desde o começo de nosso mundo, na mesma medida ou ainda mais do que a atual tecnologia alterou a mundanidade do artifício humano”.

¹⁶ Para Arendt (2007, p. 227) “[...] a união de muitos em um só é basicamente antipolítico”.

consciência do que é realmente necessário, tornando as camadas sociais tão deslumbradas com a abundância que não conseguem reconhecer a futilidade (Arendt, 2007).

Um dos problemas centrais do consumo desenfreado (e do trabalho ser um fator determinante do estilo de vida e das relações sociais) é a autoalienação, quando os homens são rebaixados a mercadorias. Para Arendt (2007), essa autoalienação pode ser observada nas sociedades de operários, quando os homens são julgados pelas funções que exercem e quando a troca de produtos e de mercadorias é a principal atividade política da época. Percebe-se que o espaço político para deliberação e ação coletiva acabou se reduzindo a uma atividade econômica e, como resultado, os homens acabaram perdendo sua voz e sua capacidade de influenciar. É justamente a ausência de relacionamento humano e da preocupação fundamental com mercadorias permutáveis que gera a desumanização e autoalienação da sociedade comercial (Arendt, 2007). Em *Origens do totalitarismo*, ela explica que a sociedade do consumo gerou apatia e até hostilidade em relação à vida pública, não apenas entre as camadas sociais exploradas e excluídas da política, mas, entre a própria classe. A autora explica que essa alienação acaba colocando a realidade em dúvida, de modo que as pessoas já não podem mais confiar nos sentidos, no senso comum e na razão (Arendt, 2007).

Essa busca incessante por produtividade e eficiência, fez com que o ser humano fosse reduzido a uma engrenagem dentro da máquina, perdendo sua individualidade e sua capacidade de discernir o que é essencial; como consequência, tem-se a homogeneização de pensamento e de experiências. Veja-se que a sociedade de operários é uma representação da sociedade massificada, visto que o homem, imerso na cultura de consumo, é afastado dos processos de decisão que afetam sua vida e o espaço público. Esse processo alienatório é um problema democrático, pois não há política democrática sem o respeito à pluralidade (Rodrigues, 2024).

Não estamos afirmando que o trabalho não seja importante, nem que ele deixe de ser um meio para o desenvolvimento da sociedade e do indivíduo. Pelo contrário, o trabalho é o que mantém a espécie humana viva. A questão, no entanto, reside na alienação do trabalho. Arendt (2007) observa que, no estágio final de uma sociedade de operários, a vida individual é sufocada, restando ao indivíduo apenas a decisão de abandonar sua própria individualidade, suas dores e seus sofrimentos.

Dito isso, é importante entender como esse fenômeno alienatório do trabalho e do consumo já aconteceu e influenciou nas políticas totalitárias.

A sociedade, massificada pelo consumo, de caráter apolítico veio à tona quando o sistema de classes entrou em declínio. Em *Origens do totalitarismo*, Hannah Arendt (2012)

explica que o colapso do sistema de classes, também colapsou o sistema partidário. Nesse sentido, pode-se dizer que o desmoronamento das classes sociais foi marcado por dois momentos relevantes: o surgimento do sentimento nacionalista e o fortalecimento político e econômico da burguesia (Costa, 2018).

É importante compreender o primeiro problema levantado por Arendt (2012), afinal o nacionalismo não parece um empecilho, mas é, na medida em que as pessoas perdem sua própria individualidade e passam a não se reconhecer dentro das suas próprias classes para viver e defender um ideal nacional (Costa, 2018). O nacionalismo propõe a universalidade do povo e nega a própria possibilidade de uma humanidade comum (Correia, 2023). A autora explica que o nacionalismo afasta o indivíduo das questões políticas, porque o afasta das demandas que o pertencimento a uma classe, muitas vezes, lhe fornecia (Costa, 2018).¹⁷ A classe, para Arendt (2012), em *Origens do totalitarismo*, era vista como um meio possível para que os indivíduos pudessem reconhecer-se como distintos uns dos outros, cada qual com suas próprias necessidades, limitações e aspirações (Costa, 2018). Insta ressaltar que o reconhecimento da pluralidade de classes não é apenas um fato social, mas, uma condição necessária para a política e para a democracia. Isto porque as diferenças são encontradas no espaço público e é essencial que diferentes perspectivas e interesses sejam articulados e reconhecidos, permitindo que o poder político verifique todas as experiências, a fim de garantir um debate mais informativo e soluções com mais equidade.

Ao se enxergarem apenas como nacionais, os indivíduos se veem como iguais e fazem com que a classe vá perdendo sua função, que deveria ser a de representar a pluralidade e a diversidade de interesses e as demandas que perfazem o corpo político da sociedade (Costa, 2018), mas, ao assumirem essa identidade nacional acabam ignorando as diferenças sociais, econômicas e culturais que existem entre cada pessoa. Isso pode levar a uma percepção ilusória de igualdade, que mascara as desigualdades reais e complexas que existem na sociedade.

¹⁷ Nathalia Rodrigues Costa (2018, p. 56), orientada por Yara Adario Frateschi, explicou em sua dissertação que: “Arendt apresenta duas posições a respeito das classes sociais. Na obra de 1951, a sua posição a respeito da classe é distinta da apresentada na obra de 1958. Nas *Origens*, apesar de apontar críticas ao sistema de classes, ela ainda vê aspectos positivos nessa estrutura. [...] Em *A Condição Humana*, por outro lado, a sua posição é muito mais taxativa em afirmar que a estrutura de classes é um entrave para a própria política. A nosso ver, a diferença de tratamento da questão das classes sociais nas duas obras se dá por dois motivos. Primeiro porque há uma diferença de contexto histórico e político entre as duas obras. E segundo porque na obra de 1951 Arendt está analisando as classes enquanto um fenômeno social e político, ao passo que na obra de 1958 a sua análise se detém às classes enquanto teoria, à teoria das classes sociais de Karl Marx. Sendo assim, não nos parece ser o caso da análise da autora ser contraditória, tampouco que tenha ocorrido uma mudança abrupta de opinião de uma obra para outra”.

Historicamente, o sentimento nacionalista se intensificou durante os períodos totalitários. Na Alemanha nazista, o lema “*Deutschland über alles*” (“Alemanha acima de tudo”) era o primeiro verso do hino nacionalista “*Lied der Deutschen*” (“Canção dos alemães”), sendo comum a entoação apenas da primeira estrofe (Schossler, 2018). Durante esse regime, crianças e adolescentes de traços arianos eram selecionados para cantar hinos de exaltação à pátria em grandes estádios ou amplas praças ao ar livre, acompanhados pela população que assistia e participava dessas manifestações coletivas. Da mesma forma, na União Soviética, com Stálin, o nacionalismo também se fez importante: todos os anos havia um festival para exaltar a nacionalidade¹⁸ (Schwarcz, 2019).

O segundo momento relevante que auxiliou no desmoronamento das classes sociais foi quando os ideais individuais foram absorvidos pela classe burguesa, que abalou a estrutura do Estado-nação e o corpo social das classes (Costa, 2018). Dessa forma, se traz à baila o segundo capítulo da obra *Origens do totalitarismo*, denominado *Imperialismo*, momento europeu do século XIX marcado por iniciativas expansionistas (Arendt, 2012),¹⁹ que tinha como grande articuladora a classe representante do capital, a burguesia (Costa, 2018). Apesar do Imperialismo ser um marco para tal estudo, o processo de individualização foi se acentuando ao longo da história, entretanto, a atomização e a individualização acentuaram-se em razão da sociedade de consumo competitiva, que tem seu ponto alto com a emancipação política burguesa na era imperialista (Costa, 2018).

Em *A condição humana*, Arendt (2007) explica que o surgimento da sociedade em massa indica que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma única sociedade, facilitando a imposição de padrões comportamentais.

Fazer da questão econômica, da expansão, tornar-se uma questão política, foi o golpe de mestre da burguesia, pois salvou a classe da ruína de ver a produção capitalista levar consigo a propriedade burguesa e lhe deu domínio político. Como consequência, a burguesia conseguiu expandir os seus valores para as demais classes, fazendo com que os seus interesses econômicos passassem a ser interesses nacionais e influenciando as demais classes a buscar incessantemente o acúmulo de riqueza, a competitividade e o sucesso a qualquer custo (Costa, 2018).

¹⁸ Lilia Schwarcz (2019) menciona que o sistema educacional brasileiro, antes da ditadura militar, criou um modelo autoritário, em que era necessário elevar a figura do ex-presidente Getúlio Vargas, cantar o hino nacional e honrar a pátria acima de tudo. Para a autora, o problema está no uso político desses momentos estratégicos, quando o patriotismo vira uma forma de exagero pragmático cívico, impactando na qualidade educacional.

¹⁹ Para Arendt (2007), o expansionismo foi o maior espetáculo dos eventos da era moderna.

A burguesia arrastou e influenciou as demais classes sociais com os seus valores com tanta maestria, que o que se espera da sociedade é a redução do comportamento dos seus membros a um único comportamento, ao comportamento burguês. A atomização social, portanto, teve início quando o corpo político do Estado-nação começou a ser menos compreendido pela diferença entre seus membros, do que pela sua igualdade no sentido de homogeneidade; uma parcela significativa desse corpo já eram partes, átomos iguais de algo chamado de sociedade competitiva e de consumo (Costa, 2018).

Assim como o sentimento nacionalista, em uma sociedade dominada pela burguesia, a diversidade de interesses e preocupações públicas comuns foram suprimidas, levando à falsa percepção de uma sociedade diversificada e socializada. Como efeito, tem-se uma sociedade com mentalidade individualista e com apatia pela vida pública (Costa, 2018).

Enfim, Arendt (2012) relata que foi nessa atmosfera de colapso de classes que se desenvolveu a psicologia do homem de massas da Europa, referindo que, ao perderem o interesse pelo próprio bem-estar, acabaram perdendo as preocupações e os cuidados que inquietam e moldam a vida humana.

A autora explica que a imposição de condições de igualdade²⁰ constitui uma das principais características dos despotismos e das tiranias, entretanto, essa característica não basta para um governo totalitário, uma vez que ainda deixa laços não políticos intactos, tais como os laços familiares e de interesses culturais comuns. Além disso, o tirano governa de acordo com seu próprio interesse, ao passo que os governos autoritários são limitados por leis; já o líder totalitário, não é guiado pelas leis que instituem, tampouco pelas legislações preexistentes, ele governa conforme sua doutrina ou ideologia. Os movimentos totalitários são precedidos por uma sociedade atomizada e isolada, características imprescindíveis para o domínio total, já que a lealdade ao estado é esperada por seres humanos isolados, desprovidos de laços sociais e que tem como único objetivo pertencerem e participarem de um movimento, o totalitário (Arendt, 2012). Percebe-se que a essência do totalitarismo está na negação do individual e este aspecto é o mais repugnante.

É pertinente verificar que a dominação burguesa não fez com que as diferenças entre as classes sociais desaparecessem, mas fez com que elas fossem dominadas a ponto de não perceberem que seus interesses são diferentes por terem vivências e necessidades diversas. As pessoas tornaram-se alienadas da vida pública e desinteressadas na política, o que enfraquece a representatividade democrática e ameaça as instituições democráticas.

²⁰ Arendt (2007, p. 227) aponta que “igualdade”, na esfera política, é igualar os desiguais que precisam ser igualados sob certos aspectos e por motivos específicos. A igualdade política é oposta à igualdade de todos perante a morte, pois esta última decorre da condição humana ou da igualdade perante Deus.

Podemos afirmar que a sociedade de massas segue uma padronização, pois possuem práticas sociais compartilhadas e reiteradas pela sociedade como um todo. Os indivíduos integrantes das massas acabam perdendo sua identidade e entram em uma caixa onde os assuntos públicos, a representatividade política e a responsabilidade pela condução dos assuntos referentes ao governo não são discutidos. Com a identidade, também se vão os conjuntos de opiniões, a capacidade de ação e diálogo, a diversidade cultural, as perspectivas e as reivindicações próprias. Conseqüentemente, as massas são atraídas pelos movimentos totalitários (Costa, 2018).

Para Arendt (2012), os movimentos totalitários são possíveis sempre que houver uma sociedade massificada – contudo, uma sociedade de massas não é necessariamente uma sociedade totalitária, já que ela precede os regimes totalitários, que encontraram solo fértil, e perdura mesmo após o seu término (Costa, 2018) –, uma vez que as massas não se unem pela consciência de um interesse em comum, mas, são pessoas neutras politicamente, que nunca se aliaram a um partido e que sequer exercem o poder de voto. A autora relata que tanto o movimento nazista da Alemanha, quanto os comunistas da Europa, após 1930,²¹ recrutaram membros de uma massa que aparentemente eram indiferentes na questão política, o que facilitou a introdução de métodos novos de propaganda política, assim como permitiu a indiferença argumentativa da oposição (Arendt, 2012). As massas, constituídas por pessoas neutras, existem em qualquer país²² e é justamente por causa dessa indiferença que o totalitarismo consegue atraí-los tão facilmente. Assim, os governos totalitários sustentam-se pelo apoio das massas que eles organizam politicamente (Duarte, 2000).

2.1 O antissemitismo como elemento da massificação social

Se as relações sociais são influenciadas pelas relações de consumo, é evidente que as relações sociais também são influenciadas pela raça: Stanley (2020), em *Como funciona o*

²¹ É importante trazer à baila que o livro *Origens do totalitarismo* (2012) recebeu, e recebe até o momento atual, críticas por considerar o comunismo e o nazismo variantes do mesmo fenômeno totalitário. Em razão disso, a própria Arendt, após a publicação da obra, reconheceu que a análise das raízes teóricas do comunismo não tinha a mesma solidez que a análise das ideias que levaram à experiência nazista. Nesse sentido, a autora expõe o antissemitismo e o imperialismo como precedentes do totalitarismo e, como consequência, o racismo como gênese do totalitarismo; nesse ponto, é natural relacionar a superioridade racial como uma questão nazista, mas, não é natural relacionar a questão racial ao comunismo, que está apoiado em uma ideologia de classe (Oliveira, 2014).

²² André Duarte (2000) aponta que os regimes totalitários revelaram duas fragilidades fundamentais do regime democrático parlamentarista: a primeira é o mito de que o povo, em sua maioria, participa ativamente do governo; a segunda é a percepção de que as massas neutras servem apenas como um pano de fundo silencioso.

fascismo,²³ informou que para cada cem dólares que uma família branca acumula, a família negra tem apenas cinco dólares. Sendo assim, a raça está diretamente ligada à classe social. Conforme visto anteriormente, os burgueses suprimiram as classes e acabaram massificando a sociedade, deixando o terreno pronto para a instauração do domínio total. Todavia, nem todos foram tratados com igualdade, tampouco se viam como iguais a ponto de acabar com os preconceitos da época, a exemplo disso, o ódio aos judeus vigorou por todo o período pré-totalitário, totalitário (e até pós-totalitário, em alguns casos).

A criação de um alvo para manifestar discursos intolerantes e violentos é uma característica comum entre o totalitarismo e os regimes autoritários. Levitsky e Ziblatt (2018) mencionaram que um dos sinais de alerta para reconhecer um político autoritário é o encorajamento da violência. Dessa forma, vimos nascer o antissemitismo, o ultranacionalismo e o racismo, fenômenos que se entrelaçam como expressões de um mesmo impulso de homogeneização social e de rejeição à alteridade.

Ao pensarmos em Segunda Guerra Mundial, momento em que o totalitarismo atingiu seu ápice na Europa, é impossível não recordar do holocausto e do ódio aos judeus. Assim, é necessário relacionar a massificação social com uma das maiores consequências do período: a morte de aproximadamente 6 milhões de judeus.²⁴

No primeiro capítulo do livro *Origens do totalitarismo*, denominado como *Antissemitismo*, Arendt (2012) destaca que o antissemitismo não teve origem com a ascensão do nazismo – ele é anterior a este período. Ainda em 63 a.C., os romanos ocuparam Judá, terra localizada no sul de Israel, e em 70 d.C., o templo judeu foi destruído pelos romanos que, por consequência, fez com que muitos judeus abandonassem sua terra natal e se instalassem em diversas regiões do mundo (Dalal, 2016). A partir dessa destruição, os judeus acabaram por ficar à mercê da proteção de autoridades não judaicas (Arendt, 2012). Logo, constata-se que o antissemitismo não foi novidade na Segunda Guerra Mundial, pois sua origem perdurou por muitas gerações e esteve descrita até no texto sagrado para os cristãos.²⁵

²³ Stanley (2020) relata que escolheu o termo “fascismo” para definir qualquer tipo de ultranacionalismo, seja ele, étnico, religioso ou cultural. Para fins práticos, adianta-se que o termo fascista será utilizado como referência de um governo autoritarista, pois, assim, entende Hannah Arendt. Ressalta-se que o estudo dessas terminologias será explorado no último capítulo desta dissertação.

²⁴ Não se tem um número exato de vítimas assassinadas pela política de extermínio nazista porque, porque muitos dos documentos nazistas foram destruídos por eles para dificultar os julgamentos de crimes de guerra, mas estima-se que foi cerca de 6 milhões de judeus, além dos poloneses, ciganos, prisioneiros de guerra, homossexuais, prisioneiros políticos e testemunhas de Jeová (Altare, 2017).

²⁵ Na Bíblia (2012, Ne, 1, 1-3, p. 544): “No mês de Casleu do vigésimo ano, encontrando-me eu em Susa, no palácio, eis que chegaram de Judá, Hanani, um de meus irmãos com alguns companheiros. Perguntei-lhes pelos judeus libertados que tinham escapado do cativeiro e a respeito de Jerusalém. ‘Aqueles que escaparam do cativeiro – disseram-me eles – estão lá no Província, numa grande miséria e humilhação’. Os muros de Jerusalém estão em ruínas e suas portas foram incendiadas”.

Assim, não é difícil compreender por que a perseguição aos judeus era comum em uma Europa medieval dominada pela cultura cristã.

Em setembro de 1919, Adolf Hitler escreveu uma carta dirigida a um colega soldado, apontando quem seriam os responsáveis pelo sofrimento de toda a nação alemã: “os judeus”, e que, por isso, o governo alemão deveria removê-los. Cinco anos mais tarde, Hitler (2016) reafirma o ódio ao povo judeu em sua autobiografia, denominada *Minha luta*, mencionando que seu ódio aos judeus se iniciou ainda em sua batalha para se tornar pintor em Viena nos primeiros anos do século XX. É evidente que o seu antissemitismo não entrou em sua cabeça de repente. Ao escrever a carta, ele seguiu correntes de pensamentos antissemitas que já circulavam na Alemanha na Primeira Guerra Mundial, tanto é verdade, que nenhuma das ideias que expôs em sua carta era novidade, embora, mais tarde, ele viesse a se tornar o mais famoso proponente do antissemitismo (Rees, 2018).

Um dos escândalos que marcou esse período e que acentuou o antissemitismo, foi o Caso Dreyfus, quando um oficial judeu do Estado-Maior francês,²⁶ Alfred Dreyfus foi acusado por espionagem em favor da Alemanha. A acusação surgiu quando um borderô²⁷ foi encontrado em um escritório alemão por um agente infiltrado. Peritos caligráficos, inicialmente, não conseguiram confirmar a autoria de Dreyfus. Dessa forma, foram convocados novos peritos, bem como convocaram Bertillon, que não era especialista, mas foi o inventor do método datiloscópico de identificação. Bertillon, após ser influenciado por Du Paty Clam,²⁸ declarou que Dreyfus era o autor do documento. Além disso, Henry,²⁹ subchefe do Estado-Maior, falsificou documentos para incriminar Dreyfus. O capitão foi julgado em segredo, condenado à prisão perpétua e exilado na Ilha do Diabo. Identifica-se, neste caso, uma série de irregularidades processuais e violações aos direitos humanos. A exemplo, o cerceamento da defesa, uma vez que os advogados de Alfred não tiveram acesso a todos os

²⁶ É importante constatar que, por um período, os judeus foram admitidos na alta sociedade, mas, quando eles começaram a procurar igualdade no exército, sofreram oposição por parte dos jesuítas, que não estavam dispostos a tolerar. Dreyfus foi o primeiro judeu a alcançar um cargo no Estado-maior (Arendt, 2012, p. 157).

²⁷ Documento sem identificação.

²⁸ Karla Rodrigues Costa (2016, p. 6) explica: “Augusto Charles Ferdinand Armand Mercier du Paty de Clam – nasceu em Paris, em 21 de fevereiro de 1853 e morreu em Versailles - França, em 3 de setembro de 1916. Du Paty de Clam era um tenente-coronel do Estado-Maior do Exército e foi o chefe da investigação e da acusação contra o Capitão Dreyfus”.

²⁹ Conforme Costa (2016, p. 7) esclarece: “Hubert-Joseph Henry, nascido a 02 de junho de 1846 em Pogny, uma comuna do Departamento de Marne, no nordeste da França, e morto em 31 de agosto de 1898, em Fort Mont-Valérien, uma fortaleza da comuna de Suresnes, oeste de Paris, foi um tenente-coronel do Estado-Maior do Exército francês, envolvido diretamente no Caso Dreyfus e que foi preso por ter forjado provas contra o acusado. Foi encontrado morto em sua cela na prisão poucos dias após sua detenção com vários golpes de navalha no pescoço e sua causa-mortis foi declarada como suicídio. Ainda assim, foi considerado um herói da França pelos anti-dreyfusards”.

documentos juntados no processo, tampouco puderam participar do julgamento (Zola, [1898?]).

Apenas em 1986, o Tenente Coronel Georges Picquart³⁰ descobriu documentos que questionavam a culpa de Dreyfus, chegando à conclusão de que a letra registrada não era do capitão condenado, informação que foi vazada para a imprensa. Picquart,³¹ diretor da 3ª Repartição e encarregado de relatar os acontecimentos do caso às autoridades da época, achou estranho o fato de Dreyfus ter se declarado inocente, mas, os jornais informarem que o capitão havia confessado o crime. Foi Picquart quem começou a suspeitar do verdadeiro espião, quando viu uma carta, conhecida depois como *petit bleu*, escrita por Esterhazy,³² com semelhança caligráfica à letra escrita no borderô. Diante das irregularidades escancaradas, os jornais começaram a se referir a Dreyfus com uma certa simpatia e desconfiança (Zola, [1898?]). O jornalista Émile Zola ([1898?]),³³ foi um dos grandes responsáveis em incentivar a revisão do Caso Dreyfus; não apenas isso, mas, pode-se dizer que ele foi o responsável por desagrar a justiça, anular um erro judiciário e retribuir a dignidade de um inocente. A descoberta de um novo suspeito levou a uma série de eventos que incluíram a denúncia pública feita pelo jornalista em sua carta *J'accuse*, onde ele não só expôs as irregularidades³⁴ e a conivência de altos oficiais, mas, também, insinuou tratar-se de um caso de intolerância e de antissemitismo.

Embora Dreyfus tenha sido condenado novamente, foi finalmente absolvido em uma segunda revisão. O caso destacou o antissemitismo francês e evidenciou a discriminação que ele sofreu por ser judeu. Hannah Arendt (2012) observou que o caso não apenas revelou o antissemitismo, mas, também, marcou uma transição na forma como os judeus eram vistos na

³⁰ Arendt (2012, p. 162-163) descreve sobre Picquard: “Foi embaraçoso, portanto, quando transpirou que, no gabinete do Estado-Maior, existia um alto oficial que, embora dotado de uma boa formação católica, excelentes perspectivas militares, ‘adequada’ dose de antipatia pelos judeus, ainda não havia adotado o princípio de que o fim justifica os meios. Esse homem, completamente divorciado do classicismo social e da ambição profissional, era Picquard, e esse espírito simples, calmo e politicamente desinteressado o Estado-Maior iria em breve dizer um basta”.

³¹ Zola [1898?] comenta que Henry, cego com suas próprias provas falsificadas, falsificou também um documento que afastou Picquart do cargo que exercia, mas, mais tarde, descoberta a fraude, Henry fora capturado e acabou por suicidar-se.

³² Costa (2016, p. 6) elucida: “Charles Marie Ferdinand Walsin Esterhazy, de quem se dizia na época ter nascido na Hungria, apresentava registro de nascimento na França, a 16 de dezembro de 1847, em Paris, e que morreu em Harpenden, na Inglaterra em 21 de maio de 1923. Foi na Inglaterra, onde Esterhazy já morava há algum tempo, que muitos anos depois dos fatos ele confessou ser o verdadeiro traidor da França, crime que foi falsamente imputado ao Capitão Dreyfus”.

³³ As publicações de Zola ([1898?], p. 40) acabaram por dividir a sociedade francesa da época, muitos foram às ruas gritar “à morte Zola! abaixo os judeus! Viva o exército!”. O jornalista foi processado e, durante as audiências, pediu para seu advogado falar pouco sobre o seu caso e mais sobre o caso Dreyfus. Na audiência, insistiu na inocência do capitão, e referiu que, um dia, a França agradecerá por seu auxílio. Acabou sendo condenado por difamação e precisando sair da França.

³⁴ Tais como o desacordo com os peritos e os documentos secretos que ninguém teve acesso (Zola, [1898?]).

sociedade francesa. Percebe-se que o antissemitismo foi um fator crucial na condenação de Dreyfus. A propaganda negativa sobre os judeus, alimentada por estereótipos e preconceitos, contribuiu para o ambiente hostil que permitiu a injustiça. As ações dos oficiais militares, que falsificaram provas e manipularam o processo judicial, não foram apenas motivadas por uma suposta traição, mas, ainda, por um profundo preconceito racial e religioso. A recusa em considerar evidências que inocentavam Dreyfus e a proteção oferecida aos verdadeiros culpados demonstram como o antissemitismo afetou o sistema judicial e a administração da justiça. Outrossim, a revisão do caso e a absolvição de Dreyfus não eliminaram as cicatrizes deixadas pelo antissemitismo, tampouco o antissemitismo.

A alta sociedade e os políticos franceses apresentam para a ralé³⁵ francesa uma série de escândalos e fraudes,³⁶ o que lhes aflorou um sentimento antissemita: “[...] enquanto a ralé tomava de assalto a loja dos judeus e os agrediam nas ruas, a linguagem da alta sociedade fazia com que a violência, intensa e verdadeira, parecesse inócua brincadeira de criança” (Arendt, 2012, p. 160). Toda essa fúria, durante o caso Dreyfus, permaneceu. Arendt (2012) refere que cada lance partidário do caso era seguido de violência: quando Zola publicava sobre o fato, suas janelas eram apedrejadas; quando Scheurer-Kestner³⁷ escrevia ao ministro das Colônias, era agredido na rua.

Após a Primeira Guerra Mundial, os judeus da Alemanha e da Áustria foram colocados no mesmo patamar social que os franceses colocaram os judeus durante o caso Dreyfus, embora em circunstâncias mais severas. Na época, eles foram acusados de serem os verdadeiros culpados pela guerra. E é com esse tipo de acusação que o judaísmo começou a ser considerado um vício. Antes, era considerado um crime, que era punível, mas um vício precisa ser exterminado (Arendt, 2012).

Nesse aspecto, percebe-se uma pauta importante para verificarmos as origens do totalitarismo: o racismo, que foi uma arma no período imperialista. Para Arendt (2012), o racismo não era uma arma secreta, tampouco nova, mas nunca tinha sido usado de maneira tão meticulosa como no período nazista. No racismo imperial dividiu a humanidade em raças inferiores e superiores, escravos e dominantes (Correia, 2023). Mesmo não sendo do mesmo

³⁵ Para Arendt (2012, p. 159): “A ralé é fundamentalmente um grupo que representa resíduos de todas as classes. É isso que torna tão fácil confundir a ralé com o povo, o qual também compreende todas as camadas sociais. Enquanto o povo, em todas as grandes revoluções, luta por um sistema realmente representativo, a ralé brada sempre pelo ‘homem forte’, pelo ‘grande líder’. Porque a ralé odeia a sociedade da qual é excluída, e odeia o Parlamento onde não é representada”.

³⁶ A exemplo, o Caso Dreyfus.

³⁷ Karla Rodrigues Costa (2016, p. 13) explica: “Auguste Scheurer-Kestner, 13 fevereiro 1833, Mulhouse – 19 setembro 1899, Bagnères-de-Luchon, foi um químico, industrial, protestante e político francês, senador e vice-presidente do senado durante o caso Dreyfus. Kestner se convenceu de que o episódio era uma grande farsa”.

período citado pela autora, se traz à baila a carta de Pero Vaz Caminha, que relata sua impressão ao chegar ao Brasil, pois ele acreditou que o povo daqui precisava de salvação. Embora na época colonial, Arendt (2012) acredita que o imperialismo surge do colonialismo:

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram. Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza, e com isto seolveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar. [...] **Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar** (Caminha, 1500, grifos nossos).

Muito mais que um significado atrelado a classificações entre plantas e animais, a raça separou os seres humanos: por trás dela sempre há contingência, conflito, poder e decisão. Os fatos históricos são uníssonos revelando que a descoberta do novo mundo refletia sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. Naquele período, começou-se a ter a ideia de que todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus seriam menos evoluídos (Almeida, 2019). É evidente que houve um crescente interesse pelos diferentes povos, estranhos aos olhos dos europeus (Cruz, 2023). Arendt (2012, p. 257) explica que a ideologia racial iniciou desde o momento em que os europeus tentaram incluir todos os povos da terra no conceito de “humanidade ampla” e perceberam que havia diferenças físicas de um continente para outro.

Arendt (2012) menciona que a ideologia racista na Alemanha era forte, principalmente entre os nacionalistas, e que a ideia estava tão ligada aos sentimentos nacionais que era difícil distinguir o mero nacionalismo com o racismo declarado. Ademais, relata que os nacionais inofensivos eram expressos em termos que hoje sabemos racistas:

Historicamente falando, **os racistas, embora assumissem posições aparentemente ultranacionalistas**, foram piores patriotas que os representantes de todas as outras ideologias internacionais; foram os únicos que negaram o princípio sobre o qual se constroem as organizações nacionais de povos – o princípio de igualdade e solidariedade de todos os povos, garantido pela ideia de humanidade (Arendt, 2012, p. 236, grifos nossos).

Com base na afirmação de Arendt (2012), é possível perceber que se o nacionalismo intensifica a massificação social – conforme analisado no capítulo anterior – e se o racismo é mais pronunciado entre os nacionalistas, então, a mesma massa que negligencia as

individualidades é também a que incita discursos de ódio, promovendo e apoiando o uso da violência para erradicar as diferenças.

A fim de mostrar que os nacionalistas eram os principais racistas, Arendt (2012) menciona quais as doutrinas que influenciaram o pensamento da época. Inicia mencionando a Bíblia, uma vez que o livro não inclui relações entre as raças humanas, logo, os poligenistas,³⁸ com base na Bíblia, isolaram os povos e visavam evitar casamentos inter-raciais, por considerar que indivíduos de origem mista eram como humanos não verdadeiros, pois não pertenciam a nenhuma raça. Posteriormente, essa explicação foi substituída por outra doutrina: o darwinismo. O darwinismo, teoria demonstrada por Charles Darwin, é a ciência que explica a evolução das espécies e a semelhança dos homens entre os animais. A distorção dessa teoria, foi o que influenciou o pensamento da época: surgiu a crença na raça superior e, conseqüentemente, que a raça superior, qual seja, o europeu, deveria levar a civilização aos povos inferiores, asiáticos, indígenas e negros (Arendt, 2012). Urge ressaltar que Charles Darwin nunca mencionou que o mais capaz era o mais forte ou o mais poderoso.

Percebe-se que o período totalitário exposto se utilizou da manipulação da informação e da disseminação de narrativas distorcidas para fomentar o racismo e a xenofobia. Essa estratégia incluiu estereótipos e colocou os judeus como bodes expiatórios para os problemas sociais e econômicos: se um agricultor tivesse dificuldades para lidar com o súbito crescimento das cidades e com a realidade das ferrovias, que agora cortavam suas terras, podia culpar os judeus por isso. Se um lojista considerasse que os clientes estavam abandonando sua loja, em favor das novas lojas de departamento, podia culpar os judeus por isso. Essa antipatia crescente era ainda mais evidente porque havia poucos judeus vivendo na Alemanha (a população judaica correspondia a menos de um por cento), mas, isso não era obstáculo ao antissemitismo (Rees, 2018).

Arendt experienciou de perto os resultados causados pelo antissemitismo, uma vez que foi refugiada durante a Segunda Guerra Mundial, por ter descendência judaica. Em seu ensaio "Nós, os refugiados" (1943), Arendt denuncia as conseqüências concretas desse lugar de desamparo político e existencial, ressaltando não apenas a condição precária dos refugiados, mas também a falência do modelo estatal que associa cidadania à nacionalidade e exclui aqueles que não se encaixam nos critérios homogêneos da nação. É nessa esteira que é possível perceber o racismo, o antissemitismo e o ultranacionalismo como elementos estruturantes do processo de desumanização, que transforma indivíduos em "supérfluos" —

³⁸ Poligenismo é uma teoria sobre as origens dos humanos que postula a existência de diferentes linhagens para as raças humanas.

seres descartáveis que não têm lugar no mundo e cujas vidas são desprovidas de valor político.

Enfim, verifica-se que o antissemitismo é a exemplificação da gênese totalitária exposta por Arendt (2012), uma vez que transforma a sociedade em uma massa cega, movida por um ódio totalmente irracional e violento, assim como torna questões sociais simples em uma burocracia para aqueles que precisam de soluções.

Quando a sociedade se torna altamente massificada, as diferenças individuais são frequentemente desconsideradas, processo ainda mais perigoso quando se combina com ideologias preconceituosas. A uniformização das ideias pode promover a ideia de que certos grupos são homogêneos e, essencialmente, diferentes ou inferiores em relação ao grupo dominante. Assim, a massificação facilita a disseminação de preconceitos raciais e constrói narrativas discriminatórias.

Conforme estudado neste capítulo, a propagação da ideia de que os judeus eram os grandes inimigos e os causadores dos maiores problemas, acabou servindo como justificativa para ações discriminatórias, portanto a manipulação das massas não apenas perpetuou o racismo, mas, também, o institucionalizou. Assim, temos, então, as classes, as massas e a ralé (resíduo de todas as classes) institucionalizando o ódio e apoiando o terror, e é desta formação que surgem os líderes totalitários (Oliveira, 2014).

2.2 A influência da publicidade no processo de massificação

Para o desenvolvimento crítico da sociedade, seria essencial que as propagandas políticas expusessem a realidade, assim a comunidade conseguiria se organizar para discutir os pontos de melhorias e mudanças. No entanto, muitas vezes, o governo utiliza a propaganda para distorcer a realidade, contribuindo para um ambiente social hostil e alheio. Jason Stanley (2020) comenta que o principal papel da propaganda política é ocultar os objetivos problemáticos de políticos ou de movimentos, mascarando-os na tentativa de transformá-los em ideias amplamente aceitas.

É nesse diapasão que, durante o período totalitário, a realidade foi substituída por uma realidade ficcional, que, muitas vezes, é mais atrativa. Para Arendt, essa tarefa foi realizada pela mentira organizada (Bodziak Junior, 2024), uma vez que para as massas serem conquistadas pelo totalitarismo, a propaganda precisou não apenas ocultar os problemas

políticos e sociais, mas, transformar a mentira em verdade (Duarte, 2000).³⁹ A publicidade totalitária não afirma que o desemprego não existe, mas, exclui de sua publicidade qualquer menção sobre benefícios para os desempregados (Arendt, 2012). Observa-se que o conteúdo midiático poderia ser abrangente, considerando que o cenário pós-Primeira Guerra Mundial era marcado por caos econômico, inflação, desemprego e crises no comércio e na indústria (Marosin, 2010). No entanto, a estratégia totalitária consistia, precisamente, em evitar e eliminar certos temas.. Hitler (2016), em sua obra *Minha luta*, afirma que a propaganda popular deveria ser adaptada ao nível de compreensão das pessoas menos instruídas, enfatizando poucos pontos principais que devem ser repetidos de forma simplificada (Stanley, 2020).

Uma das principais funções da propaganda é fornecer informações curtas e rápidas, com objetivo de influenciar o comportamento de um determinado grupo de pessoas (Domenach, 2001). Como todos os aspectos da comunicação, a propaganda é uma atividade que se adapta às necessidades e objetivos de seus emissores e receptores; no caso totalitário, a propaganda visava persuadir aqueles grupos que não estavam doutrinados pela ideologia (Arendt, 2012). Conforme a filósofa argumenta:

Os nazistas não eram meros nacionalistas. Sua propaganda nacionalista era dirigida aos simpatizantes e não aos membros convictos do partido. Ao contrário, este jamais permitiu perder de vista o alvo político supranacional. O “nacionalismo” nazista assemelhava-se à propaganda nacionalista da União Soviética, que também é usada apenas como repasto aos preconceitos das massas. Os nazistas sentiam genuíno desprezo, jamais abolido, pela estreiteza do nacionalismo e pelo provincianismo do Estado-nação. Repetiram muitas vezes que seu movimento, de âmbito internacional (como, aliás, é o movimento bolchevista), era mais importante para eles do que o Estado, o qual necessariamente estaria limitado a um território específico (Arendt, 2012, p. 26).

Percebe-se que a propaganda nacionalista – cheia de preconceitos – foi utilizada para atrair simpatizantes e conquistar o apoio das massas. Tanto no nazismo, quanto no comunismo utilizaram-se dessa estratégia para expandir sua influência e ideologia em escala global. Arendt (2012) menciona que não só com a publicidade em si, mas, como a propagação de lendas conspiratórias foram importantes na política antidemocrática⁴⁰ e, com essas teorias da

³⁹ André Duarte (2000, p. 54) explica esse paradoxo relatando: “[...] a política estalinista dos expurgos, visando alcançar a sociedade sem classes, transformou a mentira das classes decadentes na mais pura verdade, do mesmo modo como a Alemanha nazista tornou-se realmente uma sociedade determinada racialmente. O que havia sido uma mera opinião ideológica, antes, tornara-se o conteúdo vivo da realidade”.

⁴⁰ Além do período totalitário, períodos de instabilidades democráticas também se utilizam dessas teorias, fornecendo explicações para emoções irracionais: a ideia de que o presidente Obama é um mulçumano disfarçado que finge ser cristão para derrubar o governo dos EUA faz sentido racional a partir do sentimento irracional de ameaça que muitas pessoas brancas tiveram diante de sua ascensão à presidência (Stanley, 2020).

conspiração, é possível notar que a linguagem não é utilizada apenas para emitir informações, mas, também, para provocar emoções (Stanley, 2020, p. 76).

Hitler passou de mero ouvinte para palestrante do Partido dos Trabalhadores Alemães disseminando ideias acerca da superioridade da raça alemã e relatando que tanto os judeus, quanto os comunistas ameaçavam a pureza da raça (Marosin, 2010). Além disso, proferia discursos aliados à compreensão da situação do povo alemão e afirmava que a Alemanha tinha sido traída pelos comunistas e pelos judeus, trazendo para os alemães aquilo que eles almejavam: um alvo para seus ressentimentos (Marcondes Filho, 1986). E foi com esse tom de discurso que Hitler conquistou a massa de desempregados, de proletariado, da pequena burguesia, que buscava empregos, e dos industriais que queriam afastar o comunismo (Marosin, 2010). Percebe-se que Hitler e Joseph Goebbels, seu ministro da Propaganda, compreenderam o poder da comunicação em massa para unificar a nação sob uma visão única e distorcida da realidade. Eles utilizaram jornais, rádio, cinema e até a arte para glorificar a figura de Hitler, demonizar os inimigos do regime (especialmente os judeus) e justificar as políticas expansionistas e genocidas do Terceiro Reich.⁴¹ A propaganda nazista era extremamente eficaz em simplificar mensagens complexas, transformando-as em *slogans* fáceis de memorizar, o que facilitava a disseminação da ideologia entre todas as camadas da sociedade.

Em *Eichmann em Jerusalém*, Arendt (1999) menciona que quando o nazismo atingiu um ápice influenciador, a propaganda estava voltada ao rearmamento e à demanda do desemprego havia sido eliminada, mas, ainda, não tinha se voltado inteiramente para a perseguição dos judeus, uma vez que estavam primordialmente contra os antifascistas.

Não só no período da Alemanha nazista, mas Arendt (2012) menciona que a propaganda comunista ameaçava as pessoas com a possibilidade de perderem parte da história. É evidente que ninguém quer perder parte de sua história, portanto a propaganda totalitária prosperou fugindo da realidade e convenceu as massas com a apresentação de fatos que nem sempre eram verdadeiros.

Ademais, os nazistas trouxeram como posição central da propaganda a questão judaica, no sentido de que o antissemitismo já não era questão de opinião, mas sim, uma preocupação íntima de todo o indivíduo na sua existência pessoal. Dessa forma, ninguém poderia pertencer a algum partido se não tivesse sua “árvore genealógica em ordem”, ou seja,

⁴¹ O Terceiro *Reich* foi o nome dado à Alemanha entre 1933 e 1945, durante o regime nazista (Moreira, 2022). Para Arendt (1999), o fim do mundo começou com o *Reich*, que, na época, não compreendia só a Alemanha, mas, também, a Áustria, a Morávia e a Boêmia, o Protetorado Tcheco e as Regiões Ocidentais polonesas.

só poderia pertencer a algum partido quem não tivesse descendência judaica (Arendt, 2012, p. 491).

Guy Debord (1997), em sua obra *A sociedade do espetáculo*, argumenta que as sociedades contemporâneas estão imersas em um espetáculo, na qual as pessoas não se relacionam pela concretude da vida, mas pelas imagens. A propaganda, nesse contexto, atua como o principal mecanismo de manutenção do espetáculo, criando e disseminando imagens que publicizam um cotidiano idealizado, mas que raramente corresponde à realidade. Dessa forma, pode-se afirmar que, onde houver dominação total, a sociedade estará envolta em um espetáculo. A propaganda, ao incentivar um estilo de vida centrado no ter e, posteriormente, no parecer, molda uma sociedade em que as aparências passam a valer mais do que a substância. Isso leva as pessoas a se distanciarem de suas próprias realidades e desejos (Debord, 1997).

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive, quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes das necessidades, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele. E por isso que o espectador não se sente em casa em lugar algum, pois o espetáculo está em toda parte (Debord, 1997, p. 18).

Debord (1997, p. 106) relata que “[...] o espetáculo esconde a miséria do mundo” e demonstra, com as propagandas, somente os desejos e as necessidades artificiais. Com essa

exclusão da miséria, explica que a publicidade manipula a população a tal ponto que consegue administrar seu tempo,⁴² seu espaço⁴³ e sua cultura.⁴⁴

Isto posto, identifica-se que propaganda política totalitária cria mensagens por meio de repetições, apelos emocionais e narrativas convincentes. Esse tipo de publicidade pode estabelecer ideias que, com o tempo, se tornam parte integrante do pensamento coletivo. Essa repetição constante, aliada à utilização de símbolos e *slogans*, facilita a internalização de mensagens, fazendo com que as massas a aceitem e reproduzam ideias sem questioná-las.

⁴² Debord (1997, p. 106) argumenta que o espetáculo vende o ganho de tempo como algo positivo, entregando transporte rápido e sopa em pó para que a população possa assistir televisão por duas ou três horas e, desse modo, “[...] a realidade do tempo foi vendida pela publicidade do tempo”. É notório que a publicidade cria ilusões de necessidades fúteis ao espectador (Negrini; Augusti, 2013). No geral, as pessoas querem fugir da rotina com o lazer, mas, este não é mais livre e nem gratuito, ou seja, caíram no campo do planejamento econômico e de ação mercadológica (Rüdiger, 2007). É evidente que as lutas democráticas foram importantes para o tempo útil social, afinal é com elas que o direito trabalhista ganhou o descanso remunerado, a jornada de trabalho de oito horas (Stanley, 2020), as férias e os demais direitos do trabalhador, mas Debord (1997) incita além disso, o autor não quer que sejamos meros robôs profissionais que, até em seu tempo livre, consomem aquilo que o Estado ou os hierarquicamente mais fortes querem que as pessoas consumam.

⁴³ No sétimo capítulo, Guy Debord (1997) fala sobre a banalização do espaço. Atualmente, as distâncias geográficas pouco importam, em razão da globalização e dos meios de comunicação, mesmo assim, a sociedade parece cada vez mais individualizada. Outrossim, o tempo e o espaço perderam sua configuração habitual: se tornaram virtuais e as pessoas perderam a autenticidade nas suas formas de viver (Negrini; Augusti, 2013), exatamente como o autor menciona: “[...] essa sociedade que suprime a distância geográfica recolhe interiormente a distância, como separação espetacular” (Debord, 1997, p. 112). Nesse sentido, Arendt (2007) comenta que os homens vivem num todo global e contínuo, no qual a distância tornou-se insignificante e a velocidade conquistou espaço. Sobre esse fato, Debord (1997) menciona que não só a individualização em si, mas a capitalização da individualização faz parte do espetáculo: os centros culturais, os clubes de férias e os condomínios residenciais; todos organizados de propósito para dar a impressão de uma coletividade, mas trata-se de indivíduos isolados em conjunto. Para o escritor, a melhor solução para esse problema urbanístico é a construção de território que esteja de acordo com as necessidades dos trabalhadores e do proletariado.

⁴⁴ A cultura faz parte da esfera geral do conhecimento e das representações sociais, o entrave começa quando há o fim da cultura, que se dá, em primeiro aspecto, pela crítica social do projeto de superação na história total e a necessidade de uma defesa do poder de classe por meio de uma manutenção organizada desse projeto morto na contemplação espetacular. Percebe-se que a cultura também faz parte do espetáculo. Isto porque a arte se torna ponto de mercadoria, que é a base dessa sociedade. Nesse sentido, é evidente que há um consumidor para essa espetacularização. Para Debord (1997, p. 126), “[...] o homem desprezível que é realmente o espectador”, já que ele está consumindo e sendo ludibriado pela sociedade do espetáculo sem questionar a cultura da espetacularização.

3 A DOMINAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM POR MEIO DA BUROCRACIA

Assim como em uma partida de futebol, as regras são essenciais. No futebol, as normas estabelecem que o jogo é disputado por duas equipes de onze jogadores, e vence quem marcar mais gols; os jogadores só podem tocar a bola com os pés, cabeça ou corpo, com exceção do goleiro, que pode usar as mãos dentro da área; e as faltas, impedimentos e cartões amarelo e vermelho são aplicados para disciplinar o jogo e garantir a segurança dos atletas quando há infrações. Na sociedade, as leis cumprem funções semelhantes. Metáforas à parte, neste capítulo, será abordada a burocracia como instrumento de violência e como ponto de partida para a ascensão de regimes totalitários. As normas são fundamentais para garantir a ordem e o bem-estar social; cumpri-las é essencial para promover a justiça e construir um ambiente de respeito mútuo. O problema, contudo, não reside na legislação em si, mas, surge quando os líderes de governo ignoram a legislação para instituir burocracias que dificultam o acesso à direitos básicos, ou quando decretos contrários à Constituição e aos direitos humanos entram em vigor para disfarçar a ilegalidade de atos burocráticos, criando uma falsa impressão de conformidade com as normas. Nesse mesmo ponto, há aqueles que cumprem as ordens dos líderes do governo totalitário, acreditando que estão executando atividades legais e que não serão posteriormente julgados por isso, visto sua obediência à burocracia.

3.1 A burocracia como instrumento de controle da massa

A utilização da burocracia como instrumento de dominação política também teve papel significativo no processo de dominação total (Duarte, 2000). Baseada no terror e na ideologia, a burocracia criou uma nova forma de dominação, cuja perversidade nem sequer tem grandeza (Lafer, 2003). Arendt (2012) menciona que a burocracia foi um mecanismo de organização e domínio dos povos estrangeiros, resultado de princípios administrativos que os europeus impuseram para dominação daqueles que consideravam inferiores e carentes de proteção especial. A burocracia, em contextos totalitários, funciona como uma engrenagem cuidadosamente desenhada para assegurar o poder centralizado e sufocar qualquer forma de resistência ou autonomia. Para exemplificar isso, se traz à baila a Segunda Guerra Mundial, quando a máquina burocrática nazista foi amplamente empregada para controlar populações ocupadas e implementar políticas genocidas. O uso eficiente da burocracia garantiu que o Estado totalitário mantivesse controle absoluto, regulando, até mesmo, os mínimos detalhes da vida das pessoas sob seu domínio.

Para Arendt (2007, p. 50), em *A condição humana*, a burocracia é uma forma de “governo de ninguém”, o que não significa necessariamente a ausência de governo, mas pode vir a ser uma das mais cruéis e tirânicas versões de governar, uma vez que exclui a possibilidade de ação e controla, igualmente e com igual força, todos os membros de determinada comunidade. Desse modo, a burocracia acaba substituindo a possibilidade de ação pela imposição de comportamento, reduzindo o homem como um todo, em todas as atividades, tal como um animal que se comporta de maneira condicionada. No caso de povos sob domínio totalitário, a burocracia é utilizada para implantar o domínio da ideologia, sob a aparência de normalidade administrativa.

As raízes da burocracia emergem da problemática do poder (Oliveira, 1970). Nesse sentido, normalmente, ela está a serviço da classe dominante, atrelada à administração pública, mas, muito mais que um segmento de classe, ela é utilizada para promover interesses da classe dominante (Lefort, 1971).

Para Max Weber⁴⁵ (Lefort, 1971), a burocracia é indispensável para o funcionamento do Estado e das atividades econômicas, dessa forma, ele enumerou características essenciais da burocracia moderna:

- a) as atribuições dos funcionários são fixadas por força de leis, de normas ou de disposições administrativas;
- b) as funções são hierarquizadas, de modo que todas as autoridades inferiores são controladas pelas superiores, sendo possível apelar para uma instância superior a propósito das decisões de uma instância inferior;
- c) toda a atividade administrativa deveria ser registrada em documentos escritos;
- d) todas as funções supõem um aprendizado profissional;
- e) o trabalho do funcionário exige dedicação completa ao cargo ocupado;
- f) o acesso à profissão é, ao mesmo tempo, um acesso a uma tecnologia particular (jurisprudência, ciência comercial, ciência administrativa, etc.).

É necessária a análise das características da burocracia definida por Weber, mas, na perspectiva de períodos de dominação total. Porém, para fins de delimitação, foi utilizada a Alemanha nazista para realizar a comparativa.

⁴⁵ Max Weber foi um sociólogo (1864-1920) que defendeu a burocracia como forma legítima de dominação e uma forma avançada de organização administrativa (Frazão, 2023).

A Constituição de Weimar,⁴⁶ promulgada em 1919, consagrou o princípio democrático e a reserva de lei em matéria de direitos fundamentais. Mesmo instaurada, as decisões judiciais continuaram tomando como base a doutrina antiga, consolidando e legitimando essas práticas ultrapassadas. Sob a justificativa do *Führerprinzip*,⁴⁷ Hitler passou a monopolizar as competências legislativas, provocando uma fusão entre os poderes executivo e legislativo, o que eliminou a distinção entre lei e regulamento, ignorando as ideias de separação de poderes e suas respectivas esferas de atuação (Wimmer, 2007). Além disso, a Constituição de Weimar de 1919 (Comparato, 2024) sequer foi revogada pelos nazistas, embora fosse constantemente ignorada, assim como as leis e decretos dela derivados, constituindo um estado permanente de ilegalidade (Correia, 2023). Nota-se que, embora houvesse fixação legislativa das atribuições dos funcionários, como prevê a primeira característica disposta por Weber (Lefort, 1971), a legalidade dessa regulamentação é questionável.

Ademais, a segunda característica ditada por Weber não foi visualizada no contexto totalitário (Lefort, 1971), uma vez que os funcionários subalternos eram obrigados a cumprir as ordens das autoridades superiores, sem qualquer espaço para questionamento. Assim, o funcionário burocrático, que entra para a esfera interna do Estado, abandona as vestes de cidadão para assumir a roupagem do funcionário público, sujeito a ordens e instruções com efeitos apenas internos (Wimmer, 2007).

Em contrapartida, a terceira característica apontada por Weber foi amplamente observada durante a Alemanha nazista, uma vez que toda atividade burocrática era documentada formalmente. Os registros burocráticos, dessa época, documentavam o extermínio em massa, que, em parte, permitiu que a banalidade do mal dividisse os “assassinos de escritório” dos “massacres administrativos” que eles ordenavam (Caswell, 2010, p. 10). Os registros e as ordens escritas fizeram a máquina burocrática funcionar, estabelecendo uma rotina e permitindo repetição (Caswell, 2010). As últimas três características, também, podem ser encontradas em um regime de domínio total, uma vez que todas as funções supõem um aprendizado profissional, o trabalho do funcionário exige

⁴⁶ A Constituição de Weimar de 1919 foi um marco na tentativa de estabelecer uma democracia parlamentar na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial e, também, uma das primeiras constituições do mundo a reconhecer os direitos trabalhistas (Comparato, 2024).

⁴⁷ Conforme expõem King e King (2014): “O *Führerprinzip*, ou ‘princípio do líder’, refere-se a um princípio orientador da organização política particularmente associado ao regime nacional-socialista da Alemanha (1933-1945). De acordo com esse princípio, a tarefa de forjar uma forte unidade nacional requer a liderança de um indivíduo forte e carismático a quem obediência absoluta ou quase absoluta é dada por todos os membros da sociedade. Sob essas condições, tal líder, de acordo com o *Führerprinzip*, pode então representar a personificação concreta do estado, de suas leis e da vontade da nação como um todo”.

dedicação completa ao cargo ocupado e o acesso à profissão e, ao mesmo tempo, um acesso a uma tecnologia particular.

De acordo com Oliveira (1970, p. 50), Weber (1966, p. 19) descreveu um modelo ético-legal para as relações funcionais dos indivíduos dentro de uma burocracia: “[...] o conjunto do quadro administrativo subordinado à autoridade suprema é formado, no tipo mais puro, de funcionários nomeados que atuam conforme os seguintes critérios”:

- a) são indivíduos livres, estando sujeitos à autoridade apenas em suas obrigações oficiais;
- b) estão organizados numa hierarquia de cargos definida;
- c) cada cargo possui uma esfera de competência determinada, no sentido legal;
- d) o cargo é preenchido mediante uma livre relação contratual. Assim, em princípio, há livre seleção;
- e) os candidatos são selecionados por suas qualificações técnicas, em alguns casos, a qualificação é testada por exames, ou por meio de diplomas que comprovam a instrução técnica, ou por ambos os critérios. Os candidatos são nomeados e não eleitos;
- f) são remunerados com salários fixos em dinheiro. Somente em determinadas circunstâncias a autoridade empregadora, especialmente nas organizações privadas, tem direito de rescindir o contrato, mas o funcionário é sempre livre para demitir-se. A escala salarial é inicialmente graduada de acordo com o nível hierárquico e a responsabilidade do cargo e as exigências do status social do ocupante podem ser levadas em consideração;
- g) o cargo é a única ou, pelo menos, principal ocupação do funcionário;
- h) deve existir um sistema de promoção por antiguidade, por merecimento ou por ambos e a promoção depende do julgamento dos superiores;
- i) o funcionário deve trabalhar inteiramente desligado da propriedade dos meios de administração e não se apropria do cargo;
- j) todo o funcionário estará sujeito a uma rigorosa e sistemática disciplina e controle no desempenho do cargo (Oliveira, 1970).

Observa-se que os critérios para nomeação e atuação do funcionário na burocracia, que Weber (1966) descreve, podem ser identificados na administração das organizações complexas, públicas e privadas: desde a seleção baseada nas qualificações e aptidões, nas promoções vinculadas à antiguidade e ao mérito, até a forma de pagamento (Oliveira, 1970). Logo, a análise, no presente estudo, deve ser realizada no âmbito do funcionário público em

regimes totalitários, a fim de verificar como o sistema burocrático se comporta dentro desse tipo de organização.

Os pesquisadores Breton e Wintrobe (1986) argumentam que, os funcionários nazistas, ao invés de serem aprisionados por uma burocracia rígida, operavam em uma rede flexível. Apesar da hierarquia opressiva da burocracia totalitária, os trabalhadores tinham poder de escolha ao realizar suas atividades diárias (Caswell, 2010). Portanto, a primeira característica demonstrada por Weber (1966) está de acordo com o padrão de burocracia totalitária seguido pelos nazistas.

Robert Merton⁴⁸ (1966, p. 102) expõe a atenção para as disfunções da burocracia, resultantes das pressões internas da estrutura organizacional burocrática weberiana: “incapacidade treinada”, que corresponde à falta ou insuficiência de flexibilidade para reagir às transformações; “psicose ocupacional”, nome para as antipatias que o indivíduo adquire em função do trabalho; “deformação profissional”, quando um funcionário apresenta traços marcantes devido à profissão que exerce. O autor destaca que, na observância às normas, exigida pela burocracia weberiana, importam a conformidade e a submissão do funcionário, o que, muitas vezes, o enrijece e o torna incapaz de adaptar sua ação às condições ou transformações reais não previstas na lei. Logo, nota-se a disfunção do “conservadorismo”, decorrente da disciplina em relação às normas e do foco na carreira, que leva à resistência a mudanças (Merton, 1966).

Ademais, Merton (1966, p. 106-108) menciona, também, a disfunção do “espírito de grupo”, que nasce da consciência de interesses e destino comuns entre os funcionários, mas, que nem sempre estão alinhados com os interesses públicos. Como consequência, a comunidade de interesses e de destino do burocrata fazem-no desenvolver, paralelamente à organização formal, uma organização informal que emerge sempre quando seus interesses parecem ameaçados.

Destarte, parece que a burocracia weberiana é um tipo de organização que garante a eficiência por meio dos requisitos da racionalidade, da normatização da hierarquia, da especialização e da impessoalidade, no entanto, conforme demonstrado, os mesmos requisitos promotores da eficiência podem se transformar em requisitos disfuncionais, que provocam o enrijecimento da conduta dos membros da organização, resultando numa atitude de resistência à mudança e na incapacidade da organização de reagir (Oliveira, 1970).

⁴⁸ Robert Merton (1910-2003) foi um sociólogo norte-americano, considerado o pioneiro na Sociologia da Ciência explorando o modo como os cientistas se comportam e o que os motiva, recompensa e intimida. E foi um importante teórico da burocracia e da comunicação de massa (Frazão, 2015).

As características listadas por Weber (1966) fazem sentido em diversos momentos, inclusive durante os períodos totalitários. No entanto, o uso da burocracia, como instrumento de terror e como manipulação, abre espaço para as disfunções citadas por Merton (1966).

A ideia de que “Cada cargo possui uma esfera de competência determinada⁴⁹ somada a ideia de que todo o funcionário está sujeito a uma rigorosa e sistemática disciplina e controle no desempenho do cargo”⁵⁰ (Weber, 1966, p. 19) não é, por si só, a causa do totalitarismo. O problema surge quando essas funções são direcionadas para promover o terror ou manipular informações⁵¹ e, ao seguirem essas ordens de forma acrítica, os agentes contribuem para um cenário de instabilidade e criam condições para a ascensão do totalitarismo.

Sendo assim, a burocracia, enquanto modelo organizacional e quando aplicada corretamente, pode garantir eficiência administrativa e estabilidade institucional, conforme previsto por Weber (1966). Todavia, a instituição pública, ao utilizar da estrutura burocrática para promover opressão, acaba por reforçar o autoritarismo e abrir campo para a sua implementação. Nesse sentido, o modelo burocrático revela sua ambiguidade: enquanto pode ser um pilar de estabilidade e racionalidade, também pode ser distorcido para perpetuar regimes totalitários.

Conforme exposto, a burocracia weberiana foi empregada, em sua estrutura teórica, pelo regime nazista. Embora não estivessem presentes todas as características delineadas por Weber, sua espinha dorsal mostrou-se essencial para que o totalitarismo alcançasse e sustentasse seu auge. Contudo, o uso dessa burocracia ultrapassou a mera organização da administração pública: seu propósito central foi a manipulação tanto das massas quanto dos próprios agentes administrativos. Ela foi utilizada para despersonalizar o poder, dar aparência de legalidade a medidas extremas e impossibilitar a resistência.

Embora Arendt (1999) não discuta explicitamente Weber no seu comentário ao julgamento de Adolf Eichmann,⁵² o retrato que faz de Eichmann como um burocrata está profundamente ancorado na concepção de burocracia desenvolvida por Weber (Caswell, 2010). Para Weber (1966), a burocracia plenamente desenvolvida deveria ser conduzida “sem raiva e sem preconceito” por burocratas agindo de forma imparcial (Caswell, 2010, p. 6). Nesse contexto, Eichmann pode ser compreendido como o tipo de burocrata descrito por

⁴⁹ Segunda característica listada por Max Weber (1966).

⁵⁰ Décima característica listada por Max Weber (1966).

⁵¹ Promover o terror ou manipular informações foram expressões trazidas por mim, meramente, em caráter exemplificativo, mas, poderiam ser citados outros exemplos.

⁵² Será explorado no subcapítulo a seguir.

Weber, pois, apesar de ser responsável por atrocidades, ele não demonstrava ódio pessoal ou má vontade em relação aos judeus (Caswell, 2010).

3.2 O poder de ofício como burocracia

Com essa perspectiva, buscou-se, para este capítulo, a obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, que aborda o julgamento de Adolf Eichmann – o qual Arendt (1999) presenciou e relatou para a revista *The New Yorker*.⁵³ Considerado um dos principais executores do regime nazista, a autora não se depara com um “monstro”, mas, com um homem assustadoramente comum, que não era motivado por uma vontade de transgredir (Gazzola, 2024). Surge, então, a figura de um funcionário burocrático, incapaz de refletir sobre suas ações e preso a clichês administrativos; alguém que apenas busca cumprir as ordens impostas pelo governo.

Nesse contexto, Arendt (1999) identifica a banalidade do mal como uma das maiores ameaças às democracias, pois converte o exercício da violência em simples execução de metas e ordens.

Eichmann nasceu em 1905 na cidade de Solingen, era o mais velho de cinco filhos e o único entre os irmãos que não conseguiu terminar a escola secundária,⁵⁴ nem a se formar na Escola Vocacional de Engenharia⁵⁵; mesmo assim, os documentos oficiais o apontavam como engenheiro de construção, nascido na Palestina e fluente em hebraico e ídiche (Arendt, 1999).⁵⁶ No primeiro capítulo da obra, a autora conta que Adolf Eichmann foi capturado na Argentina para ser julgado em Jerusalém pelos seus atos cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, sobretudo, para ser julgado pela questão da “solução final dos judeus”⁵⁷ (Arendt, 1999, p. 40). Hannah Arendt (1999, p. 17) informa que o julgamento não foi divulgado como

⁵³ Após a publicação de *Eichmann em Jerusalém*, Arendt “[...] foi acusada de defender Eichmann e apresentá-lo como normal e de culpar os judeus por seu próprio extermínio ao destacar a cooperação de parte dos conselhos judaicos; de diminuir o heroísmo dos que lutaram ativamente contra o nazismo; zombar do sofrimento das vítimas ao cunhar a expressão ‘banalidade do mal’ e descrever Eichmann como um ‘palhaço’; de ofender os judeus de Israel ao associar o ‘idealismo’ de Eichmann ao sionismo; de ser desmedidamente irônica no tratamento de um tema que exigiria circunspeção; de ser arrogante ao condenar a conduta de lideranças judaicas que colaboraram com o nazismo sem que elas tivessem estado na mesma situação extrema; de ridicularizar a condução do julgamento em Israel, definida por interesses nacionais e geopolítico, e de não se dar conta da relevância dele para as vítimas” (Correia, 2023, p. 38).

⁵⁴ Atualmente, a escola secundária equivale ao Ensino Fundamental.

⁵⁵ Percebe-se a irrealidade da burocracia citada por Weber (1966), uma vez que ele mencionou a necessidade de qualificações técnicas para um funcionário burocrático, mas Eichmann sequer teria chegado à escola secundária.

⁵⁶ Da mesma forma, percebe-se que a burocracia apontada por Weber (1966) não foi observada no período nazista, já que os documentos oficiais poderiam ser facilmente manipulados e conter informações falsas.

⁵⁷ A “Solução Final” era o codinome oficial para o extermínio dos judeus (Arendt, 1999, p. 99).

“[...] crimes contra o povo judeu, mas crimes contra a humanidade perpetrados no corpo do povo judeu”, o que causou certa estranheza no povo de Israel, já que a lei rabínica⁵⁸ governava o *status* pessoal dos cidadãos.

O advogado de Eichmann, durante uma entrevista, mencionou que ele se considerava culpado apenas perante Deus, mas não perante a lei,⁵⁹ isso porque, para o sistema nazista, não estaria fazendo nada de errado e suas ações não passavam de “atos de Estado” (Arendt, 1999, p. 32). É evidente que a acusação tentou provar o contrário de sua declaração,⁶⁰ mostrando que Eichmann seria um dos culpados da “solução final”, já que a sua conduta de escancara a burocracia no período totalitário, uma vez que os funcionários públicos, da época, agiam justificando que seus atos estariam fundamentados por decretos.

Esse pensamento é comum entre os agentes de um governo totalitário, que possuem em suas mãos o fenômeno do poder aliado à violência. Eichmann, por sua vez, não detinha o poder em si, mas demonstrava obediência a ele. Para André Duarte (2000), o poder só é legitimamente originado quando as palavras são empregadas para revelar realidades e os atos são usados não para violar ou destruir, mas, para criar novas relações e realidades; observa-se que, somente dessa forma, o poder consegue se dissociar da violência, algo que não foi compreendido nos regimes totalitários.

⁵⁸ A Lei Rabínica proibia os judeus de se casarem com não judeus e os casamentos realizados no exterior eram reconhecidos, mas, os filhos de casamentos mistos eram legalmente bastardos (Arendt, 1999).

⁵⁹ Conforme Arendt (1999, p. 33), Eichmann afirmou que: “[...] com o assassinato dos judeus não tive nada a ver. Nunca matei um judeu, nem um não-judeu – nunca matei nenhum ser humano. Nunca dei uma ordem para matar fosse um judeu fosse um não-judeu; simplesmente não fiz isso”.

⁶⁰ Arendt (1999, p. 33-34) aponta para algumas declarações da acusação: “A prova era mais questionável do que deu a impressão de ser durante o julgamento, em que os juízes aceitaram a versão do promotor contra a negação categórica de Eichmann – uma negação muito ineficaz, visto que esquecera o ‘breve incidente [eram 8 mil pessoas] não tão marcante’, nas palavras de Servatius. O incidente ocorrera no outono de 1941, seis meses depois de a Alemanha ter ocupado a parte sérvia da Iugoslávia. O Exército vinha sendo infernizado pela guerra de guerrilha desde então, e as autoridades militares decidiram resolver dois problemas de um só golpe, fuzilando cem judeus e ciganos para cada soldado alemão morto. Sem dúvida nem os judeus nem os ciganos eram guerrilheiros [...] A acusação perdeu muito tempo num mal-sucedido esforço para provar que Eichmann, pelo menos uma vez, matara com as próprias mãos (um menino judeu na Hungria), e gastou ainda mais tempo, e com maior sucesso, com um bilhete que Franz Rademacher, o perito judeu do Ministério das Relações Exteriores alemão, rabiscara num dos documentos sobre a Iugoslávia durante uma conversa telefônica, e que dizia: ‘Eichmann propõe o fuzilamento’”.

Arendt (1999) explica que quando Eichmann entrou para a *Schutzstaffel* (SS),⁶¹ – a *Einsatzgruppen* (SD)⁶² ainda era uma entidade nova – ele não sabia do desenvolvimento das questões criminosas dentro das entidades, uma vez que elas eram altamente secretas. De início, ele foi designado para o Departamento de Informação, onde seu trabalho consistia em arquivar toda a informação relativa à maçonaria e, depois de cinco meses, foi transferido para um departamento novo, em que iria atuar com algumas causas judaicas. Foi nesse departamento que a sua carreira acabou na corte de Jerusalém. É importante ressaltar que Eichmann iniciou seu trabalho no departamento novo no mesmo ano em que o regime nazista atingiu seu auge do reconhecimento interno e externo e quando Hitler era admirado por toda a parte como um grande estadista. Após quatro anos trabalhando nesse departamento, ele foi reconhecido como “perito da questão judaica” (Arendt, 1999, p. 52).

Durante seu julgamento, Adolf Eichmann declarou que via os judeus como opositores e que, em sua perspectiva, buscava oferecer-lhes uma solução que considerava justa. Segundo suas palavras, essa solução consistiria na criação de um território específico e próprio para o povo judeu e alegou que essa proposta foi bem recebida pelos judeus, o que, em sua visão, justificaria a cooperação que observou por parte deles. Para ele, essa resposta positiva do povo judeu corroboraria a legitimidade de sua proposta, reforçando a ideia de que a solução sugerida havia sido aprovada por ambas as partes envolvidas. Além disso, chegou a alegar que fornecia tratamento igualitário ao povo judeu, ouvia suas queixas e cumpria suas promessas, relatando que não previu a Solução Final (Arendt, 1999). Percebe-se que sua alegação de cooperação fez sentido em dado momento, entretanto, segundo relatos, Eichmann mudou sua personalidade quando precisou aplicar os métodos de emigração forçada:

Em até certo ponto, Eichmann **de fato demonstrou-se cooperativo com os judeus, fato que foi confirmado por um antigo membro da Executiva da Organização Sionista da Alemanha, dr. Franz Meyer**: “em Berlim, os funcionários judeus

⁶¹ A SS (*Schutzstaffel*), conforme tradução “Esquadrão de Proteção”, foi uma organização do Partido Nazista que teve um papel importante na Segunda Guerra Mundial, principalmente como uma ferramenta de terror e como uma força de defesa do regime. Vejamos alguns itens importantes para entender a SS: a) protegia essencialmente Hitler e os líderes nazistas; b) também teve um ramo militar, a *Waffen-SS*, que cresceu de três regimentos para mais de 38 divisões durante a guerra. A *Waffen-SS* foi formada por homens da Alemanha Nazista, mas, também, por voluntários e recrutas de terras ocupadas e desocupadas; c) teve um Serviço de Inteligência (SD) que, em 1939, foi unido à Polícia da Segurança para formar o Gabinete Central de Segurança do Reich (RSHA); d) foi peça-chave no Holocausto, a campanha nazista para exterminar os judeus na Europa; e) Heinrich Himmler foi o líder da SS e um dos homens mais procurados pelos Aliados após a morte de Adolf Hitler; e suicidou-se em 23 de maio de 1945, com uma cápsula de cianeto (Corera, 2020; Bertonha, 2022).

⁶² A SD, *Einsatzgruppen* (chamados oficialmente *Einsatzgruppen der Sicherheitspolizei und des SD*), foram esquadrões da morte subordinados à *Schutzstaffel* (SS), na Alemanha Nazista, responsáveis por diversas execuções em massa e foi fundada por Himmler, para funcionar como Serviço de Inteligência do Partido (Corera, 2020; Bertonha, 2022).

podiam ‘encaminhar reclamações e pedidos’, havia uma espécie de cooperação. Às vezes, Meyer disse, ‘íamos pedir alguma coisa, e havia momentos em que ele pedia coisas para a gente’; na época, Eichmann estava ‘nos escutando genuinamente e tentava sinceramente entender a situação’; seu comportamento era ‘bastante correto’ – ‘ele costumava me chamar de ‘senhor’ e me convidava a sentar’. **Mas em fevereiro de 1939, tudo isso havia mudado. Eichmann mandou chamar os líderes do judaísmo alemão a Viena para explicar seus novos métodos de ‘emigração forçada’.** E lá estava ele, sentado numa grande sala do andar térreo do Palácio Rothschild, reconhecível, é claro, mas completamente mudado: ‘Imediatamente eu disse a meus amigos que não sabia se estava diante do mesmo homem. Era tão terrível a mudança [...] Ali estava um homem que se comportava como se fosse senhor da vida e da morte. Ele nos recebeu com insolência e grosseria. Não nos deixou chegar nem perto de sua mesa. Tivemos de ficar de pé’” (Arendt, 1999, p. 78, grifos nossos).

É evidente que o antissemitismo fez parte do processo burocrático do nazismo, quando, por exemplo, em 1933 os judeus foram excluídos do serviço público, em 1938 foram excluídos dos negócios particulares e quando os judeus universitários foram proibidos de formar-se. Nota-se que as Leis de Nuremberg,⁶³ da mesma forma, burocratizaram o antissemitismo, trazendo para dentro do Estado a questão judaica como um problema a ser resolvido (ou eliminado).

Arendt (1999) relata que, nos primeiros anos do regime nazista, houve uma cooperação limitada entre os sionistas⁶⁴ e as autoridades alemãs, motivada pelo interesse mútuo na emigração dos judeus para a Palestina. Dessa forma, percebe-se que a burocracia nazista, em seus primeiros anos, oferecia algumas condições que possibilitavam essa colaboração, como o Acordo de Transferência (*Ha’avarah*),⁶⁵ que permitia que emigrantes

⁶³ Publicadas em 1935, a Lei de Cidadania do Reich, a Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemães e o Primeiro Regulamento para a Lei de Cidadania do Reich, conhecidas, juntas, como Leis de Nuremberg, transformaram o povo judeu em uma subcondição humana na Alemanha e tiraram deles qualquer vestígio de direitos civis (Milman, 2004). Para Galindo (2013, p. 3): “[...] as Leis de Nuremberg são deveras impositivas e segregacionistas, pois se alguém fosse declarado legalmente judeu, todas as medidas jurídicas e administrativas, passadas e futuras, poderiam alcançá-lo sem qualquer ressalva. De modo que todo um povo passou a ser submisso aos abusos legais, não lhes restando qualquer escolha ou domínio sobre o seu ‘eu’, pois seus corpos eram usados como matéria prima para experimentos médicos sem qualquer respeito ao corpo humano, a sua dignidade humana, sem qualquer respeito aos direitos fundamentais do cidadão, desmerecendo a condição de pessoa de direito como se o corpo fosse mero instrumento laboratorial, deixando a vida em segundo plano, pois aqueles corpos passariam apenas a existir e não respirar o oxigênio da vida. Assim, o povo judeu foi estigmatizado e rotulado como ‘segunda categoria’, não apenas pela burocracia estatal alemã, mas também pela opinião pública, de forma majoritária, materializando uma nova estratégia tomada pelo Parlamento. Na ótica dos nazistas, a condição de judeu era incompatível com o homem alemão, impelindo a tomada de medidas drásticas com o intuito de extinguir, dizimar, todo e qualquer vestígio que esses seres ‘menores’ pudessem influenciar, inclusive do ponto de vista cultural, mas propiciar uma verdadeira saída dos judeus do estado alemão”.

⁶⁴ O sionismo é um movimento político e ideológico que defende a criação de um Estado judeu na Terra de Israel e a autodeterminação do povo judeu.

⁶⁵ Um *Ha’avarah*, ou Acordo de Transferência, permitia que um emigrante para a Palestina pudesse transferir seu dinheiro para lá em bens alemães e trocá-los por libras ao chegar. Isso logo se tornou a única forma legal de um judeu levar consigo seu dinheiro (a única alternativa era a abertura de uma conta bloqueada, que só podia ser liquidada no exterior com uma perda de 50% a 95%). O resultado foi que nos anos 30, enquanto o judaísmo norte-americano fazia um grande esforço para boicotar mercadorias alemãs, a Palestina vivia inundada de todo tipo de bens “*made in Germany*” (Arendt, 1999, p. 73).

judeus transferissem seus bens para a Palestina. Ao mesmo tempo, emissários sionistas procuravam a Polícia Secreta Estatal (Gestapo)⁶⁶ e a SS para negociar a emigração de judeus para os assentamentos na Palestina. Nesse sentido, Eichmann valorizava os emissários da Palestina que procuravam a Gestapo e a SS para facilitar a emigração, agindo de forma independente tanto dos sionistas alemães, quanto da Agência Judaica. Esses emissários negociavam diretamente com Eichmann, relatando que ele era cooperativo, oferecendo instalações e fazendas para treinar jovens judeus emigrantes. Com a ajuda das autoridades nazistas, esses emissários selecionavam “material adequado” para a emigração, sendo os primeiros a receber permissão para escolher pioneiros judeus entre os detidos em campos de concentração⁶⁷ (Arendt, 1999, p. 74).

A própria atuação de Eichmann, descrita como “polida e cooperativa” (Arendt, 1999, p. 74), reflete a capacidade da burocracia de operar de forma impessoal e técnica, mesmo em situações de extrema crueldade. O caráter paradoxal dessas interações entre sionistas e nazistas mostra como a burocracia pode instrumentalizar o sofrimento humano para alcançar objetivos práticos, sem necessariamente alinhar um princípio ideológico fixo. É com esse paradoxo e com essa clara mudança de personalidade que Eichmann acabou por receber quatro promoções entre 1937 e 1941, sendo que a última dessas promoções atribuiu a ele o papel da Solução Final. A posição de Eichmann não era muito elevada, seu posto acabou sendo importante porque as questões judaicas adquiriram maior importância (Arendt, 1999).

Nessa perspectiva, Arendt (1999) detalha algo relevante para a análise das questões burocráticas durante o período: não Eichmann em si, mas outros departamentos⁶⁸ competiam uns com os outros,⁶⁹ o que dificultava o trabalho da acusação cada vez que ia atribuir alguma responsabilidade específica a Eichmann. A filósofa menciona que não havia uma única organização ou instituição pública na Alemanha, durante os anos de guerra, que não tenha se envolvido em ações e transações criminosas, o que, como esperado, dificultava o trabalho de

⁶⁶ A Gestapo, *Geheime Staatspolizei* (em tradução Polícia Secreta Estatal), foi a polícia secreta do Estado Nazista, criada a partir de uma parceria entre Hermann Göring e Rudolf Diels, e com a influência de Heinrich Himmler. E era responsável por: a) investigar e perseguir pessoas e grupos considerados inimigos do Estado, como judeus e comunistas; b) monitorar, prender, torturar e executar pessoas e grupos considerados perigosos; c) silenciar todos os grupos que pudessem representar algum tipo de ameaça para o controle dos nazistas (USHMM, 2022).

⁶⁷ Arendt (1999, p. 85) relata: “[...] é claro que não tinham consciência das sinistras implicações desse acordo, que ainda estavam no futuro; mas eles, de alguma forma, acreditavam que se era uma questão de selecionar judeus para a sobrevivência, os próprios judeus é que deviam fazer a seleção. Foi esse erro de julgamento fundamental que acabou levando a uma situação em que a maioria não selecionada de judeus se viu inevitavelmente confrontada com dois inimigos – as autoridades nazistas e as autoridades judaicas”.

⁶⁸ *Einsatzgruppen* com os comandantes superiores das SS e da política e os inspetores da Política de Segurança e do Serviço de Segurança, todos comandados por Himmler (Arendt, 1999).

⁶⁹ Arendt (1999) menciona que, primeiro, eles competiram para ver quem matava mais judeus; após, passaram a competir entre quem se livrava do departamento mais rápido.

todos os que queriam entender o que estaria acontecendo. Percebe-se que a ascensão de várias entidades e a disputa de poderes entre elas, gera dúvidas para a população, que não só não sabe a quem incumbir as responsabilidades, como, também, enfrenta dificuldades em entender a organização do Estado, o que é essencial para evitar a alienação social. Essa estrutura permite que o Estado imponha sua vontade sobre a população, ao mesmo tempo que cria uma aparente ordem e estabilidade.

Eichmann também relatou que, ao assumir seu novo cargo na Seção IV do *Reich Security Main Office* (RSHA),⁷⁰ ainda precisava lidar com a chamada “questão judaica”, mas a emigração forçada já não era uma opção viável (Arendt, 1999, p. 86). Conforme o relato de Arendt (1999, p. 91), diante disso, ele tentou implementar duas propostas: o plano de Nisko⁷¹ e o Projeto Madagascar,⁷² ambos com o intuito de “[...] colocar solo firme debaixo dos pés dos judeus”, mas nenhum dos dois teve sucesso.⁷³ Assim, sem territórios disponíveis para evacuação, a solução adotada foi o extermínio. Eichmann não admitiu ter participado da formulação da ideia de exterminar o povo judeu. Ao contrário, afirmou que essa ideia provavelmente foi concebida pelos altos escalões da liderança nazista e que seu principal objetivo era criar um Estado judeu governado pelos nazistas (Arendt, 1999).

A solução de Eichmann era um Estado policial, e para isso ele precisava de um território suficientemente grande. Todos os seus “esforços fracassaram por causa da falta de entendimento entre as cabeças envolvidas”, por causa de “rivalidades”, querelas, brigas, porque todo mundo “batalhava pela supremacia”. E quando já era tarde demais, a guerra contra a Rússia “explodiu de repente, como uma tempestade”. Esse foi o fim de seus sonhos, assim como o fim da “era de busca de uma solução no interesse de ambos os lados”. Foi também, como reconheceu nas memórias que escreveu na Argentina, “o fim de uma era em que existiam leis, ordens, decretos

⁷⁰ O *Reich Security Main Office* (RSHA) foi uma nova agência criada por Heinrich Himmler em setembro de 1939, logo após a invasão alemã da Polônia. O escritório formalizou o relacionamento entre o serviço de inteligência da SS (SD) e a Polícia de Segurança, que consistia na Kripo (Polícia Criminal) e na Gestapo. O RSHA era uma instituição ideologicamente radical e brutal, responsável por coordenar e perpetrar muitos aspectos do Holocausto (USHMM, 2020).

⁷¹ O Plano Nisko, proposto por Adolf Eichmann e outros membros nazistas em 1939, tinha como objetivo realocar a população judaica para a região de Nisko, no sudeste da Polônia, a fim de transferi-los e isolá-los, livrando o *Reich* de sua presença (Arendt, 1999).

⁷² Arendt (1999, p. 90-91) explica sobre Projeto Madagascar: “O plano de evacuar 4 milhões de judeus da Europa para a ilha francesa no litoral sudeste da África – uma ilha com 4.370 000 habitantes nativos e área de aproximadamente 365 mil quilômetros quadrados de terra pobre [...]. O projeto foi formalizado pelo chefe da SS, Heinrich Himmler, no Ministério das Relações Exteriores, sob Joachim von Ribbentrop e Adolf Eichmann”.

⁷³ O Plano Nisko revelou ser um fracasso político e logístico, uma vez que a região era completamente inadequada para receber um grande número de pessoas. Além disso, Hans Frank (governador-geral da Polônia), se opôs ao plano, pois não queria que o território, sob seu controle, fosse transformado em uma espécie de depósito de judeus e o plano enfrentou dificuldades de transporte e organização, pois as deportações em massa, mal planejadas, sobrecarregariam os sistemas ferroviários e administrativos. Portanto, em 1940, o plano foi abandonado. Por sua vez, o Projeto Madagascar, foi ao fracasso por razões semelhantes: território inadequado, transporte marítimo em escala grande demais para as condições dos nazistas e a rota do transporte teria que passar pelo Atlântico, que estava com a Marinha britânica (Arendt, 1999).

para o tratamento de indivíduos judeus”. E, segundo ele, era mais que isso, era o fim de sua carreira, e embora isso soasse despropositado em vista de sua “fama” atual, não se podia negar que talvez tivesse razão. Pois sua aspiração – seja na realidade da “emigração forçada”, seja em seu “sonho” de um Estado judeu governado por nazistas – a exercer uma autoridade final em todos os assuntos judeus agora “caía para o segundo plano no que dizia respeito à Solução Final, pois o que agora se iniciava era transferido a diferentes unidades, e as negociações eram conduzidas por outro Escritório Central, sob o comando do ex-Reichsführer SS e Chefe da Polícia Alemã” (Arendt, 1999, p. 93).

Ao mencionar o fim de uma era em que leis, ordens e decretos regulamentavam o tratamento dos judeus, Eichmann ilustra claramente um ponto central deste estudo: no auge de um Estado totalitário, as legislações existentes tendem a ser ignoradas, mesmo que formalmente vigentes.

Em 31 de julho de 1941, Heydrich recebeu uma carta do vice de Hitler⁷⁴ solicitando que ele preparasse a “Solução Final” para a questão judaica. A partir disso, convocou Eichmann para informar que o Führer havia ordenado o extermínio físico dos judeus (Arendt, 1999).

[...] havia dois métodos diferentes de matança, o fuzilamento e a câmara de gás; o fuzilamento era feito pelos Einsatzgruppen e a execução por gás nos campos, em câmaras ou em caminhões; viu também as complexas precauções que se tomavam no campo para enganar as vítimas até o final (Arendt, 1999, p. 105).

Em contraposição ao fim de uma era de regulamentação de tratamento dos judeus, Eichmann relata ser um indivíduo que cumpria ordens e obedecia às leis, de modo que acabou cegamente obediente: “obediência cadavérica”, como ele mesmo denominou (Arendt, 1999, p. 152). Eichmann estava tão obcecado em cumprir seus deveres que as testemunhas de defesa, durante o julgamento, relataram que não conseguiam saber o que era mais forte nele: sua admiração por Hitler ou sua determinação em respeitar as leis mesmo quando a Alemanha já estava em ruínas (Arendt, 1999). Adriano Correia (2023) destacou que obedecer é consentir e legitimar e que não existe obediência em questões morais e políticas, ainda que dentro de um sistema burocrático organizado de modo estritamente hierárquico. Eichmann demonstrou indignação quando os alemães passaram a utilizar nomes falsos quando os russos e os norte-americanos invadiram Berlim. No entanto, ele passou a fazer o mesmo pouco tempo depois, afirmando que, após a morte de Hitler, seu juramento de lealdade não tinha mais validade, uma vez que havia sido feito ao *Führer* e não à Alemanha (Arendt, 1999).

⁷⁴ Bem como do *Reichsmarschall* Herman Göring, comandante e chefe da Força Aérea, primeiro-ministro da Prússia, plenipotenciário do Plano Quadrienal.

Ao relatar ter testemunhado os extermínios de judeus, Eichmann revela ter sofrido. Em seu depoimento, entendia-se que sua responsabilidade se limitava ao transporte dos judeus,⁷⁵ e não ao extermínio propriamente dito. Isso gerou questionamentos no tribunal: seria ele legalmente responsável pelos homicídios? Em resposta, Eichmann afirmou que não tinha outra escolha senão obedecer às ordens do Estado, alegando que sua outra única alternativa seria o suicídio. Em setembro de 1941, após presenciar as primeiras oficinas de extermínio, Eichmann foi convocado ao carregamento de 20 mil judeus e 5 mil ciganos ao Vale do Reno, onde seriam fuzilados pelos *Einsatzgruppen*. Na ocasião, ele informa que, pela primeira e única vez, não obedeceu a ordem do Estado e transportou os 25 mil indivíduos para o gueto de Lodz, onde ainda não havia sido feita nenhuma preparação de extermínio, pois haviam encontrado uma boa maneira de lucrar com os judeus. Himmler foi informado dessa situação por Uebelhör,⁷⁶ mas acabou perdoadando Eichmann. Arendt (1999, p. 110) relata “[...] que esse foi o único caso que ele havia realmente tentado salvar os judeus”⁷⁷. Após o incidente, o próprio Eichmann declarou, em uma reunião com Heydrich, que fez um acordo com os comandantes responsáveis por deter comunistas e, com isso, poderiam enviar judeus para serem exterminados para lá (Arendt, 1999). Percebe-se que o sistema burocrático e o processo de massificação durante o regime totalitário, lhe influenciaram de maneira significativa. Embora tivesse consciência do que estava executando, acabou ficando alienado pelo sistema, de modo que cumprir ordens e atender os objetivos do *Führer* tornaram-se prioridades. Pode-se dizer, inclusive, que sua percepção mudou, uma vez que deixou de sentir repulsa ao pensar no extermínio de um povo.⁷⁸

O sistema, ao transformar o genocídio em um ato legal e burocraticamente organizado, permitiu que indivíduos como Eichmann deixassem de ver suas ações como escolhas morais,

⁷⁵ Os primeiros trabalhos de Eichmann relacionados à deportação de judeus não foram relacionados à “Solução Final”, mas, podem ser vistos como testes para ela: “[...] o primeiro foi a deportação de 1.300 judeus de Stettin, efetuada numa única noite, 13 de fevereiro de 1940. Foi a primeira deportação de judeus alemães, e Heydrich a ordenou com o pretexto de que ‘seus apartamentos eram urgentemente necessários por razões ligadas à economia de guerra’. Eles foram levados, sob condições excepcionalmente atroz, para a área de Lublin, na Polônia. A segunda deportação ocorreu no outono do mesmo ano: todos os judeus de Baden e do Saarpfälz – cerca de 7.500 homens, mulheres e crianças – foram despachados para a França não ocupada, o que, naquele momento, era um truque e tanto, uma vez que nada no acordo de Armistício Franco-Alemão estipulava que a França de Vichy pudesse se tornar um depósito de judeus. Eichmann teve de acompanhar pessoalmente o trem a fim de convencer o chefe de estação francês na fronteira de que se tratava de um ‘transporte militar’ alemão” (Arendt, 1999, p. 172).

⁷⁶ Comandante do gueto de Lodz.

⁷⁷ Além disso, Arendt (1999, p. 168) narra que entre a Conferência de Wannsee em janeiro de 1942, quando Eichmann “lavou as mãos inocentes”, até no verão e no outono de 1944, “quando pelas costas de Hitler a Solução Final foi abandonada”, Eichmann não se perturbou com questões de consciência, pelo contrário, ele estava inteiramente disposto a se dedicar ao trabalho de “resolver a questão judaica”.

⁷⁸ Ainda que o processo alienatório, durante a Segunda Guerra Mundial, tenha influenciado as ideias e os atos executados por Eichmann, em nenhum momento esta pesquisa visa demonstrar pena de ou isentar Eichmann de sua culpa.

enxergando-as apenas como uma função de seu cargo dentro de uma estrutura estatal. Em seu último depoimento, ele chegou a demonstrar sua frustração com a justiça, relatando que nunca nutriu ódio aos judeus, tampouco desejou a morte de seres humanos, sua culpa provinha de sua obediência, “[...] uma louvada virtude que foi abusada pelos líderes nazistas” (Arendt, 1999, p. 269).

Percebe-se que a cidadania democrática exige empatia e discernimento, já quando o totalitarismo rege uma população, esses valores acabam perdendo significado (Stanley, 2020). É evidente que a democracia é um trabalho árduo e, até os próprios políticos, se veem frustrados com as restrições democráticas, em que pese tenham que aceitá-las (Levitsky; Ziblatt, 2018), assim, o totalitário encontra mais facilidade em governar quando seus encarregados apenas cumprem suas ordens, sem questionar, como foi o caso de Adolf Eichmann.

Eichmann mencionou que a própria lei os havia transformado em criminosos. A palavra de Hitler não tinha limites temporais ou espaciais, diferentemente das ordens tradicionais, e foi tratada como uma lei, com a Solução Final sendo implementada por meio de uma série de regulamentos cuidadosamente elaborados por advogados e juristas, dando ao genocídio uma aparência de legalidade. Esse aspecto burocrático e legalista do regime nazista serviu para organizar o Holocausto, bem como para justificar moralmente os atos aos olhos de muitos envolvidos, incluindo Eichmann (Arendt, 1999). Com isso, a autora explica que o mal não se manifestava como uma tentação à qual os indivíduos sucumbiam, mas como um dever imposto pela lei, uma vez que a legislação nazista conseguiu inverter o código moral comum, em que a consciência dita “não matarás”, para “matarás” (Arendt, 1999, p. 167). Apesar de muitos alemães e nazistas provavelmente terem sido tentados a não matar ou a tentar proteger seus vizinhos judeus, o sistema totalitário de Hitler os ensinou a resistir a essa tentação. A voz da lei nazista, revestida de aparente legalidade e sob a autoridade do *Führer*, fez com que aqueles que poderiam ter agido de maneira moral optassem por se conformar ao sistema, mesmo sabendo que estavam colaborando com o extermínio (Arendt, 1999).

Assim, o regime totalitário nazista conseguiu não apenas impor o controle político, mas, também, moldar a moralidade e a consciência dos seus cidadãos. Ao se esconderem atrás de leis e ordens aparentemente legítimas, muitos agentes do regime, incluindo Eichmann, sentiram-se isentos de culpa moral, mesmo que tivessem consciência de que estavam envolvidos em atrocidades. Essa complexa combinação de burocracia, obediência cega e distorção da moralidade tradicional criou um sistema em que o mal foi internalizado e legitimado. É evidente que tinha outra saída “além do suicídio” (Oliveira, 2014, p. 86), como

sustenta Eichmann: era esperada uma ação não violenta, tal como a desobediência civil. É importante ressaltar que Arendt (1999) visualizava a desobediência civil como um ato político extremo e legítimo,⁷⁹ uma vez que a obediência é um reflexo do consentimento. Em situações políticas de emergência, como a ascensão do totalitarismo, a desobediência civil torna-se uma forma de recuperar a capacidade humana de agir coletivamente e resistir contra a arbitrariedade, a opressão e o excesso de burocracia (Duarte, 2000).⁸⁰ Além disso, Arendt (1999) expressava que os “assassinos burocratas” (Correia, 2023, p. 89) eram mais culpados do que aqueles que estavam operando as máquinas de extermínio. Nessa perspectiva, Judith Butler (2017) observou que os assassinos burocratas não eram como assassinos comuns, porque eram operadores do massacre administrativo.

Já restava evidente a burocratização no regime nazista antes mesmo da Solução Final. Arendt (1999) refere mudanças nos ordenamentos jurídicos que tornaram legais as violações de direitos humanos, como, por exemplo, o cancelamento da cidadania de todos os judeus alemães que vivessem fora das fronteiras do *Reich* (de onde seriam deportados) e a perda das suas propriedades para o *Reich*, assim que eles perdessem a nacionalidade. A burocracia, também, foi utilizada para ocultar a verdade sobre os acontecimentos da guerra. Como exemplo disso, a autora relata que, nas últimas semanas de guerra, a SS ficou ocupada basicamente com a falsificação de documentos.

Enfim, como resultado do julgamento, Adolf Eichmann foi considerado culpado das acusações dos crimes contra o povo judeu, condenado à morte e enforcado. Sua execução ocorreu pouco antes da meia-noite, em 31 de maio de 1962, seu corpo foi cremado e as cinzas espalhadas no Mediterrâneo (Arendt, 1999). A filósofa descreve que Eichmann morreu com dignidade: bebeu meia garrafa de vinho, andou calmo até o cadafalso, pediu que os guardas afrouxassem as cordas de seus tornozelos e joelhos para que ele pudesse ficar em pé e recusou o capuz preto: “estava completamente ele mesmo”. Arendt (1999, p. 274) menciona que Eichmann estava animado, parecia esquecer que aquele era seu próprio funeral: “[...] foi como se naqueles últimos minutos estivesse resumindo a lição que este longo curso de maldade

⁷⁹ André Duarte (2000, p. 254) afirma que “Arendt cita e elogia como exemplos privilegiados da desobediência civil os movimentos contra o recrutamento para a guerra do Vietnã e o movimento antirracista pela igualdade dos direitos civis nos estados do sul dos Estados Unidos, afirmando que esses movimentos de dissidência e resistência ainda manteriam um vínculo primordial com o princípio que deu origem ao país, o princípio da livre associação voluntária para ação coletiva”.

⁸⁰ Nesse contexto, é essencial a distinção entre “desobediência civil e movimentos revolucionários”: a desobediência civil reconhece a legitimidade da autoridade, do poder e das leis, organizando uma resistência não violenta; em contrapartida, as revoluções rejeitam a autoridade política estabelecida e frequentemente recorrem à violência. Arendt aponta que a desobediência civil pode, em certos casos, alcançar proporções revolucionárias, como ocorreu com a resistência dos partidários de Gandhi, que resultou no fim do domínio colonial britânico sobre a Índia (Duarte, 2000).

humana nos ensinou – a lição da temível banalidade do mal, que desafia as palavras e os pensamentos”.

Observa-se que o conceito de maldade, para Arendt (1999), se funda na esfera política e, a exemplo disso, constata-se a construção e utilização desmedida dos campos de extermínio (Gazzola, 2024). Pode-se observar que a banalidade consiste em não ter profundidade e em manter a superfície dos acontecimentos sem qualquer questionamento ou reflexão crítica (Cordeiro, 2022), como se os atos cometidos por Eichmann fossem praticados por uma máquina, que não pensa.

É perceptível que Eichmann, utilizou-se da burocracia e do poder de ofício para assumir o controle. No geral, ambos buscam proporcionar eficiência, previsibilidade e ordem no funcionamento das instituições, mas, ao mesmo tempo, podem gerar desafios relacionados à rigidez, ao controle e ao distanciamento das necessidades da sociedade. Ainda que Eichmann, ou qualquer outro agente do Estado, fosse efetivamente um cidadão respeitador das leis, é necessária a análise de que, em política, a obediência e o apoio frente a uma atrocidade são a mesma coisa (Correia, 2023).

Eichmann, ao ouvir sua condenação, realizou uma das falas mais longas do julgamento, afirmando que o veredito da corte era severo demais, que compreendia o horrendo crime contra os judeus, mas que teve apenas o azar de estar envolvido, pois os líderes políticos abusaram de sua obediência. Sua fala faz entender que ele realmente acreditava que sua responsabilidade deveria ser mitigada por apenas ter obedecido ordens, sem se dar conta de que a obediência e a motivação eram dois dos aspectos levantados no julgamento (Correia, 2023).

P.: Vocês matam gente no campo? R.: Sim.

P.: Vocês usavam gás para envenená-las? R.: Sim.

P.: Vocês as enterram vivas? R.: Aconteceu algumas vezes.

P.: Você pessoalmente ajudou a matar alguém? R.: De jeito nenhum, eu era só funcionário que fazia os pagamentos no campo.

P.: O que você achava do que estava acontecendo? R.: No começo foi ruim, mas depois a gente se acostumou.

P.: Você sabe que os russos vão enforcá-lo? R.: (explodindo em lágrimas) Por que fariam isso? O que eu fiz? (Correia, 2023, p. 197).

Arendt (1999), na obra *Eichmann em Jerusalém*, consegue explicar como a burocracia totalitária pode facilitar o assassinio, alienando os perpetradores da violência das suas decisões. Repetidamente, a autora emprega o termo “engrenagem” para descrever os burocratas nazistas, explicando que o termo pode ser aplicado a todos os regimes opressivos (Caswell, 2010), e que “[...] a essência do governo totalitário, e talvez a natureza de toda a

burocracia, é fazer dos homens funcionários a meras engrenagens da máquina administrativa, e assim desumanizá-los” (Arendt, 1999, p. 312). Embora a palavra “engrenagem” signifique “[...] uma série de dentes ou projeções semelhantes na circunferência de uma roda”, o uso que Arendt (1999) faz do termo baseia-se na desumanização pelos mecanismos da burocracia moderna (Caswell, 2010, p. 5).

Observa-se que se os trabalhadores estatais, caracterizados pelas engrenagens de uma máquina maior, como Eichmann, não são responsáveis pela totalidade da máquina; ao invés disso, estão alienados do objetivo maior. No entanto, embora Arendt (1999, p. 312) reconhecesse que Eichmann fazia parte de uma engrenagem da máquina nazista, “[...] todas as engrenagens da máquina, por mais insignificantes que sejam, são imediatamente transformadas no tribunal em perpetradores, ou seja, em seres humanos”. Dessa forma, engrenagens ou não, todos são moralmente responsáveis pelas suas ações. Ademais, a maioria das engrenagens de uma máquina sabem as consequências das suas ações, mesmo que não queiram saber. Por exemplo, embora Eichmann não tenha visto muito das câmaras de gás, viu o suficiente para estar completamente informado sobre o funcionamento da maquinaria de destruição (Caswell, 2010).

4 A LÓGICA DO TOTALITARISMO

Segundo Arendt, o intuito do totalitarismo é acabar com a existência autônoma de todas as pessoas, minando, também, os laços não políticos – relações familiares e interesses culturais comuns –, assim como com a existência autônoma de qualquer atividade; uma tarefa nunca pode ser dedicada a si mesma, portanto, é inconcebível nesse regime que existam pessoas que amem o “xadrez por amor ao xadrez” ou amem a arte “por amor à arte” (Muller; Turatto, 2022, p. 193).

Parte do estudo, até este momento, mostrou algumas características do governo totalitário: a massificação, a propaganda articuladora, o preconceito como arma estatal e a burocracia como forma de dificultar acessos a direitos fundamentais e como forma de mascarar ilegalidades. Entretanto, não são apenas essas características que definem a política totalitária. Este capítulo visa trazer mais elementos para definir o totalitarismo e entender como os governos autoritários precisam ser encarados, uma vez que pode haver uma linha tênue entre o totalitarismo e o autoritarismo.

De acordo com Rancière (2014), o totalitarismo é o antônimo de democracia; caracterizando como totalitários aqueles que negam os direitos dos indivíduos e as formas constitucionais coletivas. O movimento totalitário, na medida em que pretende tornar-se uma realidade viva, ataca a pluralidade e a capacidade humana de principiar o novo por meio de ações conjuntas. Isto porque, para transformar de acordo com uma ideologia, é necessário eliminar todos aqueles que não estão submersos no mundo, ou seja, eliminar as condições de possibilidade da liberdade política. E, isso explica porque o totalitarismo repudia a imprevisibilidade e a curiosidade humanas e como noções de classe e raça podem substituir a substância da política (Vaz, 2022).

No terceiro e último tomo da obra *Origens do totalitarismo*, de Hannah Arendt (2012), denominado *Totalitarismo*, a autora inicia relatando que tanto Hitler, quanto Stálin contaram com o apoio da população. Os movimentos totalitários só foram possíveis graças às massas, que desenvolveram certo gosto pela organização política. Notou-se, nesse período, preferência pelo terrorismo⁸¹ em relação a qualquer outra atividade política, o que atraiu tanto a elite, quanto a ralé, razão pela qual essas classes se aproximaram. A elite e a ralé foram as primeiras a serem eliminadas da estrutura do Estado-nação, fato que as aproximou. Embora, temporariamente, elas se aproximaram acreditando que seriam seguidas pelas massas e que “[...] mais cedo ou mais tarde, a maioria dos povos europeus estaria com elas” (Arendt, 2012, p. 471), todos prontos para fazer revolução; entretanto, perceberam, tempos depois, estarem

⁸¹ Arendt (2012) explica que o terrorismo se tornou uma espécie de filosofia para expressar frustrações, ressentimentos e ódio.

equivocadas.⁸² A autora menciona que a maioria das atrocidades cometidas contra os judeus não partiram dos militares ou de homens respeitados pela sociedade, mas sim, dos camaradas de Hitler, típicos representantes da ralé (Arendt, 2012).

Uma ideologia totalitária se distingue pela presença de uma polícia secreta numerosa, pelo controle dos meios de comunicação de massa, pelo monopólio de armas e pela supervisão de diversas organizações, incluindo as de natureza econômica (Souto, 2023). Não só isso, mas, o totalitarismo não existe sem a eliminação da espontaneidade da conduta humana. O campo de concentração significa que os governos totalitários se alimentam do extermínio dos humanos indesejados e é nele que determinados grupos humanos são tratados como se já não existissem (Aguiar, 2008). No entanto, erra quem afirma que o campo de concentração serviu meramente para executar, pois tinha como objetivo final a fabricação do ser humano como um animal funcional, limpo, puro e saudável (Aguiar, 2008, p. 83): “[...] os campos produzem o animal humano adequado ao controle técnico e ideológico”. Além disso, o campo de concentração expõe o maior objetivo do totalitarismo: a destruição da infinita pluralidade dos seres humanos e da liberdade social (Duarte, 2000).

No geral, os regimes tradicionais se organizam a partir de princípios de ação, já os totalitários, organizam-se com a ideologia, que possibilita a existência dos campos de mortes como algo normal e desejável (Aguiar, 2008). Para Arendt (2012), a ideologia e o terror aplicados como forma de governo são os elementos distintivos do totalitarismo. Enquanto a ideologia dispõe os fatos de modo lógico e coerente, o terror impossibilita a relação entre os homens e elimina a possibilidade de ação e de compartilhar opiniões (Muller; Turatto, 2022).

O totalitarismo, ao utilizar a ideologia como a lógica de uma ideia, ignora que a realidade e a experiência podem ensinar e revelar as verdades (Muller; Turatto, 2022). A ideologia não é uma mera ideia, é o motor da ação política (Magalhães, 2001). Dessa forma, a ideologia toma grandes dimensões, pois oferece respostas prontas, dispensando as pessoas de pensar e fazendo com que elas aceitem a primeira premissa como verdadeira (Muller; Turatto, 2022).

⁸² Arendt (2012, p. 472) explica que: “A ralé – o submundo da classe burguesa – esperava que as massas impotentes a ajudassem a galgar o poder, a apoiassem quando tentasse promover os seus interesses privados, e que poderia simplesmente substituir as camadas mais antigas da sociedade burguesa, instilando nela o espírito mais dinâmico do submundo. Mas, uma vez no poder, o totalitarismo logo aprendeu que não eram só as camadas da ralé que tinham espírito de iniciativa e que, de qualquer forma, essa iniciativa só podia ameaçar o domínio total do homem. Por outro lado, a falta de escrúpulos também não era privilégio da ralé e, se necessário, podia ser ensinada em tempo relativamente curto. Para a máquina impiedosa do domínio e do extermínio, as massas coordenadas da burguesia constituíam material capaz de crimes ainda piores que os cometidos pelos chamados criminosos profissionais, contanto que esses crimes fossem bem organizados e assumissem a aparência de tarefas rotineiras”.

Já o terror, priva a sociedade geral de ações espontâneas, apesar de assegurar as ações empreendidas pelos atores totalitários.⁸³ É importante destacar que o terror não é mera metáfora, mas, uma forma de estruturar as relações políticas, coincidindo sua existência na vida política com o regime totalitário (Bignotto, 2001). Ele se torna a essência do governo e começa a punir pessoas não por crimes que elas fizeram, mas, pelos que poderiam cometer (Magalhães, 2001).

Enfim, a história nos mostra que chegar ao poder pode afetar a natureza dos partidos revolucionários. Na Alemanha, era perturbador o modo como o regime totalitário tratava a Constituição, uma vez que nunca se deu o trabalho de aboli-la, apenas a ignorou. Nos primeiros anos de poder, os nazistas apenas promulgaram leis e decretos, mas, após a publicação das Leis de Nuremberg, ficou claro que os nazistas não tinham o menor interesse em seguir as próprias leis. Não só no regime nazista, mas Arendt (2012) expõe que a Constituição stalinista teve destino semelhante: completamente ignorada e nunca abolida. As principais marcas que representam o período nazista, tal como os campos de concentração e a crueldade dos homens, não foram consequências apenas da agressividade, guerra e traição, mas, do rompimento e desrespeito às legislações, que estavam em constante mudança (Arendt, 2012). Percebe-se que essas inconstâncias, somadas aos discursos e ao momento histórico vivenciado, acabou por levar a sociedade alemã ao terror do totalitarismo.

Além disso, a polícia secreta torna-se mais segura para as relações totalitárias, já que quanto menos se sabe da existência de uma instituição, mais poderosa ela é: “[...] o verdadeiro poder começa onde o segredo começa” (Arendt, 2012, p. 541-542). É evidente que para uma polícia secreta segura, algumas medidas são necessárias, tais como a abolição da liberdade e a eliminação da espontaneidade (Arendt, 2012). Com isso, o sistema de terror veio, por meio do controle do partido e da polícia secreta, para vigiar o partido e direcionar os inimigos (Cornelsen, 2009).

Arendt (2012) explica que, mesmo antes de assumir o poder, o movimento totalitário já tinha organizado uma rede de polícia secreta e serviços de espionagem, não apenas no país de origem, mas, também, em outros países. Quando o regime chega ao poder, esses agentes, que já ocupavam funções no serviço de espionagem, passam a ser designados para posições estratégicas, como chefes secretos de embaixadas e consulados no exterior. Os serviços secretos foram chamados, em alguns períodos, como um “Estado dentro do Estado” (Arendt, 2012, p. 566).

⁸³ O *Führer* ou o partido (Bodziak Junior, 2024).

A polícia totalitária fica sujeita ao desejo do líder. Desse modo, o dever da polícia totalitária é basicamente aprisionar ou liquidar a categoria da população que o líder mandar, deixando de lado funções típicas do policiamento comum, tal como descobrir crimes e proteger a população (Arendt, 2012).

No regime totalitário, é justamente a polícia secreta que guarda os maiores segredos do Estado e sua posição é inteiramente integrada à administração. Arendt (2012) explica que no último estágio do regime totalitário, as vítimas são escolhidas ao acaso e, mesmo sem terem sido acusadas, são declaradas indignas de viver.

A mudança do conceito de crime e criminosos determinam os métodos da polícia secreta totalitária. Os criminosos são punidos, os indesejáveis desaparecem da face da terra; o único vestígio que resta deles é a memória daqueles que os conheceram e amaram, e uma das tarefas mais difíceis da polícia secreta é fazer que até esses vestígios desapareçam juntamente com o condenado (Arendt, 2012, p. 575).

Sempre que alcançou o poder, o totalitarismo criou instituições políticas novas, destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas do país e transformou as classes em massas. É possível identificar elementos do totalitarismo em diversos outros momentos e modelos de governo. E, confundir o terror total com um governo tirano é absurdamente fácil, porque o início do governo totalitário começa com uma tirania, mas, o terror total destrói, também, o deserto sem cercas e sem leis, deserto de suspeita e de medo, que a tirania abandonaria (Arendt, 2012). O governo totalitário ultrapassa o preconceito, a perseguição e a expropriação territorial, pois altera a essência da política de um Estado; foi isso que os judeus não entenderam, pois estavam presos à mentalidade de uma perseguição religiosa (Aguilar, 2008).

Hannah Arendt (2012) termina a obra *Origens do totalitarismo* relatando que o domínio totalitário, assim como a tirania, carrega em si o germe da própria destruição. O nazismo e o stalinismo representaram uma forma de dominação totalmente nova que, mesmo após o seu desaparecimento, permanecem com resquícios de contaminação, pondo em risco o presente dentro da política (Vaz, 2022).

4.1 Totalitarismo e autoritarismo: entre uma linha tênue ou o abismo?

A palavra *auctoritas* é derivada do *augere*, *aumentar*, e aquilo que a autoridade aumenta é a fundação; Arendt (1972) explica que as primeiras autoridades eram os anciãos, que tinham como função transmitir conhecimento. A autoridade, na época, ao contrário do

poder, tinha suas raízes no passado e permitia responder perguntas do presente. A expressão autoritarismo ocupa simultaneamente espaços próprios da Ciência Política – como regime –, da Filosofia – como ideologia –, do Direito – como abuso de poder – e da Psicologia Social – como mentalidade ou perfil (Gloeckner, 2018). Em sua obra *Entre o passado e o futuro*, Arendt (1972, p. 128-129) faz distinções importantes sobre os termos “autoritário”⁸⁴ e “autoritarismo”⁸⁵; e os termos “autoritarismo” e o “totalitarismo”. Ela explica que a autoridade é uma necessidade natural – para amparar uma criança ou para uma necessidade política e civilizatória – e exige obediência. Contudo, a autoridade falha ao utilizar violência⁸⁶.

Arendt (1972) explica que, muitas vezes, a violência exerce a mesma função da autoridade: fazer com que as pessoas obedeçam, mas, isso não quer dizer que os termos sejam a mesma coisa. A funcionalidade explica o porquê as modernas ditaduras e o totalitarismo são confundidos com o autoritarismo, já que os primeiros equacionam implicitamente violência com autoridade. Ao fazer essa associação, muitos defensores dessa perspectiva tendem a justificar o uso da violência como um mal necessário para assegurar a ordem e a autoridade na sociedade. Nessa esteira de raciocínio, a sociedade só funcionaria de maneira estável se estivesse submersa em um sistema de controle autoritário com uso da violência como instrumento para garantir a obediência e a manutenção da ordem. Contudo, esse raciocínio falha por não distinguir a verdadeira natureza da autoridade. A autoridade, em seu conceito mais legítimo e eficaz, deve ser uma estrutura que se baseia no respeito, na justiça e na legalidade, não na imposição da violência ou no medo.

Embora, também, seja um regime de autoridade e hierarquia, o Estado autoritário não suprime a consciência e os interesses individuais, desde que estes não entrem em conflito com o bem coletivo. Em outras palavras, enquanto o totalitarismo subjuga os indivíduos à coletividade de forma absoluta e opressiva, o Estado autoritário busca preservar a liberdade individual até o ponto em que ela não contrarie o interesse público (Gloeckner, 2018).

Para Arendt (1972), nos regimes autoritários, há restrição de liberdade; nas ditaduras e tiranias, há abolição da liberdade; já no totalitarismo, há eliminação total da espontaneidade. A autora menciona que a diferença entre tirania e governo autoritário sempre foi que o tirano governa de acordo com seu próprio arbítrio, ao passo que, o autoritário é limitado por leis. Já

⁸⁴ A autoridade é aquela que tem domínio da tradição e consegue utilizar-se do poder com base no diálogo com a sociedade. Como por exemplo: um prefeito, utilizando do diálogo aberto e dos princípios democráticos constitucionais, determina uma nova lei e a população obedece.

⁸⁵ O autoritarista necessita do uso da violência para exercer o poder e fazer com que a sociedade o obedeça. Como por exemplo: um prefeito, por meio de violência, do discurso opressivo e da força policial, impõe uma ordem e a população obedece.

⁸⁶ E que pode ser notada de diferentes formas para além da violência física.

o totalitarismo, ao atingir o domínio total, incapacita a humanidade de pensar por si mesma e de agir livremente no espaço próprio para a ação. No período totalitário, inexistente um espaço em que as pessoas podem aparecer e se mostrar aos demais – espaço da pluralidade que garante a singularidade de cada um (Muller, 2021).

Enfim, a diferenciação entre totalitarismo e autoritarismo é importante, mas, é necessário ter cautela para que essas diferenças não sejam tão grandes a ponto de naturalizar o fenômeno autoritário (Gloeckner, 2018), como se tudo, de ordem autoritária, fosse de ordem democrática. A democracia permite que seus integrantes se manifestem contra ela, e até profira discursos violentos. Platão (1970), no *Livro 8 da República*, expõe que a democracia, ao permitir a liberdade de expressão, abre espaço para que políticos autoritaristas utilizem dessa liberdade para se aproveitar dos ressentimentos e medos das pessoas; no entanto, quando esse político chega ao poder, ele acaba com a democracia⁸⁷ (Stanley, 2020). Nesse sentido, políticas intolerantes⁸⁸ podem ser desencadeadas em nome da democracia, entretanto, isso é a desconfiguração democrática (Gloeckner, 2018).

Destaca-se que Arendt (1972) atribuiu ao modelo italiano (o fascismo), o termo “autoritário” e ao modelo alemão e soviético, o termo “totalitário” (Gloeckner, 2018, p. 64). Para a autora, o fascismo italiano não atenderia alguns critérios essenciais que definem o totalitarismo:⁸⁹ embora tenha uma estrutura autoritarista e repressiva, o fascismo não consegue

⁸⁷ “Sócrates — Em primeiro lugar, não são eles livres, a cidade não é sobejamente livre e de linguagem sincera e se pode fazer o que se quer? Adimanto — Ao menos, é isso o que se diz. Sócrates — Desse modo, fica claro que em todo lugar onde tal liberdade impera cada um organiza a sua vida como melhor lhe convém. Adimanto — Sim, fica claro. Sócrates — Encontraremos, segundo suponho, homens de toda espécie neste governo, mais do que em qualquer outro. [...] Sócrates — Assim que um jovem, criado como dissemos na ignorância e nos hábitos de sobriedade, prova do mel dos zangões e se vê na companhia desses insetos furiosos, obcecados pelos prazeres e hábeis em prepará-los, números e variados; precisamente nesse momento seu foro íntimo, de oligárquico que era, se torna democrático. Adimanto — isso é inaceitável. Sócrates — Do mesmo modo que o Estado mudou de forma porque uma das facções do povo, fortalecida por aliados de fora, se mostrou superior à classe dos ricos, assim também este jovem muda de costumes em consequência do apoio que suas paixões encontram nas paixões de outrem. Adimanto — Exatamente. Sócrates — Mas se seu pai e seus parentes enviam, por vez, auxílio à facção dos desejos oligárquicos esse jovem no seu íntimo e empregam para sustentá-lo conselhos salutares e advertências, nada poderá evitar que seu coração se torne teatro de sedições e conflitos. Adimanto — Certo que não. Sócrates — Acontece, por vezes, que a facção democrática é vencida pela oligárquica; então os maus desejos, em parte destruídos, em parte expulsos da alma; a modéstia e o pudor substituem e o jovem entra nas sendas do dever” (Platão, 1970, p. 230-233).

⁸⁸ Como a proibição do casamento homoafetivo ou como a proibição de uma mulher transexual apenas cumprindo pena em um presídio feminino.

⁸⁹ Gloeckner (2018) enumera as características listada por Arendt para definir o totalitarismo: a) a possibilidade de vislumbrar apenas um chefe máximo do Estado; b) tanto o Partido quando o Estado poderiam ocupar espaços sociais, havendo fusão entre Estado e sociedade; c) o partido acabaria ganhando maior relevância do que o próprio Estado; d) a propaganda ocuparia um papel relevante para doutrinar a massa; e) o objetivo principal seria a reprodução humana como uma máquina obediente; f) o regime lidaria com a massa concebendo uma unicidade orgânica; g) os objetivos universais poderiam ser constantemente renovados e articulados; e, por fim, h) seria necessário uma superestrutura policial, com políticas secretas, capazes de manter a população em estado de terror permanente. Sem uma dessas características, o autor menciona que Arendt não visualiza a perpetuação do totalitarismo.

penetrar na subjetividade individual da mesma forma que os regimes totalitários, que conseguem penetrar nas dimensões mais subjetivas da existência, aterrorizando o indivíduo e forçando-o a aderir a determinados programas ideológicos (Gloeckner, 2018). Da mesma forma, para Umberto Eco (2018, p. 21-22), “[...] se entendermos como totalitarista um regime que subordina qualquer ato individual ao Estado e sua ideologia, então o nazismo e o stalinismo eram regimes totalitários”. No entanto, “[...] o fascismo foi certamente uma ditadura, mas não era completamente totalitário” (Eco, 2018, p. 21-22). O autor acrescenta, ainda, que o fascismo italiano não tinha uma filosofia própria, mas era uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas.

Em contraponto ao argumento de Hannah Arendt (1972) e de Umberto Eco (2018), Azevedo do Amaral (2002) menciona que o fascismo se resume no totalitarismo e que seria um equívoco pensar que o totalitário é somente a organização estatal que abrange o conjunto da vida coletiva. O autor explica que o totalitarismo fascista é caracterizado por sua natureza opressiva, que suprime completamente a personalidade humana e a liberdade, criando um regime de “escravidão” (Gloeckner, 2018, p. 68). Assim, em que pese Arendt (1972) e Eco (2018) não tenham considerado o fascismo como totalitário, deve-se apontar que outros pesquisadores entendem o contrário, de modo que esta pesquisa precisa revelar uma preocupação, já que há estudos que sinalizam uma era neofascista.

A palavra fascista adquiriu uma matriz de extermínio como se fosse um alarme falso, em nome da normalização da ideologia. No entanto, dizer que as acusações de fascismo são exageradas não são argumentos suficientemente bons contra o uso da palavra (Stanley, 2020). Portanto, é importante a cautela com políticos autoritários, pois o autoritarismo pode ser uma ponte para o regime totalitário, e, tendo em vista que a humanidade já experienciou este regime, é possível o retorno desse período sombrio que assombra a humanidade.

No geral, o autoritarismo, seja ele interpretado como fascista ou como mero regime político, apresenta características semelhantes ao totalitarismo. Observa-se que Gloeckner (2018, p. 72-73) destaca algumas características do autoritarismo que Arendt (1972) aponta ao conceituar o totalitarismo: “[...] o Estado burocrático tentará ‘normalizar a economia’. Ao se proceder a uma análise histórica, poderemos perceber o período de inflação e crise econômica [...] e a promessa de normalização vinculada a um projeto de ressubordinação das classes subalternas”. Tal ressubordinação levará a exclusão de classes populares, ou seja, profunda marginalização. Além disso, o sistema precisará excluir da política uma categoria da população, de modo que tanto a cidadania, quanto a democracia, ficarão comprometidas (Gloeckner, 2018). O nazismo, por exemplo, emergiu em um contexto de crise econômica e

instabilidade política na Alemanha, inicialmente com medidas autoritárias, que logo se intensificaram, até atingir um modelo totalitário pleno. A Itália fascista, também, iniciou seu processo de centralização do poder de maneira gradual, expandindo progressivamente a autoridade do Estado sobre a vida social e política dos cidadãos.

O Estado burocrático, a promessa de normalização econômica, a criação de um inimigo para excluir da classe política, a marginalização e a supressão da cidadania foram elementos plantados para ascensão e manutenção do período nazista e do período fascista. Ambos os sistemas se baseiam na supressão da oposição, na concentração extrema do poder e na redução dos direitos individuais em nome de um ideal coletivo. A diferença essencial, conforme Arendt (1972), estaria na profundidade da dominação. O entrave, no entanto, está na diferenciação do solo totalitário do autoritário, uma vez que é possível encontrar essas mesmas características em governos autoritários atuais; como exemplo, a política de Donald Trump, que visa marginalizar e excluir do país imigrantes e transsexuais,⁹⁰ comprometendo a

⁹⁰ A fim de exemplificar, cita-se reportagens extraídas da *BBC News*, do presente ano (2025) que marcam a política de Donald Trump: “Em mais de 21 ações, Trump tomou medidas para reformular partes do sistema de imigração dos EUA, incluindo como os migrantes são processados e deportados do país. Entre essas novas regras, está a liberação da detenção de imigrantes em igrejas, escolas e clínicas. Além disso, agentes como os policiais do Departamento Antidrogas do país ou os Marshals, como são conhecidos alguns agentes federais de busca a foragidos, receberam ordens para também fazerem a detenção de imigrantes irregulares. Em declarações à imprensa, membros do governo americano e a Casa Branca têm dito que o foco das operações são imigrantes ‘criminosos’ que ameaçam ‘a segurança pública e a segurança nacional’. Mas são os relatos sobre pessoas que não cometeram crimes nos EUA, mas foram detidas mesmo assim, que têm assustado a comunidade brasileira [...] Nesta terça-feira (28/1), a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, disse em sua primeira coletiva de imprensa do novo governo que qualquer pessoa que tenha migrado irregularmente para os EUA é um ‘criminoso’. ‘Se eles violaram as leis da nossa nação, eles são criminosos’, disse ela. Leavitt acrescentou que Trump quer que todos os imigrantes ilegais sejam removidos – desde estupradores e assassinos até migrantes sem documentos e sem registros criminais” (Tavares; Sanches, 2025).

“A maior operação de deportação em massa da história dos EUA. Foi isso que Donald Trump prometeu durante a sua campanha e no seu discurso de tomada de posse do segundo mandato. Tornou-se claro que as suas duras políticas de imigração não são dirigidas apenas contra os migrantes que chegam à fronteira sul, por vezes em caravanas, mas também contra os imigrantes sem estatuto de imigração legal que já vivem em solo americano. E para ajudar a remover esses migrantes do domínio dos EUA, o governo Trump recorreu a uma lei de guerra do século XVIII: a Lei dos Inimigos Estrangeiros (Alien Enemies Act)” (Orgaz, 2025).

“O presidente dos EUA, Donald Trump, assinou uma ordem executiva que visa restringir os cuidados de gênero para pessoas menores de 19 anos. Na ordem, Trump disse que o apoio federal para tal cuidado terminaria. Ele pediu ao secretário de Saúde e Serviços Humanos que ‘tomasse todas as ações apropriadas para acabar com a mutilação química e cirúrgica de crianças’. A ordem dizia que se referia a tratamentos que incluíam bloqueadores da puberdade, hormônios como estrogênio ou testosterona, bem como procedimentos cirúrgicos. É provável que enfrente desafios legais. A ordem orienta os programas de seguro administrados pelo governo federal a excluir a cobertura para tratamentos relacionados à transição de gênero para menores. Também visa impedir que instituições médicas que recebem subsídios federais forneçam tais tratamentos” (Faguy, 2025).

“O presidente dos EUA, Donald Trump, assinou uma ordem executiva que impede mulheres transgênero de competir em categorias femininas de esportes. A ordem fornece orientação, regulamentações e interpretações legais, e convocará o Departamento de Educação para investigar escolas de ensino médio consideradas não conformes. Os republicanos dizem que a medida restaura a justiça nos esportes, mas organizações de defesa dos direitos LGBT e humanos descreveram a medida como discriminatória. A ordem, que entra em vigor imediatamente, abrange em grande parte o ensino médio, as universidades e os esportes de base. Vários órgãos reguladores esportivos, incluindo natação, atletismo e golfe, proibiram mulheres transgênero de

democracia plena com discursos de ódio e incitação da violência. Destaca-se que esses discursos de ódio são perigosos, pois fomentam um ambiente de insegurança, tornando o espaço público cada vez mais ameaçador (Francisquini, 2024).

Umberto Eco (2018) fez uma lista das características do “fascismo eterno”: a) o culto da tradição; b) rejeição da modernidade;⁹¹ c) culto da ação pela ação;⁹² d) rejeição de críticas; e) medo da diferença, prezando por uma sociedade comum, em que os diferentes são intrusos;⁹³ f) apelo às classes médias frustradas;⁹⁴ g) obsessão pela conspiração; h) manipulação da percepção do inimigo;⁹⁵ i) a ideia de que os inimigos podem e devem ser derrotados, portanto, deve haver uma batalha final, depois da qual o movimento assumirá o controle do mundo. Essa “Solução Final” implicaria uma sucessiva era de paz; j) o elitismo, sobretudo o elitismo de massa; k) culto ao heroísmo e a morte;⁹⁶ l) machismo e controle da sexualidade;⁹⁷ m) populismo qualitativo;⁹⁸ n) o estabelecimento da nova língua.⁹⁹

Essas características estão presentes em diversos regimes políticos atuais, o que nos leva a refletir sobre a análise de Arendt (1972) ao associar o autoritarismo ao fascismo, revelando traços neofascistas na contemporaneidade. É importante destacar, no entanto, que nem todos os requisitos mencionados por Eco (2018) precisam estar presentes para classificar um Estado como autoritário ou como fascista. Essas instabilidades nos levam a confundir o que é exercício democrático com o próprio risco de morte à democracia. Não há um tipo de autoritarismo, ou um exemplo específico de fascismo, eles são constantemente ressignificados e isso torna mais difícil identificá-los e combatê-los (Gloeckner, 2018). Umberto Eco (2018, p. 34-35) destaca que existiu apenas um nazismo, o nazismo Alemão, no entanto o fascismo

competir na categoria feminina de elite caso tenham passado pela puberdade masculina” (Debushmann Jr, 2025).

⁹¹ Preferindo um retorno a tradições míticas e um foco em emoções e instintos. A tecnologia pode ser usada, mas, apenas como ferramenta, não como símbolo de progresso (Eco, 2018).

⁹² Pensar criticamente é visto como uma fraqueza, e a cultura intelectual é desprezada (Eco, 2018).

⁹³ Para Eco (2018), o fascismo é racista por definição.

⁹⁴ O fascismo atrai pessoas que se sentem marginalizadas ou humilhadas, oferecendo uma sensação de identidade e propósito através do nacionalismo e da exclusão de “outros” (Eco, 2018).

⁹⁵ O fascismo alimenta a ideia de que o grupo (nação, povo) é injustamente oprimido por um inimigo mais rico e poderoso. Por exemplo, Eco (2018, p. 40) menciona que, quando criança, ouvia que os ingleses eram o “povo das cinco refeições”, enquanto os italianos eram pobres, mas “sóbrios”. Isso cria um sentimento de injustiça e inferioridade.

⁹⁶ Nessa perspectiva, “[...] cada um é educado para tornar-se um herói”, mas, o herói fascista aspira à morte, anunciada como a melhor recompensa para uma vida heroica (Eco, 2018, p. 41).

⁹⁷ O fascismo exalta valores masculinos tradicionais e rejeita comportamentos sexuais não conformistas, como a homossexualidade. A mulher é frequentemente relegada a papéis submissos (Eco, 2018, p. 42).

⁹⁸ O fascismo afirma representar a “vontade do povo”, mas, na prática, o povo é apenas uma massa manipulada pelo líder (Eco, 2018, p. 42).

⁹⁹ Umberto Eco (2018, p. 45) explica que: “[...] todos os textos escolares nazistas ou fascistas se baseavam em um léxico pobre e em uma sintaxe elementar, com o fim de limitar os instrumentos para um raciocínio complexo e crítico”.

pode vir de várias formas, uma vez que “é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos, e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista”:

Tirem do fascismo o imperialismo e teremos Franco ou Salazar; tirem o colonialismo e teremos o fascismo balcânico. Acrescentem ao fascismo italiano um anticapitalismo radical (que nunca fascinou Mussolini) e teremos Ezra Pound. Acrescentem o culto da mitologia celta e o misticismo do Graal (completamente estranho ao fascismo oficial) e teremos um dos mais respeitados gurus fascistas, Julius Evola (Eco, 2018, p. 35).

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018, p. 33) também comentam sobre os principais indicadores de comportamento autoritário:

- a) “Rejeição das regras democráticas do jogo”: os candidatos rejeitam a Constituição ou expressam vontade de violá-la? Tentam minar a legitimidade das eleições, recusando a aceitar que os resultados eleitorais estão corretos?;
- b) “Negação da legitimidade dos oponentes políticos”: os candidatos descrevem seus rivais como subversivos? Afirmam que seus rivais constituem uma ameaça à segurança nacional?;
- c) “Tolerância ou encorajamento à violência”: elogiaram ou se recusaram a condenar atos significativos de violência política do passado? Endossam tacitamente a violência de seus apoiadores?;
- d) “Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia”: ameaçaram tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais? Elogiaram medidas repressivas tomadas por outros governados, tanto no passado quanto em outros lugares do mundo?

Dessa forma, para os autores, um político que se enquadre em apenas um desses critérios já deve ser motivo de preocupação (Levitsky; Ziblatt, 2018).

As sociedades contemporâneas, que viram nascer os regimes nazista e comunista, e, até mesmo, o regime fascista, não podem se considerar livres de regimes totalitários. Via de consequência, é possível afirmar que o regime total é uma possibilidade inscrita na política após a Segunda Guerra Mundial (Bignotto, 2001). O mundo tem atravessado águas turbulentas: crises democrática e social iniciaram com uma crise financeira em 2008 e se intensificaram na pandemia do coronavírus de 2020. Além disso, o mundo tem passado por uma profunda crise ecológica, que atinge as formas de produção, de consumo e a relação com a natureza (Hora, 2024). Tornaram-se rotineiras as ameaças à liberdade de expressão e o uso dessas liberdades para promover intolerância e discriminação contra grupos vulnerabilizados (Francisquini, 2024). Com o cenário marcado por múltiplas crises, a ascensão de políticos

autoritários suscita questionamentos, especialmente a quem se preocupa com a democracia. Afinal, conforme visto até aqui, os regimes totalitários provocaram consequências irreversíveis para o mundo. Com isso, torna-se comum estabelecer comparações de políticos autoritários a totalitários. Para países tradicionalmente autoritários, a crise é capaz de reviver históricos de desrespeito às leis, às instituições democráticas e uma sociedade que acredita em saídas dogmáticas para aqueles que se apresentam como “salvadores da pátria” (Schwarcz, 2019, p. 232).

As condições para ascender o movimento totalitário é percebido em qualquer país democrático (Batista, 2001). É importante ter em vista que a ditadura ostensiva¹⁰⁰ desapareceu em grande parte do mundo, mas, as democracias ainda morrem, embora o retrocesso democrático comece nas urnas (Levitsky; Ziblatt, 2018). Umberto Eco (2018) destaca que seria muito difícil que os regimes totalitários, perpetuados durante a Segunda Guerra Mundial, retornassem sob a mesma forma; destaca, ainda, que mesmo com os movimentos neonazistas, acredita que o nazismo, em sua forma original, não esteja ressurgindo como movimento capaz de mobilizar uma nação inteira. No entanto, ele questiona se existe um outro tipo de fantasma que ronda a Europa e as nacionalidades do mundo.

As tentativas de acabar com a democracia são legais, uma vez que aceitas pelo Legislativo e pelo Judiciário; os meios de comunicações não são censurados pelo governo, mas, são comprados ou intimidados e levados a se autocensurar; os cidadãos conseguem expressar suas opiniões sobre o Estado, porém, muitas vezes, se veem envolvidos em questões legais (Levitsky; Ziblatt, 2018). Enfim, a forma sobre como a democracia fica instável e como o Estado termina com a democracia é totalmente diferente, contudo, não podemos dizer que é menos danosa.

Elencar características totalitárias – e, até mesmo autoritárias seriam como uma ponte para o totalitarismo – mais do que simplesmente descrever, é compreender as estruturas e dinâmicas do presente (Aguiar, 2008), o que é extremamente necessário para avaliarmos períodos políticos turbulentos. Odílio Alves Aguiar (2008, p. 86) argumenta que as sociedades contemporâneas ainda carregam traços “proto-totalitários” e que, embora não configure um totalitarismo pleno, apontam para mecanismos de controle e dominação que já estavam presentes nas experiências totalitárias do século XX.

¹⁰⁰ Como exemplo: fascismo, comunismo ou domínio militar (Levitsky; Ziblatt, 2018).

A historiadora brasileira Lilia Moritz Schwarcz (2019) enumera questões que fizeram com que a sociedade brasileira namorasse o autoritarismo: a escravidão,¹⁰¹ o mandonismo,¹⁰² o patrimonialismo,¹⁰³ a corrupção,¹⁰⁴ a desigualdade social,¹⁰⁵ a violência,¹⁰⁶ a raça,¹⁰⁷ o gênero¹⁰⁸ e a intolerância¹⁰⁹. Stanley (2020, p. 15) destaca que a política fascista opera por meio da divisão

¹⁰¹ Para Lilia Schwarcz (2019), a escravidão, muito mais que um sistema econômico, moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez da raça e da cor marcadores de diferenças, ordenou etiquetas e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita. Ela explica que a escravidão nos legou uma sociedade autoritária, acostumada com uma hierarquia de mandos e que não sabe lidar com ideia de igualdade.

¹⁰² Conforme Schwarcz (2019, p. 63), com o mandonismo herdamos a imagem de um “[...] presidente-pai, *pater-familia*, autoritários e severo para aqueles que se rebelam; justo e próximo para quem o segue e compartilha das suas ideias”.

¹⁰³ Lilia Schwarcz (2019) afirma que os detentores de posições públicas aprenderam a manipular e misturar o público e o privado muito cedo e explica que, para uma democracia saudável, é necessário medir a robustez de instituições e, no caso do Brasil, desde os tempos coloniais as instâncias públicas foram dominadas por grupos que se apropriam com fins particulares.

¹⁰⁴ Schwarcz (2019) define que a corrupção é o segundo principal adversário da República – ficando atrás apenas do patrimonialismo. A historiadora expõe que, no século XVI, o Brasil já era acusado, nas sátiras, sermões e ofícios políticos, de enriquecimento ilícito. No século XVII, viajantes afirmavam que era melhor ser roubado por piratas em alto mar do que aportar no Brasil, pois, além de pagarem uma série de taxas sobre mercadorias, eram obrigados a adular os administradores e grandes proprietários com presentes. No século XVIII, o “jeitinho” brasileiro chamava atenção de quem passava por Minas Gerais, uma vez que era possível visualizar o contrabando de cargas preciosas e trabalhadores misturando pó com ouro para dar a impressão de uma produção maior, a fim de conseguirem mais lucro. O excesso de burocracia, também, é uma das causadoras da corrupção: na época da Constituição de 1824, um trabalhador afirmou que tinha conseguido alvará para vender comida em seu estabelecimento, mas, pouco tempo depois, lhe exigiram um novo alvará para poder servir café, fato que fez com que o suborno fosse uma saída mais fácil. Enfim, a história brasileira demonstra que o país nunca esteve longe da corrupção e ela está tão enraizada que criou uma máquina de governar. Casos recentes, e que geraram publicidade, como o mensalão, a Operação Lava Jato e a Operação Calicute, acabaram por instabilizar a democracia.

¹⁰⁵ A autora explica que a desigualdade social se apresenta de várias formas: econômica e de renda, de oportunidades, racial, regional, de gênero e social, e estão presentes nos acessos à saúde, educação, moradia, transporte e lazer. A desigualdade atinge, por sua maioria, países que oferecem poucas oportunidades de emprego, que apresentam poucos investimentos em áreas sociais e não estimulam o consumo de bens culturais (Schwarcz, 2019).

¹⁰⁶ Lilia Schwarcz (2019) menciona que o número diário de homicídios, no Brasil, equivale ao número de mortos na queda de um Boeing 737-900 e relaciona este elevado número a questões relacionadas ao fácil acesso ao registro de armas, à fácil compra de armas no mercado ilegal, à indústria do narcotráfico e à disputa por terras indígenas.

¹⁰⁷ Schwarcz (2019) expõe que negros e negras sofrem com disparidades salariais no mercado de trabalho, têm uma expectativa de vida menor do que as pessoas brancas e são os maiores alvos de. Para a autora, não existe democracia onde há racismo.

¹⁰⁸ A pesquisadora revela que a misoginia reflete de diversas formas, que vão desde a exclusão social, até a violência de gênero: mulheres correspondem a 89% das vítimas de violência sexual; a cada 7,2 segundos uma mulher sofre violência física; treze mulheres morrem a cada dia, vítimas de feminicídio (dados de 2015); a cada dia, cinco mulheres não resistem ao parto, sendo que quatro não resistem por complicações causadas por aborto. Para a autora, esse tipo de violência é causado pela formação de uma sociedade patriarcal, que destaca o privilégio masculino, banaliza a violência contra mulher e objetifica sexualmente o sexo feminino. Além disso, historicamente as mulheres indígenas e negras eram consideradas não só para agricultura, para a casa-grande e para a mineração, mas, também, como instrumentos de prazer de seus proprietários; é importante ter em vista que, apesar da análise histórica, os dados e a cultura do estupro persistem na atualidade (Schwarcz, 2019).

¹⁰⁹ Para Lilia Schwarcz (2019), a intolerância fragiliza o estado democrático de direito, que pede respeito entre ideias, opções e costumes diferentes. A historiadora refere que, desde o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, a intolerância saiu do armário: são muitos os registros de violência contra a comunidade LGBTQIAPN+, manifestações xenofóbicas, casos de *bullying* nas escolas e no ambiente de trabalho, gerados por diferenças raciais, de gênero, de religião e políticas.

da sociedade entre “nós” e “eles”, em que o grupo definido como “eles” é retratado como uma ameaça, enquanto o grupo “nós” deve se proteger e exercer controle para restabelecer a dignidade coletiva. A política autoritarista parece sempre encontrar um alvo para apontar como culpado e este alvo é normalmente atípico, como exemplo da política atual: transexuais, homossexuais,¹¹⁰ refugiados,¹¹¹ pretos e periféricos. Schwarcz (2019) expõe que, além do Brasil, outros países têm namorado o autoritarismo: Turquia, Polônia, Hungria, Estados Unidos da América, Itália, Filipinas, Israel e Venezuela. E é cada vez mais fácil encontrar governos que dialogam com modelos análogos ao autoritarismo. Em comum, esses governos possuem características semelhantes àquelas demonstradas por Hannah Arendt (1972) quando definiu o totalitarismo: a criação de um anti-intelectualismo, o retorno à sociedade patriarcal, o uso da força policial, a histeria sexual, a propagação de publicidade que não mostra a realidade, a naturalização de grupos nacionais e, conseqüentemente, a exclusão do estrangeiro, o retorno de valores tradicionais e familiares como se estes fossem imutáveis (Schwarcz, 2019).

Se foi essa a argamassa dos governos nazifascistas dos anos 1930 e 1940, que inventaram para si um passado mítico como forma de justificar seu presente, ela tem funcionado também como paradigma de uma série de líderes políticos contemporâneos, para cuja definição ainda carecem de nome preciso ou expressão específica. Alguns arriscam a palavra “democradura” para explicar a vigência de governos que combinam de maneira perversa a regra democrática com a prática populista autoritária (Schwarcz, 2019, p. 227).

É importante ter em vista que vivemos um período de recessão democrática, terreno fértil para políticos acenderem uma chama que nunca apagou, mas, que vai contra a democracia (Schwarcz, 2019).

Arendt (1972) refere que para reorganização democrática, após o totalitarismo, seria necessário proteger e incentivar a pluralidade humana (Duarte, 2000), uma vez que representar as vozes de todos, sem exclusão social, é fundamental para a proteção contra o fascismo (Stanley, 2020) e contra o totalitarismo.

¹¹⁰ Stanley (2020) explica que a política fascista tem as bases na família patriarcal e, portanto, qualquer desvio dessa estrutura (como transgêneros e homossexuais) são utilizados para aumentar o pânico sobre a ameaça dos papéis masculinos tradicionais.

¹¹¹ Stanley (2020) aborda sobre o caso de uma notícia falsa norte-americana, que vinculava três adolescentes sírios como estupradores de uma criança de cinco anos. Mesmo após esclarecimentos de que a notícia era falsa, ficou estabelecido o pânico moral sobre o perigo sexual que os refugiados representam para as meninas brancas americanas.

5 CONCLUSÃO

Hannah Arendt estudou e vivenciou o fenômeno totalitário, portanto, neste estudo, foi fundamental tê-la como base, sobretudo, fundamentar a pesquisa em três de suas grandes obras: *Origens do totalitarismo* (2012), *A condição humana* (2007) e *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1999).

Apesar da análise realizada sobre o fenômeno totalitário, o mais importante para esta pesquisa foi entender o que o precede: a sociedade de massas e a burocracia utilizada como instrumento de violência. A compreensão dessas manifestações foi o maior objetivo deste estudo. Como objetivos específicos, buscou-se compreender como o trabalho, o nacionalismo, o antissemitismo e a propaganda política influenciam no processo de massa; como a burocracia se torna um instrumento de violência, dentro do regime totalitário, e como os servidores públicos se comportam perante a burocracia totalitária. Além destes, também como objetivos específicos, pretendeu-se analisar quais outras características que precedem os fenômenos totalitários além da massa e da burocracia; e, por fim, realizar um comparativo com a política atual, buscando diferenciar o totalitarismo visualizado por Arendt, com o autoritarismo vivenciado no século XXI. Estes objetivos foram atendidos neste estudo, conforme segue a linha de raciocínio a seguir.

A massificação não é apenas um fenômeno de supressão da individualidade, mas, um processo que suprime o senso crítico do indivíduo. Neste estudo, entendeu-se que a sociedade de massas surge em diversos aspectos: um deles, pela alienação do trabalho, como já expunha Hannah Arendt (2007), em *A condição humana*, destacando que a substituição da ação pelo labor e pelo trabalho torna os indivíduos incapazes de participar do debate público, que é essencial para manter a democracia.

Não só pelo trabalho alienatório, mas, a massificação pode ser visualizada no âmbito social: o racismo demonstrou que a massa visa culpar uma única raça por todos os acontecimentos ruins, ainda que não faça sentido algum culpabilizá-la. O caso do antissemitismo na Alemanha nazista exemplifica essa dinâmica. Ao colocar um inimigo (o judeu) comum no centro da questão, o regime conseguiu canalizar as frustrações sociais e unificar o pensamento.

Outro fenômeno importante do processo alienatório foi o ultranacionalismo. Pode parecer incomum pensar que o sentimento nacionalista pode influenciar um processo de massificação social que traz prejuízos à democracia. No entanto, Hannah Arendt (2007) evidencia que, ao criar uma identidade nacional abstrata, cria-se uma falsa homogeneidade,

promovendo a ideia de que todos são iguais como membros da nação. Suprimir diferenças de classes traz, por consequência, a supressão de particularidades e perspectivas importantes para o sistema democrático, uma vez que o debate público se constrói com as divergências de pensamento.

Para além dos discursos políticos, fez-se necessário para a dominação total da massa, o uso da propaganda política que distorce a realidade, propagar teorias conspiratórias e utilizar narrativas simplificadas para criar um ideal inexistente. A propaganda, de modo geral, influencia opiniões; no caso totalitário, molda a opinião pública, manipulando emoções e criando uma visão de mundo uniforme.

A burocracia, por sua vez, se mostra eficiente em diversos aspectos políticos e sociais: estabelece leis e traz segurança para a comunidade. No entanto, o uso da burocracia somado ao uso da violência se torna um fenômeno opressivo. Ao invés de promover um sistema neutro de administração, a burocracia, nos regimes totalitários, tem como maior objetivo promover a obediência absoluta e executar todas as decisões do líder sem questionamento público. O entrave fica maior quando se percebe que a burocracia totalitária carrega uma ideia de legalidade, mantendo uma aparência de ordem e rotina e justificando os atos com decretos. Os executores do plano do líder totalitário podem se ver em um paradoxo moral: cumprir as normas do Estado, que, aparentemente, estão de acordo com a legislação ou agir pela sua intuição moral. Hannah Arendt (2007) menciona que a legislação nazista conseguiu inverter o código moral comum, em que a consciência dita “não matarás”, para “matarás”.

Em *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, Arendt (1999) consegue expor essa questão do paradoxo moral, pois, ao presenciar o julgamento de Eichmann, a autora verificou que ele não era um monstro, mas, um ser humano comum. Já que não se enxergava como um agente genocida, apenas como um executor das tarefas administrativas. Essa constatação leva à compreensão de que a burocracia totalitária não apenas facilita a implementação de políticas extremas, mas, também, desumaniza aqueles que a compõem. Em que pese os agentes públicos estivessem executando ordens, é importante ressaltar que eles ainda têm a responsabilidade de questionar e resistir. E a filósofa trata essa questão mencionando que os executores das ordens são como engrenagens de uma máquina: todos executam uma função para um objetivo maior; e, por mais insignificante que seja tal ação, todos sabem das suas consequências, mesmo que não queiram saber.

Além desses expostos, também objetivou-se entender quais eram os precedentes totalitários além da massa e da burocracia. Visualizou-se que, para o totalitarismo, é necessário, ainda, a política secreta, a imposição da ideologia e a aplicação do terror. A

“polícia secreta” é essencial para a manutenção do controle e manter determinadas questões em sigilo. Arendt (1999) menciona que, muito antes do líder totalitário alcançar o poder, o movimento totalitário já tinha organizado uma rede de polícia secreta e serviços de espionagem, não apenas no país de origem, mas em outros países. Tudo isso é necessário para a proteção do regime e, até, para propagação do medo, uma vez que as ações secretas do governo criam um clima de incerteza. A “ideologia” é como o motor da ação política, sendo ela relevante para justificar o regime. A ideologia totalitária reduz a realidade a uma única causa, promete um futuro utópico e exclui qualquer forma de questionamento. Sendo assim, ela acaba com o debate público, pois dispensa as pessoas do ato de pensar. Enfim, a “aplicação do terror” priva a sociedade geral de ações espontâneas, intimando a população, eliminando opositores, garantindo obediência e impondo o medo generalizado. É importante destacar que o terror não é mera metáfora, mas, uma forma de estruturar as relações políticas.

Por fim, o último objetivo dessa pesquisa era realizar um comparativo do período totalitário mencionado por Arendt (2012) com o período político atual. Para isso, foi necessária a análise de algumas diferenciações terminológicas: estudou-se a diferença do termo totalitarismo e autoritarismo e verificou-se que Arendt (2012; 1972) considera totalitário apenas o regime nazista e comunista e considera autoritarista o regime fascista. Isto porque, embora o fascismo tenha uma estrutura repressiva, ele não consegue penetrar na subjetividade individual da mesma forma que os regimes totalitários. Além disso, verificou-se características do fascismo e destacou-se que nem todas elas precisam estar presentes para classificar um Estado como fascista. Dessa forma, foi possível visualizar que a instabilidade democrática vivenciada no século XXI pode caracterizar um fenômeno fascista. Apesar da ditadura ostensiva ter desaparecido em grande parte do mundo, as democracias ainda morrem, e dizer que as acusações de fascismo são exageradas não são argumentos suficientemente bons contra o uso da palavra.

Dito isso, é possível observar que a política atual apresenta características que ecoam as definições de totalitarismo propostas por Hannah Arendt (2012; 1972) e de fascismo delineadas por Umberto Eco (2018), sobretudo pela criação de um inimigo comum, que serve como alvo simbólico para a canalização dos problemas econômicos, sociais e culturais enfrentados pelo país. Alguns exemplos ilustram essa conexão: a política anti-imigração de Donald Trump (atual presidente dos Estados Unidos); o ultranacionalismo propagado por Jair Bolsonaro (ex-presidente do Brasil); as declarações explicitamente LGBTfóbicas de Vladimir Putin (presidente da Rússia); a supressão da liberdade de imprensa na Turquia; a propagação

da teoria da conspiração de que o COVID-19 foi fabricado em laboratório na China; as declarações misóginas proferidas por Milei (atual presidente da Argentina).

Percebe-se que a incitação ao ódio, a propagação de lendas conspiratórias, o nacionalismo exacerbado, a desinformação sistemática e o enfraquecimento do debate público, são sintomas que evidenciam a relevância contínua da análise arendtiana, por isso, esta pesquisa se torna relevante para a atualidade. O estudo da sociedade de massas, da burocracia e do autoritarismo permitiu, não apenas entender como funcionam os regimes totalitários, mas, também, evidenciar como esses fenômenos ainda reverberam no presente.

Conforme o exposto, a problemática de pesquisa, que requeria saber como as massas e a burocracia produzem e sustentam o totalitarismo, foi respondida. Para respondê-la, bem como para atingir os objetivos propostos, utilizou-se da metodologia bibliográfica, pois acredita-se que este método permite a compreensão conceitual do problema investigado e a contextualização histórica e atual pertinentes à problemática desta investigação.

Em suma, embora os regimes totalitários do século XX tenham ficado no passado, suas marcas permanecem na política mundial. Para evitar que nos tornemos meros componentes de uma massa alienada, reprodutora de ordens disfarçadas de legalidade, são necessárias a vigilância e a preservação da lei da terra: a pluralidade humana. Essa diversidade de pensamentos e identidades nos protege da uniformidade opressora e garante a liberdade e a democracia.

Afinal, assim como no jogo de futebol, as regras são importantes, mas devem ser aplicadas de forma justa e igualitária para ambos os times, sem que o árbitro abuse do poder. Da mesma forma, a torcida precisa entender que a paixão pelo seu time tem limites, o amor da torcida não pode apagar as diferenças que são naturais. Do futebol à arena da democracia, o totalitarismo representa uma ameaça que pode transformar a diversidade em uniformidade e a liberdade em opressão.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Odílio Alves. A tipificação do totalitarismo segundo Hannah Arendt. **Doispontos**, Curitiba, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 73-88, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/14661>. Acesso em: 30 mar. 2024.

ALEXANDRE, Breno. **Estudo aponta**: Black Lives Matter internacionalizou debate da violência contra negros. Universidade Federal do Espírito Santo, 2021. Disponível em: <https://www.ufes.br/conteudo/estudo-aponta-black-lives-matter-internacionalizou-debate-da-violencia-contra-negros>. Acesso em: 30 mar. 2024.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALTARES, Guillermo. Por que falamos de seis milhões de mortos no Holocausto? **El País**, Madri, 16 set. 2017. Internacional. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/13/internacional/1505304165_877872.html. Acesso em: 30 mar. 2024.

AMARAL, Antonio José de Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. São Paulo: EbooksBrasil, 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro Barbosa de Almeida. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ARENDT, Hannah. Nosotros, los refugiados. p. 353 - 365. In: ARENDT, Hannah. **Escritos judíos**: Edición a cargo de Jerome Kohn y Ron H. Feldman, 2016.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Barroso. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AUTÓCTONE. In: DICIO. Dicionário Online de Português. [S. l.]: 7Graus, c2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/autoctone/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC News Brasil**, São Paulo, 19 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 29 mar. 2023.

BATISTA, José Élcio. Sociedade de massa e totalitarismo. p. 203-205. In: AGUIAR, Odílio Alves; BARREIRA, César; ALMEIDA, José Carlos Silva; BATISTA, José Élcio (org.). **Origens do totalitarismo**: 50 anos depois. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001.

BERTONHA, João Fábio. Estrangeiros na Wehrmacht e na Waffen-SS durante a Segunda Guerra Mundial: um “modelo nazista” de voluntariado? **Esboços - História em Contextos Globais**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 731-753, set./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/86321>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Católica do Jovem**. Tradução de José Joaquim Sobral. São Paulo: Ave Maria, 2012. 1.920 p.

BIGNOTTO, Newton. O totalitarismo hoje? p. 37-46. *In*: AGUIAR, Odilio Alves; BARREIRA, César; ALMEIDA, José Carlos Silva; BATISTA, José Elcio (org.). **Origens do totalitarismo: 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001.

BODZIAK JUNIOR, Paulo Eduardo. Hannah Arendt e a mentira como risco inerente à democracia. p. 89-111. *In*: LOPES, Ana Claudia; PERES, Daniel Tourinho; HORA, Leonardo (org.). **Crise da democracia: colapso da cultura?** Salvador: EDUFBA, 2024.

BRETON, Albert; WINTROBE, Ronald. The Bureaucracy of Murder Revisited. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 94, n. 5, p. 905-926, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1833187>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRITO, Fausto. A ruptura dos direitos humanos na filosofia política de Hannah Arendt. **Kriterion - Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, p. 177-196, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/kr/a/NCnnWVLrHMTVC4LBmkCDd8R/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 22 out. 2023.

BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2017.

CAMINHA, Pero Vaz. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 11 mar. 2023.

CASWELL, Michelle. Hannah Arendt’s World: Bureaucracy, Documentation, and Banal Evil. **Archivaria - The Journal of the Association of Canadian Archivists**, Ottawa, n. 70, p. 1-25, 2010. Disponível em <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13293/14604>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CHAUI, Marilena Souza. **O que é ideologia**. 29. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Constituição Alemã de 1919**. DHNet Direitos Humanos. 2024. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/alema1919.htm#:~:text=Instituidora%20da%20primeira%20rep%C3%ABblica%20alem%C3%A3,o%20%E2%80%9Clongo%20s%C3%A9culo%20XIX%E2%80%9D>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CORDEIRO, Roan Costa. “Nós não temos imaginação, e decretamos que ninguém também a terá”: sobre o problema da imaginação em Arendt e Baudelaire. p. 65-90. *In*. CASTANHEIRA, Nuno Pereira *et. al.* (org.). **Quem sou eu para julgar?: Diálogos com Hannah Arendt**. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2022. v. 2.

CORERA, Gordon. Heinrich Himmler: como um carimbo falso levou à captura do líder da SS, a polícia nazista. **BBC News Brasil**, São Paulo, 24 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52793579#:~:text=Mesmo%20sem%20ter%20sido%20desmascarado,piores%20crimes%20do%20Terceiro%20Reich.&text=Enquanto%20os%20brit%C3%A2nicos%20investigavam%20se,e%20ele%20morreu%20minutos%20depois>. Acesso em: 25 set. 2024.

CORNELSEN, Elcio. Totalitarismo. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, Minas Gerais, n. 14, p. 125-139, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/73906>. Acesso em: 25 set. 2024.

CORREIA, Adriano. **O caso Eichmann**: Hannah Arendt e as controvérsias jurídicas sobre o julgamento. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2023.

COSTA, Karla Rodrigues. **França, final do século XIX, a disputa filosófica e política – monarquistas e republicanos – o caso Dreyfus**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

COSTA, Nathalia Rodrigues. **A sociedade de massas em Hannah Arendt**. 2018. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

CRUZ, Robson José Valentino. **Hannah Arendt e a questão da ideologia**. 2023. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2023.

DALAL, Roshen. **A compacta história do mundo**. Tradução de Maurício Tamboni. São Paulo: Universo dos Livros, 2016. p. 68.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238 p.

DEBUSMANN JUNIOR, Bernd. Trump signs order banning transgender women from female sports. **BBC News**, Nova Iorque, 6 fev. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/c20g85k3z35o>. Acesso em: 22 fev. 2025.

DOMENACH, Jean Marie. **A propaganda política**. 2001. Disponível: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/filosofia/texto_pdf/apropagandapolitica.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

DOSSIER: los Nuevos Totalitarismos. **Libre Pensamiento**, n. 89, 2017. Disponível em: <https://archivo.librepensamiento.org/wp-content/uploads/2017/05/LP-089.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

DUARTE, Andre. Hannah Arendt e o evento totalitário como cristalização histórica. p. 61-70. *In*: AGUIAR, Odilio Alves; BARREIRA, César; ALMEIDA, José Carlos Silva; BATISTA, José Elcio (org.). **Origens do totalitarismo**: 50 anos depois. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001.

DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura**: política e filosofia em Hannah Arendt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. 1. ed. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FAGUY, Ana. Trump signs order restricting gender care for young people. **BBC News**, [s. l.], 29 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/c5yd97w74l9o>. Acesso em: 22 fev. 2025.

FRANCISQUINI, Renato. Democracia, liberdade de expressão e discurso de ódio na jurisprudência brasileira. p. 111-144. *In*: LOPES, Ana Claudia; PERES, Daniel Tourinho; HORA, Leonardo (org.). **Crise da democracia**: colapso da cultura? Salvador: EDUFBA, 2024.

FRAZÃO, Dilva. Max Weber. *In*: EBIOGRAFIA. [S. l.], 2023. Disponível em https://www.ebiografia.com/max_weber/. Acesso em: 10 dez. 2024.

FRAZÃO, Dilva. Robert Merton. *In*: EBIOGRAFIA. [S. l.], 5 nov. 2015. Disponível em: https://www.ebiografia.com/robert_merton/. Acesso em: 10 dez. 2024.

GALINDO, Cleusy Araújo. Nazismo alemão e as Leis de Nuremberg: sentimento de poder ou ódio. **Revista Científica Intr@ciência**, Guarujá, v. 1, p. 65, 2013. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531142039.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

GAZZOLA, Richard. Hannah Arendt: o mal e a atomização do sujeito. **Controvérsia**, São Leopoldo, v. 20, n. 1, p. 134-147, jan.-abr. 2024. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/controversia/article/view/26851/60749963>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Autoritarismo e processo penal**: uma genealogia das ideias autoritárias no processo penal brasileiro. 1. ed. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2018. v. 1.

HITLER, Adolf. **Minha luta**. Tradução de Klaus von Puchen. São Paulo: Centauro, 2016. 510 p.

HORA, Leonardo. Por um presenteísmo ativo: uma reflexão sobre as condições de possibilidade da ação política à luz da crise do tempo histórico moderno. *In*: LOPES, Ana Claudia; PERES, Daniel Tourinho; HORA, Leonardo (org.). **Crise da democracia**: colapso da cultura? Salvador: EDUFBA, 2024.

HORNICH, Daner. A gênese da política imperialista: “a aliança entre a ralé e o capital” e “o pecado original do acúmulo original de capital” na perspectiva de Hannah Arendt. **Revista Dialectus**, Fortaleza, ano 4, n. 10, p. 248-264, jan./jun. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28079/1/2017_art_dhornich.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Tabela 2.8: Participação de trabalhadores em cargos gerenciais por cor ou raça, segundo características selecionadas - Brasil - 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-o-u-raca.html>. Acesso em: 13 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Tabela 6.1: Prefeitos e vereadores eleitos, por cor ou raça, segundo características selecionadas dos eleitos, classes de tamanhos dos municípios, Grandes Regiões da Federação - 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-o-u-raca.html>. Acesso em: 13 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Tabela 1.1: Distribuição da população, por cor ou raça, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - Brasil - 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-o-u-raca.html>. Acesso em: 13 mar. 2023.

KING, Martha; KING, Jonathan. Führerprinzip. *In*: WILEY - Online Library. [S. l.], 15 set. 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781118474396.wbept0396#:~:text=Abstract,the%20nation%20as%20a%20whole>. Acesso em: 13 mar. 2024.

LAFER, Celso. A política e a condição humana. São Paulo, 1981. p. 341-352. *In*: ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt**: pensamento, persuasão e poder. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LAFER, Celso. Prólogo. *In*: **A condição humana**. Tradução de Ricardo Santos. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

LEFORT, Claude. **Elements D'une Critique De La Bureaucratie**. Gêneze: Librairie Droz, 1971.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAGALHÃES, Theresa Calvet. A natureza do totalitarismo: o que é compreender o totalitarismo? p. 47-59. *In*: **Origens do totalitarismo: 50 anos depois**. AGUIAR, Odílio Alves; BARREIRA, César; ALMEIDA, José Carlos Silva; BATISTA, José Elcio (org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem manipula quem**: poder e massas na indústria da cultura e da comunicação do Brasil. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MAROSIN, Jônatas. **A influência da propaganda nazista no marketing político atual**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Publicidade e Propaganda), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MERTON, Robert King. Estrutura burocrática e personalidade. *In*: **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MILMAN, Luis. O Holocausto: verdade e preconceito. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 43, 2004. Disponível em:
<http://www.espacoacademico.com.br/043/43cmilman.htm>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. Coordenação Djamilia Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019.

MOREIRA, Éric. Se Hitler governou o ‘Terceiro Reich’, o que foram os outros dois? *In*: AVENTURAS NA HISTÓRIA. [S. l.], 5 ago. 2022. Disponível em:
<https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/desventuras/se-hitler-governou-o-terceiro-reich-o-que-foram-os-outros-dois.phtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MULLER, Maria Cristina. As dificuldades de compreender o sistema totalitário. **Perspectivas**, Palmas, v. 6, n. 2, p. 41-52, 2021. Disponível em:
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/perspectivas/article/view/13616>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MULLER, Maria Cristina; TURATTO, Ana Carolina Turquino. Ideologia e terror nos movimentos totalitários. **Revista Reflexões**, Fortaleza, ano 11, n. 21, p. 185-202, jul.-dez. 2022. Disponível em:
<https://revistareflexoes.com.br/wp-content/uploads/2022/08/12.2a-Ana-Turato-e-Cris-Muller.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas**. Aprovada em Nova Iorque em 28 de setembro de 1954. Entrou em vigor em 6 de junho de 1960, em conformidade ao artigo 39º. Nova Iorque: Nações Unidas, 1960. Disponível em:
https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_sobre_o_Estatuto_dos_Apatridas_de_1954.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

NEGRINI, Michele; AUGUSTI, Alexandre Rossato. O legado de Guy Debord: reflexões sobre o espetáculo a partir de sua obra. *In*: BIBLIOTECA ON-LINE DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. São Paulo, 2013. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5082229/mod_resource/content/1/ARTIGO%20O%20legado%20de%20Guy%20Debord%20-%20reflexo%CC%83es%20sobre%20o%20espeta%CC%81culo%20a%20partir%20de%20sua%20obra.pdf#:~:text=O%20autor%20define%20o%20espet%3%A1culo,DEBORD%2C%201997%3A14. Acesso em: 10 jul. 2023.

OLIVEIRA, Gercina Alves. A burocracia weberiana e a administração federal brasileira. **RAP- Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 47-74, jul./dez. 1970. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/4847/3585>. Acesso em: 10 jul. 2023.

OLIVEIRA, Luciano. **10 Lições sobre Hannah Arendt**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ORGAZ, Cristina. A lei usada pelos EUA para trancar japoneses em campos de concentração, que Trump quer reativar para deportações em massa. **BBC News Brasil**, São Paulo, 9 fev. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cly98g4p229o>. Acesso em: 22 fev. 2025.

PACÍFICO, Marciel; GOMES, Luiz Roberto. O espetáculo de si: uma proposição sobre a atualidade da sociedade do espetáculo. **Comunicações**, Piracicaba, v. 26 n. 1, p. 165-179, jan.-abr. 2019. Disponível em:
https://www.academia.edu/79321518/O_espet%C3%A1culo_de_si_uma_proposi%C3%A7%C3%A3o_sobre_a_atualidade_da_sociedade_do_espet%C3%A1culo

C3%A3o_sobre_a_atualidade_da_sociedade_do_espet%C3%A1culo. Acesso em: 14 dez. 2023.

PLATÃO. **A república**. Tradução de Eduardo Menezes. São Paulo: Hemus, 1970.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo: 2014.

REES, Laurence. **O Holocausto**: uma nova história. Tradução de Luis Reyes Gil. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2018.

RODRIGUES, Mayara Mara Teixeira. Diagnóstico arendtiano acerca da modernidade: o caso da política e a administração da vida. **Controvérsia**, São Leopoldo, v. 20, n. 1, p. 104-117, jan.-abr. 2024. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/controversia/article/view/26876>. Acesso em: 14 dez. 2023.

RÜDIGER, Francisco. **Guy Debord e a Teoria Crítica**: trajetória, atualidade e perspectivas. p. 149-172. *In*: GUTFREIND, Cristiane Freitas; SILVA, Juremir Machado. (org.) **Guy Debord - antes e depois do espetáculo**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2007. 172 p.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. Nosotros los refugiados. Interpelaciones de H. Arendt, consideraciones de G. Agamben, reflexiones extemporáneas. p. 41-64. *In*: CASTANHEIRA, Nuno Pereira *et al.* (org.). **Quem sou eu para julgar?**: Diálogos com Hannah Arendt. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2022. v. 2.

SCHOSSLER, Alexandre. “Alemanha acima de tudo”, um verso e um passado sombrio. *In*: DW. Berlin, 23 out. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-acima-de-tudo-um-verso-e-um-passado-sombrio/a-46002358>. Acesso em: 14 mar. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Juremir Machado. Depois do espetáculo: reflexões sobre a tese 4 de Guy Debord. p. 31-42. *In*: GUTFREIND, Cristiane Freitas; SILVA, Juremir Machado (org.) **Guy Debord - antes e depois do espetáculo**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2007. 172 p.

SOUTO, Ana Kelly Ferreira. **Racionalismo crítico contra o totalitarismo**: ciência e política em Karl Popper. Porto Alegre: Fi, 2023.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2020. 208 p.

TAVARES, Vitor; SANCHES, Mariana. Medo de ir à igreja e ‘terror psicológico’ no WhatsApp: a mudança de rotina dos imigrantes brasileiros nos EUA. **BBC News Brasil**, São Paulo, 29 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3vpzgvw112o>. Acesso em: 22 fev. 2025.

TONIN, Juliana. A imagem em Guy Debord. p. 43-60. *In*: GUTFREIND, Cristiane Freitas; SILVA, Juremir Machado (org.) **Guy Debord - antes e depois do espetáculo**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2007. 172 p.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM (USHMM). A Gestapo: visão geral. *In*: ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. Washington, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/gestapo#:~:text=A%20Gestapo%20foi%20a%20pol%C3%ADcia,manter%20e%20proteger%20seu%20poder>. Acesso em: 25 set. 2024.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM (USHMM). Reich Security Main Office (RSHA). *In*: HOLOCAUST ENCYCLOPEDIA. Washington, 20 set. 2024. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/introduction-to-the-holocaust>. Acesso em: 11 dez. 2024.

USURA. *In*: DICIO. Dicionário Online de Português. [S. l.]: 7Graus, c2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/usura/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

VANDRÉ, Geraldo. Pra não dizer que não falei das flores. *In*: LETRAS. Belo Horizonte, c2025. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/geraldo-vandre/46168/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

VAZ, Mário Sérgio de Oliveira. Elementos totalitários do Imperialismo Continental: algumas considerações. p. 171-185. *In*: CASTANHEIRA, Nuno Pereira *et al.* (org.). **Quem sou eu para julgar?**: Diálogos com Hannah Arendt. Porto Alegre/RS: Fundação Fênix, 2022. v. 2.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Hannah Arendt: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. **Ensaios Filosóficos**, Rio de Janeiro, v. VI, p. 144-155, out. 2012. Disponível em: https://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo6/VICENTE_Jose.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. *In*: CAMPOS, Edmundo (org.; trad.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966,

WIMMER, Miriam. As relações de sujeição especial na administração pública. **Revista Direito Público**, Doutrina Brasileira, Brasília, DF, n. 18, p. 31-53, out.-dez. 2007. Disponível em: https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/564/1/Direito%20Publico%20n182007_Miriam%20Wimmer.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

ZOLA, Emilio. **Acuso**. Tradução de Jaime Brasil. Lisboa: Livraria Editora Guimarães, [1898?].

**QUERIDOS AMIGOS, DEIXE AQUI UM RECADINHO PARA MIM, ESSA COM CERTEZA SERÁ A MELHOR
RECORDAÇÃO DESSA COMEMORAÇÃO:**

